



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA –  
PPGSCA

**A PARTICIPAÇÃO DE GEMINIANA CAMPOS BULCÃO BRINGEL SOB O  
OLHAR DO FEMINISMO E GÊNERO COMO DOCENTE E VEREADORA NOS  
ANOS DE 1950-60 NA CIDADE DE PARINTINS.**

Roger Kenned Repolho de Oliveira

Manaus-AM

2021

Roger Kenned Repolho de Oliveira

**A PARTICIPAÇÃO DE GEMINIANA CAMPOS BULCÃO BRINGEL SOB O  
OLHAR DO FEMINISMO E GÊNERO COMO DOCENTE E VEREADORA NOS  
ANOS DE 1950-60 NA CIDADE DE PARINTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dra. Yoshiko Sasaki

Manaus-AM

2021

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

O48p Oliveira, Roger Kenned Repolho de  
A participação de Geminiana Campos Bulcão Bringel sob o olhar do feminismo e gênero como docente e vereadora nos anos de 1950-60 na cidade de Parintins / Roger Kenned Repolho de Oliveira . 2021  
140 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Yoshiko Sasaki  
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Feminismo. 2. Gênero. 3. Mudanças econômicas. 4. Mulher na política. I. Sasaki, Yoshiko. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho de pesquisa foi realizado em um momento muito difícil para a humanidade, um período que além de muitas perdas em incentivos para pesquisas no Brasil, perdemos colegas, professores, amigos pesquisadores, que muito mais que contribuírem para a pesquisa no país foram grandes incentivadores e pilares que contribuíram para que essa pesquisa se realizasse.

Agradeço a um grande órgão institucional e incentivador à pesquisa no país, a CAPES, que no decorrer da minha vida acadêmica sempre esteve presente com o apoio financeiro e aperfeiçoamento do saber acadêmico, contribuindo de forma significativa para eu estar realizando esta pesquisa.

Ofereço este trabalho aos meus pais Cleomar Tavares de Oliveira e Katia Lelice Viana Repolho Oliveira, pois sem eles jamais poderia ter alcançado o menor nível educacional ou acadêmico, grandes incentivadores de meus estudos, e que mesmo com as limitações que suas formações lhes impuseram, jamais deixaram de direcionar para os estudos como forma de libertação pessoal. Devo-lhes muito e este trabalho vem como forma de agradecimento.

Agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Yoshiko Sasaki, que neste trabalho foi de fundamental importância, ajudando nas discussões teóricas e metodológicas para o desenvolvimento da escrita; sou grato por suas críticas para o aperfeiçoamento deste trabalho, me direcionando a pontos que ainda não havia percebido dentro da pesquisa, tornando assim possível chegarmos ao resultado dessa dissertação.

Outros grandes colaboradores, professores, amigos e parceiros de pesquisa dentro do mundo acadêmico, sempre estiverem presentes nesse meu processo de aprendizagem e aperfeiçoamento acadêmica, ao Prof.<sup>o</sup> Dr. João Marinho da Rocha, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Naia Maria Guerreiro Dias, Prof.<sup>o</sup> Dr. Deilson Trindade, Prof.<sup>a</sup> Lucineli Ferreira, Prof.<sup>o</sup> César Aquino Bezerra, Prof.<sup>o</sup> Everton Dorzane, que de forma direta e indireta estiveram presentes nesse período tão difícil para se fazer pesquisa.

Tenho muita gratidão ao Prof.<sup>a</sup> Júlio Claudio da Silva, que desde a graduação esteve presente nos primeiros passos desta pesquisa, ainda que em um momento muito escuro em relação às fontes e onde procurá-las, depositou seu tempo e apoio para que eu desse prosseguimento e indicação de bibliografia para que ocorresse o processo de amadurecimento inicial da pesquisa e que esta fosse executada com êxito.

Meus agradecimentos aos filhos de Geminiana Campos Bulcão Bringel, seu Sérgio Bringel e Rafael Bringel, que concederam e permitiram o acesso e digitalização do acervo

peçoal da professora e vereadora Geminiana. E a cada pessoa que de alguma forma me ajudou nesse período de pesquisa e escrita, obrigado.

## RESUMO

A professora e vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel exerceu o pioneirismo no cargo de vereadora do município de Parintins em 1956. Sua trajetória política segue mais duas vereanças da década de 1950 a 1960. Nesse sentido o intuito deste trabalho foi buscar entender seu itinerário, atuação política na câmara municipal na metade do século XX e sua participação como docente no município. Nesse intuito, através das memórias públicas sobre a atuação política, identificamos as estratégias de inserção feminina e temáticas defendidas na casa legislativa. Disputas eletivas protagonizadas por ela, assim como refletir sobre gênero e feminismo a partir atuação profissional e política de Geminiana Campos Bulcão Bringel de Parintins dos anos 1950 – 60. O século XX foi um período de significativas mudanças no modelo capitalista de produção e conseqüentemente nos países em que possuem esse modelo, como o Brasil. Na metade do século XX, com sua ainda iniciante industrialização, mexeu significativamente nas condições sociais e econômicas existentes no país. Além disso, percebemos as mudanças ocorridas nesse período no município de Parintins, entendendo as mudanças ocorridas do regional para o micro. Essas transformações nos ligaram ao período de atuação política e profissional de Geminiana Bringel, com os estudos de gênero. Para entendermos os processos e desenvolvimento dos estudos das mulheres na academia, por meio da documentação coletada, foi analisado no bojo do aporte teórico dos estudos das relações de gênero e pensamento feminista juntamente aos conceitos de jogo e figuração de Nobeert Elias. Foi possível entender suas estratégias dentro desse lugar, predominantemente ocupados por homens, com a participação única de Geminiana Bringel. Sua participação se deu em um período de grandes, mudanças e conquistas por direitos das mulheres, o que lhe permitiu a ter acesso a lugares pouco frequentados por mulheres como a política e a educação. Sua participação na política que acompanha as transformações corridas na cidade, assim como as modificações políticas, como de transição e o período da ditadura militar no país.

**Palavras-chave:** Feminismo, gênero, mudanças econômicas, mulher na política.

## **ABSTRACT**

The teacher and councilwoman Geminiana Campos Bulcão Bringel was a pioneer in the position of councilwoman in the municipality of Parintins. Her political trajectory follows two more councilorships in the 1950s and 1960s. In this sense, the purpose of this work is to understand her itinerary and political performance in the city council in the mid-twentieth century and her participation as a teacher in the city. Our study identified through the public memories about the political performance, the strategies of female insertion and themes defended in the legislative house. Elective disputes protagonized by her, as well as reflect on gender and feminism, from the professional and political performance of Geminiana Campos Bulcão Bringel in Parintins in the years 1950-60. The twentieth century was a period of significant changes in the capitalist model of production and consequently in countries with this model, including Brazil. In the middle of the 20th century, with its still initiating industrialization, it significantly influenced the existing social and economic conditions in the country. In addition, we perceive the changes that occurred in this period in the municipality of Parintins, understanding the changes departing from the regional to the micro. These transformations connected us to the period of Geminiana Bringel's political and professional performance, with gender studies. To understand the processes and development of women's studies in academia. The collected documentation was analyzed in the context of the theoretical contribution of gender relations studies and feminist thought, together with Norbert Elias' concepts of play and figuration. Geminiana Bringel's iconic participation in the city council brings to light her strategies in being part of a venue occupied mostly by men. Her performance took place in a period of great changes and achievements regarding women's rights, which allowed her to have access to places rarely frequented by women, it is evident a primordial right for women as the access to education. The participation of Geminiana Bringel as councilwoman is accompanied by major changes in the city of Parintins and also follows the political changes in Brazil, such as the transition of the government to military dictatorship.

**Key Words:** Feminism. Gender. Economic Changes. Woman in Practice.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Localização do município de Parintins. ....	39
Figura 2: Geminiana Bulcão em sala de aula com outras pessoas. ....	101
Figura 3: Casas Pernambucanas em Parintins .....	109

## LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CELETRAMAZON	Centrais Elétricas do Amazonas S/A.
CRUTAC	Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
EUA	Estados Unidos da América
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PAMP	Programa de Aperfeiçoamento de Magistério Primário
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
ZFM	Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
O BRASIL NO MARCO DO CAPITALISMO GLOBAL.....	16
1.1 O capitalismo no mundo e seus impactos nos países periféricos como o Brasil	17
1.2 O estado brasileiro na primeira metade do século XX, e seus reflexos na economia, na política e na sociedade .....	25
1.3 Amazonas, Juta e ZFM: abertura ao capital mundial para desenvolvimento regional .....	30
1.4 Aspectos da população, economia, educação, saúde e participação política de Parintins nas décadas 1950-1970 .....	38
A MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA DO BRASIL NOS ANOS 1950-60	48
2.1 Reflexão sobre gênero, mulher, feminismo, patriarcado e a educação da mulher no Brasil.....	49
2.2 Marco do feminismo no Brasil: movimentos de mulheres nos anos 1950-60 e movimentos feministas reivindicativos a partir dos anos 1970-80.....	61
2.3 Mulheres de ontem da Amazônia e Amazonas .....	74
2.4 Localizando a mulher em Parintins no espaço público de Parintins nos anos 1950-60 .....	85
A PARTICIPAÇÃO DE GEMINIANA SOB O OLHAR DO FEMINISMO E GÊNERO NO ESPAÇO PÚBLICO DE PARINTINS, AMAZONAS, AMAZÔNIA. ....	92
<b>3.1.1. Sociedade, Economia e Patrimonialismo</b> .....	92
3.1.2 Situando sua trajetória profissional.....	96
3.2 Temáticas defendidas na Câmara.....	107
3.3 Os entraves e desafios de sua participação no espaço público de Parintins nos anos 1950-60 .....	115
3.4 Reflexão sobre o olhar do feminismo e gênero sua participação política sobre situações que apontam o olhar feminista e de gênero na Câmara e na docência.....	123
3.5 Seu protagonismo ou não no espaço público e participação política.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	135



## INTRODUÇÃO

Os primeiros passos de investigação desta dissertação intitulada *A Participação de Geminiana Campos Bulcão Bringel sob o Olhar do Feminismo e Gênero como docente e vereadora nos anos de 1950 – 60 na cidade de Parintins* se iniciou no ano de 2016, quando cursei a disciplina Teoria e Prática da Pesquisa em História.

Momento na conjuntura nacional, com o evento de questionamento da atuação, ação e gerenciamento de uma mulher no mais alto cargo da República brasileira, a Presidenta Dilma Rousseff. Tais questionamentos culminaram no Golpe parlamentar de 2016, retirando assim da Presidência da República a primeira mulher a governar o país.

Esses fatos levaram-nos a procurar no passado da política de Parintins o lugar da mulher na política do Baixo Amazonas e do Brasil e na Câmara Municipal de Parintins tivemos acesso a documentos que mostravam a participação das mulheres de modo que existia nosso sujeito de pesquisa.

A presente pesquisa, suscitou questões que nos guiaram na busca por respondê-las, e assim entender a trajetória de Geminiana Campos Bulcão Bringel, perguntas como: qual o lugar da mulher no cenário político dos anos 1950-60 de Parintins? Qual a relevância de uma história da atuação política das mulheres em Parintins? Qual a relação dessas atuações com os projetos e os processos históricos e político nacional? Houve um protagonismo feminista em Parintins nas décadas de 1950 e 1960? Em que medida a trajetória de Geminiana Bringel expressa experiência feminista no Baixo Amazonas?

Nesta pesquisa nos propomos desvelar a participação de Geminiana Campos Bulcão Bringel como docente e vereadora nos anos de 1950 – 60 na cidade de Parintins sob a visão do feminismo e das relações de gênero, para assim, examinar a sua trajetória profissional e como pessoa pública no município de Parintins.

Para encontrar respostas, buscamos através das documentações coletadas na pesquisa de campo identificar as memórias públicas sobre a atuação política e as estratégias de inserção feminina, assim como as temáticas defendidas na casa legislativa do município, como também as disputas eletivas protagonizadas por Geminiana Bulcão Bringel.

E através da bibliografia refletimos sobre gênero e feminismo a partir atuação profissional e política de Geminiana Campos Bulcão Bringel de Parintins dos anos 1950 – 60, usando assim sua trajetória como fio condutor da discussão da pesquisa.

Contextualizamos os aspectos sociais e econômicos, visando entender primeiramente o modelo de produção capitalista, suas mudanças e interferências no século XX período de

atuação política e profissional de Geminiana Bringel. O capitalismo brasileiro devido à sua extensão e profundidade, interferiu na sociedade e nas mudanças ocorridas no período estudado.

Realizamos uma discussão teórica que nos ajudassem a observar no século XX o modelo capitalista, como as ideias liberais e as mudanças em sua estrutura, muitas delas ocorridas como respostas às crises passadas no início do século. Dentro dessas análises trazemos para discussão desse período, o modelo Keynesiano que se apresentou como solução das demandas e dificuldades encontradas pela crise do capital no primeiro mundo, prioritariamente. Com a ideia de que o Estado tem que ser ampliado e mediador, atendendo as demandas sociais e contra efeitos nocivos da exploração capitalista.

No contexto nacional, entender como o Brasil incorpora essas ideias na metade do século XX, e poder ver de maneira ele se insere nas demandas de ordens econômicas mundiais. Entendemos as mudanças ocorridas no país no pós-Segunda Guerra, como o desenvolvimento da indústria, que já estava em processo, porém lentamente.

Essa discussão do nacional, se realiza com o intuito de buscar entendermos o regional. Na Amazônia os projetos de desenvolvimentos, os processos de mudanças e exploração capitalista, se volta para a região Norte. Assim como no início do século XX com a produção de borracha, e na metade do século XX o Baixo Amazonas se desenvolve devido à produção de juta e em que o município de Parintins se destaca e, logo após o declínio da produção de juta, outro elemento que dinamiza economicamente a região é a criação da Zona Franca de Manaus — ZFM em 1967, no período ditatorial em que o país viveu.

Entender esses processos de mudanças econômicas, como as formas de desenvolvimento, locais e regionais, possibilita entender o município de Parintins, e como ele nesse período parece acompanhar essas mudanças promovidas pelo capital. Mais que isso, entender essas mudanças é entender as conjunturas que interferem e movem a trajetória de da nossa personagem, Geminiana Bringel.

Refletimos também, nas possibilidades das discussões teóricas que a trajetória de Geminiana Campos Bulcão Bringel permitiu adotarmos conceitos-chave que atravessam as vivências dela, como personagem pública do nosso estudo. Conceitos como os de gênero, com sua discussão na academia como uma categoria de análise ou de discussão histórica nos anos 1980, vale para analisar os anos 1950-60? Os embates e possibilidades que o conceito trouxe para os estudos das mulheres, bem também os estudos das ideias feministas e contribuições para o desenvolvimento de pesquisa no campo acadêmico.

Observamos na sociedade de classe, como as mudanças econômicas ocorridas no século XX, fez com que as mulheres protagonizassem novos papéis, principalmente sair para o

mercado de trabalho (ANTUNES, 2008).

Entendemos como são dados os lugares nos espaços de poder destinados às mulheres, sua luta por direitos e suas conquistas na sociedade patriarcal e machista. Essas discussões buscaram uma localização de Geminiana Bringel, na sociedade que atuou como figura política e como profissional educadora.

As discussões teóricas sobre a trajetória de Geminiana Bringel colhidas através de análise documental foi essencial para melhor contextualizar e localizar sua atuação política e profissional.

Os conceitos de figuração e jogo de Nobeert Elias nos possibilitaram a entender a atuação de Geminiana na câmara, cuja parte da documentação foi obtida de seu acervo pessoal, assim como as atas da Câmara Municipal disponibilizadas na coleção *História e memória política do município de Parintins vl: I, II, III*. Essa documentação possibilitou olharmos as atuações políticas de Geminiana Campos Bulcão Bringel, observando sua trajetória, em contexto de ganho e obtenção de direitos por partes das mulheres, como o acesso à educação e à política.

Sua atuação na cena pública, foram observadas pela ótica das ideias feministas e das relações de gênero no período de sua atuação política em um espaço de predominantemente masculino, apesar dos termos feminismo e gênero ter aparecido a partir dos meados da década de 1960 e 1980, respectivamente. Ou seja, podemos vislumbrar essas categorias na atuação da nossa personagem pelo seu pioneirismo.

Assim, através da análise do seu protagonismo na casa legislativa do município, visto que sua atuação política requereu um domínio político e, por permanecer doze anos na carreira política local atuando como vereadora, assumiu cargos de importância na Câmara, como de vice-presidente e presidência da câmara municipal, e de maneira interina como prefeita, se tornando a primeira prefeita do município, mesmo que forma provisória.

De modo que no primeiro capítulo analisamos o capitalismo no mundo e seus impactos nos países periféricos como o Brasil afunilando para Parintins. Na busca para entender a sociedade brasileira no século XX, analisamos uma bibliografia que nos possibilitou entender o modelo capitalista e seus impactos sociais e políticos do período. Essas análises partem da intenção de compreender o contexto social político e econômico do sujeito de nossa pesquisa.

No segundo capítulo situamos a mulher na sociedade capitalista do Brasil nos anos 1950-60, localizando as mulheres de ontem na Amazônia e localizando a mulher nos espaços públicos de Parintins. Essas discussões foram feitas com o objetivo de entender as mulheres na sociedade, assim como as ideias e movimento feminista, relações de gênero e na nos espaços públicos.

E o terceiro capítulo analisamos a participação de geminiana sob o olhar do feminismo e gênero no espaço público de Parintins, Amazonas, Amazônia. Neste cortejaremos as fontes documentais que registram a trajetória de Geminiana Campos Bulcão Bringel na arena pública e profissional. E fechamos apontando algumas considerações e conclusões

## CAPÍTULO I

### O BRASIL NO MARCO DO CAPITALISMO GLOBAL

A discussão desse capítulo terá o intuito de entender o modelo de produção capitalista e suas mudanças, e interferências no século XX, para posteriormente conseguirmos ter a total visão das conjunturas que envolveram nosso sujeito da pesquisa. O capitalismo, devido à sua extensão e profundidade, interfere, adequa e mexe nas sociedades em se insere, capitalismo entra nesses lugares mudando as dinâmicas locais através de ordens macro, mas assim como intervém na vida e cotidiano do homem, também sofre interferência por parte dele. Para tal, temos o auxílio e aporte teórico de Brum (1999), Saffioti (1979), Paulo Netto e Braz (2008), Furtado (1978) e Mantega (1984).

Os autores evidenciam como no século XX o modelo capitalista, com suas ideias liberais em sua estrutura se integra quase que em sua gênese, procurando por mudanças significativas e desfavoráveis aos que se encontra em estado de exploração. Muitas dessas mudanças foram consequência, e até mesmo como respostas às crises passadas no início do século XX, a maior e mais visível é a crise de 30; com essa crise, o modelo até então pautado no liberalismo se fez necessário reformulá-lo para novas medidas que conduzisse o sistema econômico capitalista sobreviver.

É justamente nesse período que o modelo Keynesiano se apresenta como solução das demandas e dificuldades encontradas. Nele se tem a ideia de que o Estado tem que ser mais interventor e mediador, favorecendo as demandas do capital.

Ao tentarmos entender as dimensões da discussão no estado brasileiro, de autores como Kon (1994), Langoni (1982), Silva (2017) ajudaram a entender que o Brasil incorpora essas ideias na metade do século XX e assim começa a se mover no sentido de fazer parte das ordens econômicas mundiais. Com o fim da Segunda Guerra, o país pensa no acréscimo de sua economia através da indústria, que já estava em processo de aprimoramento, mas de forma muito lenta, então medidas são tomadas para que essa indústria se desenvolva.

É nesse momento que as grandes economias e suas transnacionais se instalam em países subsidiários da América Latina, que criam políticas para se tornarem atrativas para a instalação dessas grandes empresas de exploração de recursos nacionais, renunciando à sua soberania. Diante dos países que almejavam o atrativo dessas empresas, o Brasil é o que mais conseguiu chamar a atenção, com sua abertura para o capital privado e estatal; essa discussão é possível ver em Brum (1999); Kon (1994); Langoni (1982); Mantega (1984); e Picoli (2006).

O Brasil então fica em um status de dependência subserviente dos países possuidores de grandes capitais. Para termos um entendimento de Amazônia e realizarmos uma discussão que abarque um grau de problemáticas para região, seguimos Castro (2010); Ferreira (2016); Gondim (2019); Schor, Marinho (2013); Silva (2013); Silveira e Pinheiro (2017); Souza (2013); Picoli (2006). São os olhares do capitalismo, que mais uma vez se voltam para a região Norte, retomando o que havia ocorrido quase que similarmente séculos anteriores.

No início do século XX com a produção de borracha, que estava voltada quase inteiramente para o mercado exportador, e sua demanda de alto ou baixo rendimento dependia das necessidades exteriores. Na segunda metade do século XX, a região do Baixo Amazonas se desenvolve quase que inteiramente por conta da alta produção de juta, onde o município de Parintins se destaca como ambiente onde a planta é adaptada e cultivada, resultando na produção de sacaria (SCHOR, MARINHO, 2013; PICOLI, 2006; FERREIRA, 2016). Claro que assim como o seu desenvolvimento e seu declínio, muito se deve ao incentivo do estado em promover a economia local.

Com o fim da produção de juta, outro elemento que dinamiza economicamente a região é a criação da Zona Franca de Manaus — ZFM, no período antidemocrático em que o país viveu. A ZFM foi mais um projeto dos inúmeros desenvolvidos para a região, nas ideias de integração, e promoveu deslocamento populacional para áreas de centros urbanos (FERREIRA, 2016; SILVA, 2013; SCHOR, MARINHO, 2013; SOUZA, 2013).

Como partes desses processos de mudanças econômicas, na região norte, formas de desenvolvimentos, locais e regionais. O município de Parintins viveu um crescimento populacional expressivo na primeira metade do século XX, gerando demanda por saúde, movimentações políticas, maior acesso à educação e informação.

Os acontecimentos macros em escala global ligam-se as mudanças locais. Para entendermos como se dá o processo das mudanças ocorridas no mundo no século XX, e como estas se conectam a sujeitos que estão em espaços afetados por essas transformações.

### **1.1 O capitalismo no mundo e seus impactos nos países periféricos como o Brasil**

Devido sua profundidade e presença, o capitalismo nos possibilita através de sua análise e seu entendimento como modelo econômico, social, cultural e político. Também junto ao seu processo de inserção e interferência nas sociedades, entender de que forma se dá sua implementação e seu modo de agir, interferindo nas dinâmicas globais e locais.

Paulo Netto e Braz (2008), em *Economia Política: uma introdução crítica*, esclarece,

de forma didática, conceitos que são de caráter complexo e conteúdos básicos. Para o entendimento da crítica da economia política, introduzindo-os para acadêmicos da área de serviço social, assim como os demais campos das ciências humanas, através de conceitos-chave e o caráter histórico do processo do sistema capitalista.

Para os autores, o capitalismo “é relação social e as relações sociais são, antes de tudo, relações de essência histórica: são mutáveis e transformáveis” (*ibid.*, p. 169).

Também pontuam que estas são “resultantes da ação dos homens, exercendo pressões e constrangimentos, acarretando efeitos e consequências que independem da sua vontade”; porém “igualmente, são alteráveis e alteradas pela vontade coletiva e organizada das classes sociais (*ibid.*, p. 169).

Em outras palavras, estás exercem e sofrem pressões do ser humano e em consequência provocam mudanças a se mesmas. Muitas das ideias provocadoras de mudanças inseridas no meio social e no sistema capitalista são desenvolvidas pelos homens, que as moldam como sua vontade de se firmarem, direcionando-as a favor do capital e se próprios.

Brum (1999) analisa o processo de evolução econômica brasileira considerando as etapas do capitalismo. Para entender como se deu sua relação político-econômico-social no país, buscando entender não somente o capitalismo e sua gênese, mas as estratégias de implementação e dominação, bem como os sistemas econômicos alternativos e as fases de transição econômica brasileira, como no pós-guerra.

Para o autor ao falarmos do capitalismo, as ideias liberalistas quase sempre estão ligadas ao modelo econômico, fazendo uma associação de ambos, pois a história do capitalismo confundir-se com o liberalismo, o qual, é sua expressão econômica.

Dentro de suas leis e regras, explicita ainda o autor, que o capital estará sempre acima do trabalho, juntando estes e os organizando para realização da produção, dar-se-á origem a empresa econômica, que pode assumir diferentes formas.

Segundo Saffioti (1979) o capitalismo tende a elevar ao máximo as contradições nas formações socioeconômicas; assim, a produção gerada pelo produtor direcionada para o mercado não tem o intuito apenas seu consumo, pois aí o produto independe de sua necessidade. A autora além de analisar o modelo capitalista e suas leis de mercado, observa também como se dá a utilização de certos contingentes populacionais, como as mulheres, como meio de solucionar crises provindos do capital, buscando observar as mulheres e sua inserção no trabalho no século XX.

Nas sociedades capitalistas o Estado se encontra como agente regulador a favor do capital, segundo a autora, estabelecendo cumprido as regras de mercado. A autora explicita que

a economia de mercado entende que todos os homens são iguais juridicamente. Identificado ao fator econômico como um distribuidor de oportunidades sociais, fazendo com que a liberdade dada a cada homem dentro desse mercado proporcione a ilusão de que cada realização efetuada tem relação direta com as capacidades individuais.

O que camufla a exploração no sistema é o salário, a autora em voga demonstra que a “remuneração do trabalho em dinheiro, portanto, sob a forma do salário, disfarça a apropriação por parte do capitalista, do trabalho excedente do produto imediato, como que numa justificativa jurídica já superada de uma classe social para outra” (p. 28). Através de suas regras, a exploração é validada, mas também introjetada na lógica do capital.

Para Brum (1999), o capitalismo é um sistema que pauta a relação entre o capital o trabalho e com a doutrina liberalista o fundamentando, implantou a liberdade total da iniciativa privada no processo produtivo, tendo o Estado a atribuição de garantir que haja a livre ação dos capitalistas. Assim, não importa a condição em que o trabalhador se encontre no sistema e ele pulsante, sua condição será subalterna.

Paulo Netto e Braz (2008) explicam que a inserção das ideias liberais surge no modelo capitalista “aproximadamente a partir da oitava década do século XVIII, configurando-se esse segundo estágio do capitalismo, o capitalismo concorrencial (também chamado de ‘liberal’ ou ‘clássico’), que perdurará até um terço do século XIX” (*ibid.*, p. 171). Esse período é quando o modelo capitalista estabelece.

Sobre a base da grande indústria (a *indústria moderna*), que provocará um processo de urbanização sem precedentes, o capitalismo concorrencial criará um mercado mundial: os países mais avançados (e, nesse período, a liderança estará com a Inglaterra) buscarão matérias brutas e primas nos rincões mais afastados do globo e inundarão todas as latitudes com as suas mercadorias produzidas em larga escala — estabelecem-se vínculos econômicos (e culturais) entre grupos humanos separados por milhares e milhares de quilômetros. (*ibid.*, p. 172, grifo dos autores)

Consideram que, com o decorrer do tempo, o capitalismo esteve em constante mobilidade e transformação, devido suas forças produtivas agirem de forma rápida e intensa. É justamente “sob o capitalismo concorrencial [que] surgem as lutas de classes na sua modalidade moderna, ou seja, as lutas baseadas na contradição entre capital e trabalho” (*ibid.*, p. 173).

Essas lutas que “antagonizando a burguesia e os trabalhadores (elementarmente, a burguesia e o proletário) e que, a partir daí estarão sempre na ulterior evolução do capitalismo, adquirindo inicialmente formas grosseiras, mas, pouco a pouco, avançam para uma crescente politização” (*ibid.*, p. 173). Paulo Netto e Braz apontam, nesta fase, que o capitalismo se

consolidada como uma economia internacional, ou seja, como uma economia mundial.

Para Brum (1999) sua implementação pautada nos preceitos liberais deu origem a grandes injustiças e contradições, como a brutal exploração de operários e da mão de obra infantil, sem qualquer direito, desde a revolução industrial passando pelo século XIX e chegando ao século XX e desacelerando na Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor “na metade do século XX com o agravamento das tensões sociais e o surgimento de um sistema sócio-econômico-político alternativo — socialismo/comunismo — forçaram o capitalismo a se modificar e a se aperfeiçoar” (*ibid.*, p. 31).

Essas mudanças, devido às pressões sociais na metade do século XX, permitem avanços em direitos da classe trabalhadora, assim como de outras parcelas da sociedade também marginalizadas, como as mulheres. Como “um modo de produção como fenômeno histórico que é, não surge inteiramente acabado” (SAFFIOTI, 1979, p. 28).

Saffioti aponta que “em cada uma de suas concreções singulares, o tempo exigido para realização varia em função de fatores sócios-culturais específico de cada sociedade” (*ibid.*, p. 28). Assim, esse sistema muda segundo os elementos sociais, culturais, políticos e econômico.

Muitas são as motivações que determinaram as mudanças históricas do sistema capitalista de produção, dado que entendemos ele como um produto de ação e relação do homem, onde ele pode causar e solucionar as crises que o sistema lhe apresenta, como as ocorridas no século XX.

Mantega (1984), ao analisar as influências que interferiram no modelo econômico brasileiro, olha para as discussões sobre o modelo econômico do século XX e em que essas se pautavam.

Para o autor diante da crise econômica e devido às mudanças que ocorriam no século XX, os modelos capitalistas visavam o livre comércio. Baseados no liberalismo que levaria o equilíbrio econômico, mas com a crise de 1929 procuraram-se então teóricas para tais aflições relacionadas às contradições referentes a acumulação do capital. Então não seria possível utilizar as teorias de Marx, que fundou o movimento comunista internacional e cujas teorias queriam justamente acabar com a exploração, concedendo-lhes ferramentas para o fim deste sistema.

Segundo ele, as mudanças se deram através da “revolução keynesiana” de Lord Keynes. Tal revolução propunha que o Estado devia intervir mais diretamente na economia, não apenas como regulador nas atividades privadas, mas também como agente diretamente na produção, realizando o papel regulador na produção econômica, destruindo e privilegiando os setores dependendo da necessidade de se fazer o fortalecimento da economia.

O autor explicita que assim começa as primeiras ideias do intervencionismo econômico, que seria utilizado em diversos países capitalistas, até mesmo nos mais atrasados, dividindo em duas correntes de ideias adversárias o intervencionismo e o liberalismo econômico.

Brum (1999) parece concordar também em relação ao momento em que passa o Estado então a ser interventor, pois para ele:

Essa intervenção do estado, incipiente na terceira década do século XX, intensificou-se depois da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) caracteriza uma nova fase do capitalismo, chamada neocapitalismo social ou capitalismo moderno (“Estado de Bem-estar social”). Através dela, procurou-se atenuar a possibilidade da ação selvagem do sistema capitalista, como havia sido praticado até então, buscando-se assegurar relativo equilíbrio nas relações sociais de trabalho, mas sem alterar a essência do sistema (*ibid.*, p. 33).

O Brasil durante essas mudanças ocorridas no século XX, mais especificamente após as crises vindas do capital, passa em sua conjuntura política por algumas invariâncias do modelo de política governamental.

No país, “no período em questão, teve duas fases: a fase autoritária (1930 – 1945) e a fase democrática (1946 – 1964)” (BRUM, 1999, p. 195). Para o autor, nesse cenário, os presidentes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek foram “duas figuras fortes na orientação da vida do país” (*ibid.*, p. 195).

Furtado (1978), também entende e analisa o modelo econômico brasileiro, diz que o Brasil com a entrada de Vargas no poder pôde acalmar suas tensões políticas que haviam nesse período. Formar uma aliança entre a classe política e as forças armadas, que estavam em descontentamento com o presidente antecessor. As tensões de outros grupos que já tinham ideia que o poder daquele posto levaria um desenvolvimento da região a qual o poder representaria, pois, havia uma disparidade econômica entre as regiões do país e dos estados com graus de desenvolvimento não equivalentes.

Então a crise do café que afetou o país, era uma crise política também, e Vargas iniciou uma nova postura com o Estado Novo, já que uma das opções que se tinha no meio do caos político e econômico em 1937 era de uma ditadura (FURTADO, 1978). O autor ressalta que essa conjuntura política e econômica é o quadro de fundo no estudo da industrialização brasileira.

Para ele entender a fase de industrialização do Brasil é importante destacar o impulso na origem das próprias forças econômicas. Devido às todas as tensões provenientes do comércio exterior, e as ações por parte do Estado foram uma resposta àquela situação econômica externa e que permitiu a industrialização no país, enquanto a diminuição da importação levou as

indústrias a complementar, diminuir ou substituir seus insumos importados.

De acordo com Furtado, o aumento do fluxo de exportação de produtos primários e a necessidade de tratamento desses produtos para exportação levou ao exercício de uma atividade industrial. A necessidade de criar um serviço, implicando na formação de trabalhadores especializados e que depende dessa atividade para exportação (1978).

Furtado (1978) ressalta também que outros segmentos industriais são os dependentes das manufaturas para complementar as importações e que também são induzidas pelos gastos dos consumidores. Durante esse período, segundo Furtado, houve uma alta na exportação no Brasil, que se deu mais em relação à modernização nas formas de consumo, que na evolução da tecnologia dos processos produtivos; contudo, isso não quer dizer que não havia industrialização.

Não há como não pensar que esse processo de industrialização no país causou uma mudança na elite brasileira. No Brasil, para Brum (1999), o processo de industrialização permitiu ao empresariado assumir mais e mais presença na sociedade, participando na vida política do país. Mesmo que no início a burguesia não tivesse um papel político relevante, mas gradualmente foi ocupando espaço e obrigando oligarquias rurais a dividir o poder e então se estabelecendo como classe hegemônica.

A classe média também apresenta avanços nesse período, segundo Brum (1999)

A chamada classe média, sempre heterogênea, também foi realizando avanços sensíveis, à medida que aumentava o número de seus integrantes, especialmente nos centros urbanos maiores [...] Sua expressão política mais importante e mais organizada encontrava-se nos meios intelectuais e, particularmente, no exército, constituída de jovens oficiais. (*ibid.*, p. 177).

Aparentemente, esse novo grupo oligárquico inserido na sociedade brasileira, que tinha agora uma expressiva participação na política do país, disputa por espaço no novo lugar de poder. Com as ideias já discutidas na década de 1940 trazidas por Mantega (1984). Esse autor ressalta também que no Brasil, havia uma disputa entre os grupos políticos. De um lado havia a ideia de Estado interventor, sugerida pelo líder da Federação das Indústrias de São Paulo Roberto Simonsen, acreditando que a solução estava no intervencionismo, e do outro o diretor e professor de economia Eugênio Gudín com a ideia do liberalismo (MANTEGA, 1984).

Conforme o autor, dentro desses posicionamentos estavam representando os interesses de cada lado. Gudín, com as oligarquias agroexportadoras, que estavam comprometidas a importadoras e exportadoras do domínio da burguesia, não aceitavam que se direcionassem recursos para atividades que não fossem voltados para ela e sua infraestrutura.

Do outro lado estava um seguimento que vinha ganhando força social, com a ampliação urbano-industrial que necessitava da intervenção do estado. Os grupos que defendiam esse perfil de modelo econômico, vinham de seguimentos diversos e antagônicos, desde intelectuais de esquerda, proletários, pequenos burgueses, militares, etc. (MANTEGA, 1984).

Como aponta o autor, Roberto Simonsen representava a burguesia brasileira mais modernizante, que infringe as ideias do liberalismo, com o projeto onde o Estado teria maior intervenção na economia e medidas de proteção da economia. Menciona também que Simonsen veio para estabelecer um modelo que pudesse afetar da menor forma possível as oligarquias agroexportadoras tentando conciliar ambos os posicionamentos em relação às medidas das economias daquele momento. Por isso:

Propunha-se um avanço mais acentuado da industrialização por meio da proteção tarifária e com base na infraestrutura a ser proporcionada pelo estado [...] mantida a importância do setor exportador enquanto fornecedor tanto das divisas para as crescentes exportações brasileiras, quanto das matérias-primas e alimentos requeridos pela expansão urbano-industrial; tudo isso orientado e sincronizado pelo planejamento estatal. (MANTEGA, 1984, p. 27)

Esse projeto não tinha interesse de modificar as instituições políticas, deixando-as intocáveis. Mostrando assim que essa burguesia industrial brasileira não intencionava ou não tinha maneiras para conceder o poder na sua totalidade às classes ou uma fração das classes dominantes, mas manter sua base autoritária e dividindo uma parcela com o restante (MANTEGA, 1984).

Para ele, este plano apenas trazia a transformação da burguesia brasileira conservadora, e absorvia, seduzia e cooptava as massas para este novo projeto. Mesmo que ele trouxesse diversas medidas que cobriam e beneficiavam a indústria e a população, aquelas que tinham um apelo social eram apenas assistencialistas, visando indiretamente beneficiar a nova política de industrialização.

Ressalta também que Roberto Simonsen e seu projeto tinha o intuito na aceleração do desenvolvimento econômico através da industrialização, otimizando os recursos produtivos do país através de planejamento. A ideologia desenvolvimentista foi crescendo cada vez mais ultrapassando a burguesia industrial indo para as classes médias e as Forças Armadas, que tinha e sempre teve um grande peso na república brasileira (MANTEGA, 1984). Assim se formou a

ideologia desenvolvimentista intervencionista com seus seguimentos representantes da população por meio do aparelho burocrático do Estado.

Então assim que foi se aproximando da década de 50, segundo este autor, a crença no neoliberalismo foi perdendo sua força e dando lugar ao desenvolvimentismo, com pequenos toques de nacionalismo agregando a corporação militar logo após a Segunda Guerra Mundial. Esse nacionalismo tinha como objetivo principal o desenvolvimento do país valorizando o dinamismo e a estrutura socioeconômica, sem, contudo, obstruir a participação internacional no sentido de realizar esses objetivos (*idem*).

Castro (2010) ao falar sobre a Amazônia e como os modelos políticos lidaram com a região no século XX. Esse autor diz que essas ideias nacionalistas e desenvolvimentistas, deixaram vestígios que iriam se repetir no período ditatorial, nos governos militares. A lógica seguinte foi semelhante às das elites nacionais, para delinear a ocupação de terras para as fronteiras estabelecidas, colocando um processo civilizatório, com a característica autoritária do regime.

Então a partir de 1964 com o governo militar as políticas reconfiguram-se, mas com as mesmas ideias: “integração do estado nacional pela ocupação de espaços demográficos ‘vazios’, visando ao progresso e à segurança nacional” (*idem*, p. 112). Demonstrando permanecer nas mesmas bases que governos anteriores e assim a Amazônia é destacada.

Essas ideias serão visíveis no decorrer dos anos seguintes do século XX, quando, segundo o autor, os programas seguem com as mesmas concepções de intervenção por parte do Estado afirmando o mesmo “movimento nacional-desenvolvimentista”, tendo apenas seus personagens reeditados.

Outros grandes programas governamentais, como a Expedição Roncador-Xingu (1943), o Programa Rondon (1967), o Programa de Integração Nacional-PIN (1970), o Programa Polamazônia (1976) e o Programa Polonoroeste (1986) todos eles, com exceção dos dois primeiros, estiveram associados ao apoio financeiro dos incentivos fiscais destinados aos empresários de setores produtivos como a pecuária, a agricultura, a madeira e a mineração (*idem*, p. 110 – 111).

Assim, nas mudanças econômicas, o Brasil como um país também enquadrado mundialmente e das interferências do modelo capitalista, age dentro das suas lógicas de exploração com acréscimos de aspectos próprios dele. O capitalismo ao se colocar como um sistema econômico global interferiu de maneira singular no país, como com as ideias nacionalistas e intervencionistas.

## 1.2 O estado brasileiro na primeira metade do século XX, e seus reflexos na economia, na política e na sociedade

As mudanças sociais e econômicas continuaram no pós-guerra, muitas delas ainda consequência dos anos anteriores. As décadas de 1950 a 1970 foram um período de grande ascensão do capitalismo, mesmo esse fato sendo contraditório por conta dos impactos negativos nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, devido mudanças sociais-políticas-econômicas no país.

O pós-guerra trouxe várias reflexões sobre as economias e o bem-estar-social. O grande evento histórico como já foi dito e serve como marcador dessas mudanças é a Segunda Guerra Mundial, a qual “alterou profundamente a realidade mundial” (BRUM, 1999, p. 50). Segundo o autor, “O conflito mudou os rumos da economia e do mundo. Com essas mudanças emergiram novos desafios e novos compromissos e alianças. Criou-se uma nova estrutura de poder mundial” (*ibid.*, p. 50).

No momento que antecede o pós-guerra, o modelo capitalista está na fase imperialista monopolista, mas suas dimensões não se comparam com as que seriam implantadas após as guerras. Sua característica nesse momento, segundo Paulo Netto e Braz (2008), é o de ser “monopolista e, por isso, alguns autores denominam-no *capitalismo monopolista*, sem eliminar as pequenas e médias empresas; de fato, estas subsistirão e até mesmo poderão se multiplicar, mas agora inteiramente subordinada às pressões monopolistas” (*ibid.*, p. 180).

As ideias do autor acima coincidem com as de Paulo Netto e Braz (2008) que aponta ser no pós-guerra que o capitalismo monopolista se estabelece no mundo, junto aos monopólios multinacionais que teve como liderança as corporações norte-americanas.

Também nessa conjuntura se acentua a presença das transnacionais, ou seja, as grandes corporações passam a se estender pelo mundo, nos países subsidiários. O poder dessas empresas é indiscutível, pois sua influência dentro desses países aumenta, fortalecendo as multinacionais, cujas decisões são tomadas fora do país em que estão inseridas, ignorando as realidades locais, seguindo apenas uma estratégia mundial (BRUM, 1999).

Acentua-se a característica de mundialização desse sistema econômico, onde a exploração agora com dimensões globais irá interferir na política, nos sistemas econômicas dos países periféricos, afetando também sua cultura, ao preço do aumento do capital e desenvolvimento dos países de grande potencial econômico.

Uma característica também dessa etapa do capitalismo são as oligarquias financeiras. Paulo Netto e Braz (2008, p. 180 – 181), apontam que “um número reduzido de grandes capitais

(indústrias e banqueiros) concentra nas suas mãos a vida econômica do país e, claro, não só de seus países, mas ainda daqueles em que seus grupos econômicos atuam”. Enquanto as oligarquias financeiras “detêm o poder econômico, esses poucos monopolistas dispõem de enorme influência política em escala nacional e internacional”.

Ao preço desse alto rendimento dos países os quais as transnacionais instalavam, são as consequências deteriorantes ocorridas nos países subsidiários, como aponta Brum (1999):

O deslocamento de alguns setores industriais muito poluidores (siderúrgica, petroquímica, papel e celulose...) ou de elevado consumo de energia (alumínio), ou indústrias tradicionais de baixa tecnologia e que ocupam abundante mão-de-obra (calçados, tecelagem...), para países dependentes que atingiram um nível médio de crescimento econômico (como o Brasil, por exemplo) (p. 57).

O Brasil, como um país subsidiário, interessar-se receber e se tornar atrativo para o mercado internacional das grandes potências capitalistas, começa a passar por mudanças políticas e sociais. Estas vão em direção da abertura e da criação de políticas e decretos que atraíssem instalações dessas empresas ensejando assim o desenvolvimento da indústria brasileira. Agora seguindo a lógica das ideias do estado interventor, o país começa a estabelecer medidas que permitam ao capital estrangeiro se inserir junto ao processo lento de industrialização que estava ocorrendo no país.

Para Kon (1994), no pós-guerra, a economia dos países que até então se encontravam em um estado de desenvolvimento mais avançado estava desgastada. Em um certo estado de recessão, mesmo já havendo a tradição de produzir produtos industrializados e bens de capitais, como o Brasil, em seu processo de lenta industrialização, dependia desses países para importar matérias-primas e bens de capitais, diante dessa situação teve que se voltar para a produção nacional. Para a autora, na década de 40 o país já havia tentado organizar a economia, como o relatório Simonsen (1944 – 45), nos diagnósticos da Missão Cooke (1942 – 43), da Missão Abbink (1948), da Comissão Mista Brasil ~ EUA (1951 – 53) e no Plano Salte (1946), mas é na década de 50 que aparecem as efetivas mudanças.

Nesse período o Brasil encontrava-se em um processo de industrialização lento e a economia dependia da importação, mas na década de 50 com a redução da exportação do café, então houve um esforço para que a atividade econômica fosse voltada para a indústria. Ainda segundo a autora “o período 1956 – 61 foi assinalado pela introdução de um processo de planejamento efetivo das políticas econômicas governamentais a serem empreendidas, traduzidas no Plano de Metas” (*ibid.*, p. 50).

No plano de metas na década de 50 para o planejamento de políticas econômicas e governamentais havia o auxílio como:

O apoio administrativo ao plano, a utilização de órgãos governamentais de controle já existentes, como o BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (criado em 1952), a CACEX Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (1953), a SUMOC — Superintendência da Moeda e do Crédito (1945), bem como a criação de novas instituições, como, por exemplo, os Grupos Executivos, responsáveis pela concessão de incentivos ao setor privado e estabelecimento de metas industriais, e o Conselho de Política Aduaneira (KON, 1994, p. 50).

Essas políticas e decretos a favor de tornarem atrativo o capital estrangeiro foi positivo, possibilitando a financiar parte desse desenvolvimento, em conjunto com as ideias de expansão do capital desse período.

Caputo e Melo (2009), ao analisar a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) dadas na década de 50, buscam ver qual medida ajudou a internacionalizar o capital nacional; os autores afirmam que essas medidas deixaram o país o mais atrativo da América Latina para o capital estrangeiro.

O processo de industrialização no Brasil, segundo os autores, se deu graças ao investimento público e direto do Estado e de empresas estatais e por conta de investimentos não tão ostensivo do capital internacional e privado nacional. Graças a esses investimentos na segunda metade da década de 1950, ocorreu o avanço do processo de industrialização, e o desenvolvimento econômico brasileiro.

Langoni (1982) relaciona duas críticas que estão presentes quando se relata sobre o investimento de capital estrangeiro no país. Segundo o autor, a primeira consiste em uma referência que é difícil de ser objetivada em termos, mas se trata na prática de preocupações que restringem essa expansão do capital estrangeiro e sua diversificação; são inquietações de caráter nacionalista.

A segunda diz respeito à comparação de custo e benefício destes investimentos; como o autor diz na forma “simplista”, se reduz à preocupação que as saídas de recursos líquidos sejam maiores que as entradas de capitais. “O Brasil utiliza um sistema de taxação progressiva: a remessa de dividendos para o exterior até o limite de 12% da totalidade do capital estrangeiro registrado (inclusive investimentos externos) sofre um imposto de 25%” (LANGONI, 1982, p. 172).

A partir daí se tem um acréscimo sistemático referente ao imposto cobrado que pode alcançar “60% quando a remessa de lucro excede 25% do capital total” (*ibid.*, p. 172). Dessa

maneira a legislação brasileira não proibia a remessa de lucros, mas disponibilizava de mecanismos para tornar o reinvestimento no país mais atrativo.

Politicamente, nesse período, a proposta do governo Vargas, segundo Caputo e Melo (2009), era ampliar as condicionantes para o desenvolvimento econômico, integrando e possibilitando a indústria pesada com a aplicação do capital público em pontos estratégicos; nesse sentido, buscando uma união com os Estados Unidos, de modo a estabelecer a integração industrializada no país através de empréstimos públicos.

Para os autores o seu projeto se deu do modo característico do governo de Getúlio, indo por dois vieses: a da Assessoria Econômica e o Ministério da Fazenda. A Assessoria Econômica, segundo estes autores, já havia sido discutida ainda no governo Dutra sido instalada no Governo Vargas com a orientação de sempre buscar o nacionalismo.

Vargas formulou e criou a Petrobrás e a Eletrobrás e sempre colocava o Estado com primazia em suas demandas, mas com o entendimento que era necessário a utilização do capital estrangeiro e incentivá-lo, o que levaria à superação da restrição externa (CAPUTO; MELO, 2009).

Um dos exemplos do papel fundamental da política econômica de Vargas, regendo normas e incentivando a entrada do capital estrangeiro no país, como já foi citada acima, é a instrução 113 da SUMOC.

A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), foi criada no final do primeiro período de governo de Getúlio Vargas como Presidente da República. Através do Decreto-Lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, que instituiu a autoridade monetária brasileira, com a missão de preparar a organização de um banco central no país. Essa instituição exerceu o papel de interlocutora oficial do Brasil diante dos organismos financeiros internacionais e atuou na regulamentação de capital estrangeiro e do comércio exterior.<sup>1</sup>

No entanto, em meio ao conturbado cenário político após o suicídio de Vargas, segundo Caputo e Malo (2009), houve uma restrição externa. Foi promulgada, em 17 de janeiro de 1955, a Instrução 113 da SUMOC, conferindo a CACEX o poder e a autorização de importação de equipamentos sem cobertura cambial através de licenças emitidas por ela.

Nesse mesmo período, segundo os autores, o café havia aumentado de preço, fazendo com que os Estados Unidos, que naquele momento era o maior importador do produto, o sabotasse no sentido de não comprar o café brasileiro, influenciando diretamente as contas externas do Brasil e aumentando a crise no país.

---

<sup>1</sup> HISTÓRIA da SUMOC. **Banco Central do Brasil.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/historia/sumoc/historiasumoc.asp?frame=1>

Para o incentivo ao capital estrangeiro no país, conforme os autores, a 113.ª instrução da SUMOC teve o objetivo de incentivar o aumento da importação de bens e capital. Como já mencionado, tendo como ferramenta a importação sem a cobertura cambial e trazer para a indústria nacional a modernização de forma rápida, o que facilitava injeções de capital estrangeiro no país diminuindo o sistema burocrático.

Segundo os autores, o capital privado tanto estrangeiro quanto nacional, com o capital produtivo nacional para esse momento em que a indústria brasileira estava se desenvolvendo (CAPUTO, MELO, 2009). Isso permitiu, além do investimento, a inserção e importação de equipamentos na forma de investimento.

Kon (1994, p. 51) afirma que:

Esta estrutura, que formou a base de apoio ao crescimento industrial dos últimos anos da década seguinte, já no final dos anos 50, havia incorporado parte da indústria de bens de consumo duráveis, de bens de capital e da indústria pesada, bem como de indústrias em substituição a importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, eletrodomésticos e automóveis.

Os investimentos do capital estrangeiro entre os anos 1955 e 1963 foram ao valor de US\$ 497,7 milhões. Esses investimentos exerceram maior concentração no período de 1957 e 1960, dando um total de 73,0% (US\$ 363,1 milhões), principalmente para o setor da indústria automobilística, que teve a maior influência nesses números, pois nesse contexto sua implantação no Brasil era meta do governo (CAPUTO; MELO, 2009).

Contudo, segundo eles, na década de 1960, houve um declínio dos investimentos, indo de US\$ 107,2 milhões para US\$ 39,2 milhões em 1960, em 1961, US\$ 20,1 milhões, caindo em 1962 a US\$ 4,5 milhões e ao chegar em 1963 o valor chegou a menos de 1% do valor total investido no período.

Langoni (1982, p. 172) demonstra que a alta inserção do capital estrangeiro no país, que em “1947 a 1971, o total de investimentos estrangeiros no Brasil era de US\$ 1 616 milhões”, tendo uma parte desse total reinvestida no país devido os aparelhamentos do Estado para dar-lhe mais retorno para seus investidores.

“A média de investimentos diretos que havia sido de US\$ 149 milhões no período 1967/71 passou a US\$ 396 milhões em 1972, US\$ 985 milhões em 1973 e cerca de US\$ 1 bilhão estimado para 1974” (LANGONI, 1982 p. 172). Isso levou a uma curva ascendente nos investimentos, pois “até 1973 o total acumulado de investimentos estrangeiros no Brasil já atingia cerca de US\$ 3 700 milhões (o preço corrente)” (*ibid.*, p. 172). Essa ascensão do investimento estrangeiro deve-se à abertura do Brasil para o capital estrangeiro.

O autor salienta que a análise desses dados é insuficiente para termos uma avaliação de custo e benefício dessa aplicação de capital estrangeiro como investimentos no Brasil, pois é preciso também avaliar os fluxos de recursos de entrada e de saída do país nos diversos períodos, com valores oscilantes. Portanto, para uma análise correta deve os valores sejam deflacionados e acumulados a partir de uma taxa de desconto (taxa de juros) que reflete o prêmio pelo sacrifício do consumo presente face à incerteza do futuro” (*ibid.*, p. 173).

No ano de 1973 o fluxo de investimentos diretos estrangeiros representava “5% do total de nossas poupanças e de acordo com estimativas de Rubem Novas, em 1967 o estoque de capital estrangeiro no Brasil constituía cerca de 8,5% do estoque total de capital” (LANGONI, 1982, p. 173). Isso nos mostra que o tamanho da participação do capital estrangeiro não pode ser medido de forma totalizante pela sua participação na média econômica, mas podemos ter uma visão da maneira que o capital estava inserido na economia brasileira.

Importa observarmos haver um exercício por parte do estado brasileiro em pensar em sua economia, fazê-la mudar conforme as exigências e demandas mundiais decorrentes do pós-guerra. Essa estratégia se fez atrativa para o capital privado estrangeiro, a baixos custos de produção no país seguindo a lógica de país subsidiário, servindo apenas como dependente para a inserção do capital estrangeiro, além do privado, para o desenvolvimento da indústria.

### **1.3 Amazonas, Juta e ZFM: abertura ao capital mundial para desenvolvimento regional**

No século XX o modelo capitalista seguindo a lógica econômica de se fazer presente com objetivo da exploração em diversos países, para estabelecer uma soberania global, lança o olhar para a Amazônia. Esse olhar é carregado de visões estereotipadas impostas pelo colonizador. Essa visão criou a ideia de uma Amazônia como lugar afastado, isolado, com uma gama de recursos mal utilizados, negando assim a voz dessas pessoas e seu saber tradicional, fazendo em cima dessas ideias muitos projetos com objetivo de explorar a região (GONDIM, 2019; SILVA, 2013).

Picoli (2006) analisa as fases do capitalismo e a expansão do capitalismo na Amazônia com a dependência do Brasil e a da região em relação ao mercado internacional, ligando esta aos projetos do capital, sem deixar de ver os excluídos que ali sofreram por essas mudanças no capital. O autor aponta que assim como outros países da América Latina dependentes desse capital internacional, o Brasil encontra-se em um estado de submissão. Na Amazônia, segundo ele, ainda durante a Segunda Guerra, devido à necessidade dos EUA, o Brasil promove um deslocamento populacional para se trabalhar nos seringais com a borracha.

O fato é que

Historicamente, a ocupação da região foi no intuito de aproveitar o grande potencial de recursos florestais, minerais e introduzir projetos agropecuários com fins de acumulação de capitais. A Amazônia brasileira vem sendo ocupada ao longo dos tempos, sendo objeto de cobiça internacional pela sua potencialidade econômica (PICOLI, 2006, p. 21).

Essas ideias em relação a Amazônia que Silva (2013, p. 11) chama a atenção, pois, “quanto mais a Amazônia é vista como um espaço geopolítico, um paraíso fiscal, um patrimônio da humanidade, uma zona econômica emergente, um banco genético planetário”. Mais “as contradições pretéritas presentes dos ciclos históricos da acumulação originária, do capitalismo internacional, da economia mundial ganham complexidade no plano local” (*ibid.*, p. 11). Esses grandes projetos parecem estar alinhados com as ideias de progresso das elites do estado brasileiro.

Castro (2011) afirma que as elites brasileiras alinhavaram o projeto nacional, com o conceito de integração e desenvolvimento para formular um projeto para a Amazônia e, essas ideias se fortaleceram cada vez mais nos governos seguintes.

As políticas baseadas em um nacionalismo desenvolvimentismo, segundo a autora, foram transformando a região de forma irreversível, assim como também sua inserção na economia nacional. Um exemplo trazido pela autora é: “a construção da cidade de Brasília, para onde se deslocaria a capital brasileira até então no Rio de Janeiro, e a abertura da rodovia Belém-Brasília, que integraria a Amazônia às demais regiões do país” (CASTRO, 2010, p. 112). Mostrando assim uma visão perpétua sobre a Amazônia, de um lugar isolado e vazia e com grande potencial econômico a ser aproveitado.

Segundo a autora, o projeto de criação da estrada, é um marco, pois a política que direcionava a expansão da fronteira da Amazônia irá proporcionar a integração da região ao mercado nacional.

Segundo Castro (2010, p. 112), “A Amazônia brasileira foi concebida no seio das elites nacionais enquanto fronteiras de recursos e vazios demográficos em que o capital poderia fazer seu ciclo de acumulação com bases nos novos estoques disponibilizados”. Essa Amazônia concebida pelas elites é muito diferente “da Amazônia multicultural e multiétnica que milenarmente a caracteriza” (*ibid.*, p. 112).

Esses projetos segundo Castro (2010) demonstraram que seguem a lógica de outros que passaram e perpassaram pela Amazônia. Silva (2013) diz que os ciclos e os inter-ciclos históricos servem para marcá-la nos lugares de prosperidade ou crises do capitalismo. Para a

autora “como uma região geopoliticamente delimitada no mercantilismo, no absolutismo monárquico, na transição feudal-capitalista, colonialismo, a Amazônia sofreu mudanças acentuadas no processo com os processos de expansão do e crise do capitalismo” (*ibid.*, p. 11).

Nesse sentido podemos afirmar que, nas mudanças e crises do capitalismo na Amazônia, nos proporcionam visões singulares em suas diversas etapas e lugares onde estão. Assim como as mudanças políticas e campanhas de exploração da região seguindo a lógica e regras do capital, que muito marcam a região. Logo, “são investimentos na construção de infraestrutura, que viabilizam o avanço de grandes espaços na Amazônia” (CASTRO, 2010, p. 110).

Os impactos provenientes nas demandas do capital causam os processos de deslocamento humano para os centros e pequenos centros urbanos. O município de Parintins não ficará fora disso. Schor e Marinho (2013) realizam uma análise de caráter histórico, econômico e geográfico dos municípios de Parintins e Itacoatiara. Essa análise tem intuito de entender a urbanização das cidades na Amazônia, trazendo discussões sobre o impacto da borracha em ambas as cidades. O processo de domesticação e cultivo da juta, o ensino universitário em ambas e posteriormente o festival folclórico como um meio econômico para o município de Parintins, e como essas cidades se dinamizam com os ciclos, alta e baixa econômica e populacional.

Segundo os autores, o *boom* da borracha deu uma revigorada na rede urbana da região, o aumento da produção ampliou a área ocupada, então além de haver a necessidade de novos núcleos urbanos, os já existentes são renovados. Intensificando-se também, segundo os autores, e as relações entre os núcleos de povoamento, devido ao fluxo intenso de mercadorias que passam na rede fluvial amazônica.

Nesse período, a Vila de Serpa e a Vila Bela de Imperatriz são elevadas à categoria de cidades, tornando-se Itacoatiara e Parintins, respectivamente. As duas cidades se modernizam graças aos investimentos propiciados pelo desenvolvimento da economia do látex, destacando-se pelo crescimento populacional e por suas economias (p. 240).

Parintins sendo o segundo maior município do estado, como apontam os autores, se encontra em lugar estratégico geograficamente na região amazônica. Todas as movimentações e ações provenientes do capital na região amazônica interfere nas cidades menores, desde o processo de deslocamento humano para centros urbanos como no aumento de demanda.

Picoli (2006) ressalta que o período de alta produção da borracha no Brasil foi durante a Segunda Guerra, após o Japão ocupar os seringais da Malásia e da Birmânia; nesse momento a borracha amazônica recebeu um novo impulso em sua produção, devido a um acordo entre o

presidente Roosevelt dos EUA com o presidente Vargas do Brasil. Como consequência, grandes contingentes da população nordestina migraram para a região Norte, para trabalhar suprimindo as necessidades norte-americanas. Assim, para suprir a grande potência, o Brasil inicia o aumento da sua produção da borracha.

Para o autor, foi na conjuntura da guerra que o país se torna mais dependente dos EUA; este no que lhe concerne, não somente com o Brasil, mas com todos os países da América Latina, os designando como “*rebanho submisso*”.

As ideias de Picoli estão ligadas à forma em que os países da América Latina se portaram diante da grande potência econômica, os EUA; esses países para terem as grandes empresas instaladas neles, criavam mecanismo através de regras e decretos o quais os deixavam em uma condição de subserviência.

O autor elucida que, entre as guerras, durante o declínio da borracha, deu-se então o foco para a produção de outras atividades comuns na região, mas de uma forma bem reduzida, pois no período da alta produção as indústrias ficavam fora da região amazônica; foram os altos lucros da borracha e a aceitação pelo mercado mundial que fizeram com que o extrativismo e os produtos nativos, quase não fosse produzido pelos da terra.

Projetos de desenvolvimentos durante o período da guerra também foram realizados:

Em 1937, no período que antecede ao início da II Guerra Mundial, o governo brasileiro, devido as várias crises no país, organizou a chamada ‘Marcha para o Oeste’, com Vargas na presidência da República. Essa estratégia deslocou um grande contingente de pessoas para a região e busca de terra e trabalho, tanto no extrativismo quanto no agropecuário (PICOLI, 2006, p. 32).

Castro (2010) aponta que o desenvolvimentismo e o nacionalismo estão presentes como bandeiras políticas no Brasil desde 1930 a 1960. Para a autora, indo do Estado Novo com Vargas, seus discursos de progresso e de modernização, a Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília, o programa de “Marchar para o Oeste”, com a criação da rodovia Belém-Brasília entrando assim na selva, estes são considerados marcos do desenvolvimentismo; segundo a autora, essas ideias estão presentes também em governos atuais e nas (macros) políticas desenvolvidas para a Amazônia.

A criação de Brasília no centro-oeste do país, segundo ela, era com intuito esquadrihar o país e ligá-la a todos os pontos; a estrada colocaria definitivamente a região Norte com ligação com o mercado (inter)nacional (CASTRO, 2010).

Ligada ao contexto mundial, na metade do século XX Picoli (2006) observa que:

Aliado ao aumento populacional e ao desenvolvimento amazônico, o restante do país também evoluiu no campo e na agropecuária e da indústria. Em 1953 o cultivo do café encontrava-se extremamente favorecido pela aceitação do mercado mundial, e as exportações do produto forneceram divisas na proporção de 60 a 70% na ocasião. Por outro lado, também o rebanho bovino brasileiro passou de 44,6 milhões de cabeças em 1940 para 90 milhões em 1966. O crescimento econômico brasileiro, nas várias fases do comércio mundial, limitou-se ao papel de fornecedor de produtos primários aos países importadores. Esse fato se evidencia na metade do século XX, quando realmente se efetiva a dependência e a subordinação da economia brasileira pelos centros financeiros das transnacionais (*ibid.*, p. 32).

O mesmo discurso em nome do progresso será utilizado nas demais regiões do país em diferentes programas governamentais. As obras da engenharia de transporte deram eficácia no avanço econômico e agrícola, como a rodovia Belém-Brasília que ligou as regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país; desse modo, a colonização, estradas e grandes projetos fazem parte e são elementos pilares da política de integração nacional (CASTRO, 2010).

Em locais com baixa densidade geográfica, “no período de estagnação econômica decorrente do declínio da borracha, a região desenvolve, a partir de 1930 a 1980, a economia da juta, sendo Parintins, nesse período, a principal sede nacional dessa economia” (SCHOR e MARINHO, 2013, p. 249).

Para os autores, com a ultrapassagem entre 1911 a 1920 da produção da borracha brasileira pela asiática, muitas cidades na região apresentaram um baixo nível populacional; porém, cidades do rio Amazonas, em pequenos núcleos urbanos, exibem um crescimento, devido apresentarem fatores em sua área com um certo dinamismo. Um desses fatores é o da juta, que tem seu início no município de Parintins, e irá depois se espalhar pelo Amazonas, indo, segundo os autores, de Manaus a Santarém.

A história da juta em Parintins inicia-se com a chegada de uma missão, chefiada pelo deputado, Dr. Tsukasa Uetsuka, vindo do Japão, com a finalidade de escolher um local no município destinado à instalação do núcleo de Kotakuseis (como eram chamados os alunos diplomados pela Escola Superior de Colonização do Japão) em 1930, o então ministro da Agricultura do Japão, Dr. Uetsuka, cria o Instituto Amazônia, e recebe permissão do Governo Federal para fundar em Parintins o Instituto de Estudos Agrícolas para Imigração Japonesa (SCHOR; MARINHO, 2013, p. 241).

Aldenor da Silva Ferreira (2016) assinala que durante o período posterior à borracha e o que antecede a Zona Franca de Manaus, nos estados do Amazonas e do Pará, a juta foi uma modalidade que deu uma dinâmica agrícola para esses dois estados. Isso contribuiu para a aproximação do Brasil com o Japão; assim o cultivo de juta está ligado umbilicalmente com a

imigração japonesa.

Somente entre 1934 e 1935 que o técnico agrícola Ryota Oyama produziu sementes de juta adaptadas para região, ganhando interesse inclusive dos moradores (SCHOR e MARINHO, 2013).

Na década de 1930 na cidade de Parintins havia duas unidades prensadoras instaladas, a Brasmentol Caçapava e a Companhia Têxtil do Castanhal, que trabalhavam no processo de enfardamento da fibra da juta apertando-a em feixes a amarrando-as em fardos de 50 quilos. Parte da produção era exportada para as indústrias de Manaus ou exterior e outra parte vendida para a indústria local. A Companhia Fabriljuta de Parintins existia desde 1932 e era a indústria de beneficiamento da cidade a qual produzia sacarias, telas, fios de aniagem, tapetes e outros (*ibid.*, p. 242).

Segundo a autora, é na década de 1980 que se marca o fim da economia da juta em Parintins e se define essa queda no município com a falência da Companhia Fabriljuta em 1984; os fatores para essa queda seria o crescimento dos custos de produção, que atingiam as indústrias do Amazonas, e a baixa absorção do mercado consumidor.

O que podemos observar é que os ciclos econômicos e os processos econômicos demandados, de modo a servir o capital afetaram e alteraram significativamente as regiões amazônicas. O município de Parintins se encontra dentro de uma área estratégica no Estado do Amazonas, então tanto as altas como as baixas do capital o afetam.

Assim, o êxito e a queda da juta são analisados por Ferreira (2016), apontando que podem ter ocorridos por diversos fatores. Entre eles, para o êxito, segundo o autor:

1) a conjuntura política e econômica favorável à industrialização com a chegada do Estado Novo e a sua política de substituição de importações; 2) a abundância de terras livres e propícias tanto no Amazonas quanto no Pará para o cultivo dessas Tiliaceae; 3) a disponibilidade de mão de obra liberada do monoextrativismo da borracha e acostumada com o trabalho pesado dos seringais; 4) a elevação dos preços das fibras de juta e seus derivados no mercado internacional, ocasionado pelas dificuldades de importação e exportação impostas pela Segunda Guerra Mundial; 5) a capacidade de trabalho dos camponeses amazonenses que aprenderam rapidamente a lidar com a juta, em uma época em que inexistiam os serviços de extensão rural na região; 6) pela presença da indústria em cidades polos como Manaus, Belém, Parintins e Santarém. (*ibid.*, p. 59)

Entre os fatores que contribuíram para o declínio, segundo este mesmo autor, podemos focar no que ele chama agroindústria, como:

1) Os grandes projetos implementados na região, fundamentalmente no período do regime militar, como, por exemplo, a abertura de grandes eixos rodoviários, como a rodovia Transamazônica, a Manaus/Porto Velho e a Manaus/Boa Vista, responsáveis pelo deslocamento de grande massa de trabalhadores das áreas de várzea para as áreas de terra firme; 2) a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), hoje Polo Industrial de Manaus (PIM), que drenou bastante mão de obra do interior para a capital; 3) a falta de incremento tecnológico para a extração das fibras e a produção de sementes; 4) o descompasso entre o setor fabril e o setor de produção agrícola; 5) as inovações tecnológicas da segunda metade do século XX no campo do transporte, armazenamento de grãos e o surgimento do polipropileno; 6) a infraestrutura estatal relacionada ao setor. Neste último ponto, reside a grande diferença entre o Brasil e Índia enquanto produtores de juta. No Brasil, tanto os governos locais quanto o federal não estabeleceu políticas contínuas visando à proteção e ao desenvolvimento do setor, como a Índia fez, subsidiando e investindo em novas tecnologias e abrindo novos mercados para a juta e seus derivados. (*ibid.*, p. 59)

A Zona Franca de Manaus é outro exemplo desses grandes projetos desenvolvidos para região pela necessidade do grande capital e produz grande impacto sobre a Amazônia. É importante entendermos que “o modelo de zonas francas não nasceu aleatoriamente. É oriundo da ordem internacional imperialista mais desenvolvida, que significa a existência de mecanismo reguladores das relações desiguais entre povos, nações e blocos” (SILVA, 2013, p. 28).

Então o desenvolvimento das zonas francas está ligado às demandas e ambições capitalistas no mundo do século XX, como mostra Silva (2013): “esse modelo deve-se em grande parte, ao processo de valorização do capital e ao aumento de concorrência internacional”. Assim “pode-se afirmar que, em virtude dos próprios acordos organizados na esfera política das relações diplomáticas, as zonas francas, como o termo sugere, são zonas sujeitas ao rigor pregados no contexto da Guerra Fria no plano econômico, e mais exemplares no sentido político” (*ibid.*, p. 28).

Ressalta ainda que comumente a criação da Zona Franca de Manaus é enquadrada nas ações providas do Estado Autoritário de 1964 para os anos seguintes. A Lei n.º 3.173 de junho de 1957, resultado do projeto de Francisco Pereira da Silva, deputado do Amazonas, não sofreu regulamentação quando o regime ditatorial entrou em vigor. A autora acentua que Castelo Branco foi comandante militar da Amazônia, e tinha conhecimento das necessidades e expectativa em relação aos investimentos em grande escala para gerar uma movimentação econômica da região.

Fica claro que as ideias de integração e exploração da Amazônia que culminaram com a criação da ZFM estão presentes antes mesmo do estado autoritário, como em projetos de lei que antecedem o período da ditadura, e uma dependência das transnacionais pelos países.

Picoli (2006, p. 34) destaca que “a estratégia dos americanos baseava-se no apoio ideológico aos regimes autoritários, introduzindo na prática sua política de dominação fora de seu território”.

Ferreira (2016) estabelece que tanto a reformulação quanto a consolidação da ZFM através de investimentos públicos são partes da denominada Operação Amazônia, que consistiu numa somatória dos grandes projetos desenvolvidos para a região. Mesmo que essa operação, segundo o autor, tenha nascido ainda no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, é somente a partir de 1964 com a criação ao nível nacional, do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que a política de incentivos fiscais irá se materializar.

Assim, “é a partir de 1967, que o Amazonas vai começar a experimentar alterações significativas na sua economia, resultado direto dos desdobramentos da ZFM” (*ibid.*, p. 207).

O autor, com base no decreto n.º 288, entende que a ZFM é uma realização do governo militar na Amazônia; esse decreto ampliou a legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por trina anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia.

Segundo este mesmo autor, o período em que o decreto foi sancionado é conhecido por “os anos de chumbo”, indo de 1968 a 1974.

pode-se dizer que a ZFM é a materialização do lema ‘integrar para não entregar’. Esse esforço do governo tinha como objetivo desenvolver e integrar uma região que, apesar de toda a sua importância econômica e geopolítica, sempre foi renegada pela própria nação, uma imensa área até então parcialmente estagnada. Para além das questões econômicas, a problemática envolvia também questões de segurança nacional, segundo o discurso oficial produzido pelo governo (*ibid.*, p. 207).

Através desses apontamentos, podemos observar que as ideias que circulam sobre a implantação da ZFM são as mesmas que historicamente vinham sendo produzidas para a região. Ou seja, para impor a expansão capitalista no anseio e as necessidades de aglutinamento econômico dos países dependentes, como o Brasil.

“O governo militar, após efetivo controle das forças de oposição, transformou a região amazônica em uma área de expansões capitalistas (inter)nacionais, impondo as massas a mais incompreensível exploração da mão de obra” (PICOLI, 2006, p. 34).

Os impactos ocasionados pela ZFM não estão apenas ligados à cidade de Manaus, mas tem consequências na região em sua totalidade. Juarez Baldoino da Costa (2016) esclarece que o crescimento demográfico procede conforme a possibilidade de expansão territorial, existente na região.

Esse crescimento, segundo o autor tem ocorrido devido ao número maior de pessoas partindo para os centros urbanos e até mesmo em comunidades não urbanas, assim como ocorre a maior utilização do espaço, ressalta o autor, encarecem e dificultam a eficácia dos serviços públicos.

De acordo com Costa (2016, p. 27), “a existência da ZFM/PIM, de uma forma ou de outra, inevitavelmente, obriga o uso de espaço em seu local de funcionamento e em diversos outros locais, tanto na capital do Amazonas quanto em parte do interior do estado, necessários e em decorrência das atividades em consequência das demandas social e econômica”.

Os grandes projetos desenvolvidos na região amazônica durante o século XX pela elite brasileira, são carregados em suas políticas, de ideias nacionalistas e desenvolvimentistas. Trazem consigo também, as ideias de integração da Amazônia para o seio da exploração mundial, e que o retiro de recurso e exploração dentro dessa ordem normal afetam e interferem significativamente em escala regional.

#### **1.4 Aspectos da população, economia, educação, saúde e participação política de Parintins nas décadas 1950-1970**

Nas décadas de 50 à década de 70 o município de Parintins passou por inúmeras transformações devido ao processo de urbanização, a qual acompanha, de certa forma, o que o país estava passando dada a lenta industrialização que já vinha ocorrendo, mas na década de 50 recebeu um impulso mais elevado.

Segundo Souza (2013) essa intensificação muito se deu por conta da indústria nacional, que serviu como um atrativo para o estabelecimento de contingentes populacionais em cidades urbanizadas, com intuito de terem melhores condições de vida e de trabalho. A autora ressalta que em relação ao município:

é importante considerar que, no conjunto das cidades brasileiras, as cidades médias como Parintins se apresentam como foco de atração tanto populacional quanto de atividades econômicas especializadas. Assim pela difusão da oferta de ‘melhor qualidade de vida’ esses centros urbanos — que atraem tanto as camadas médias da sociedade que procuram fugir dos transtornos das grandes cidades, como caso específico de Parintins, que atraiu também pessoas das áreas rurais pela falta ou deficiência de políticas públicas para o campo — vêm passando intensas transformações (SOUZA, 2013, p. 01).

O município de Parintins, graças à sua localização geográfica, proporciona uma parada estratégica para aqueles que pretendem utilizar o rio Amazonas como caminho para o

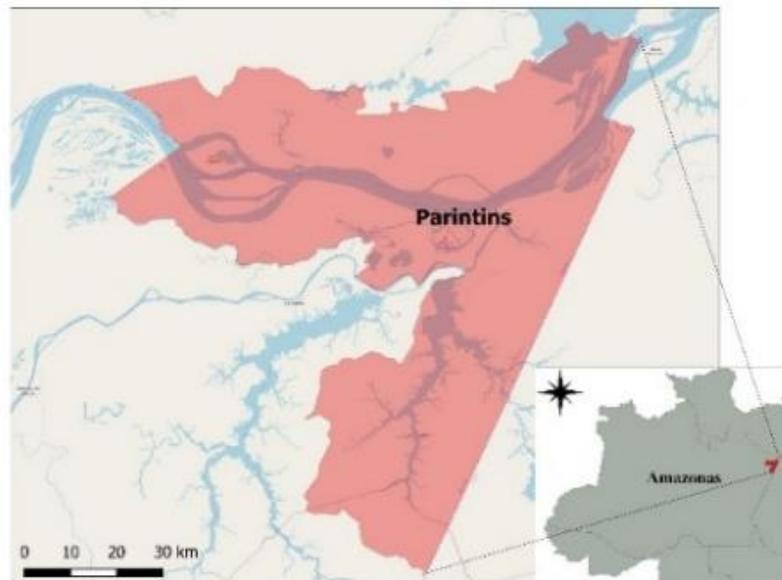
escoamento de mercadoria e transporte de pessoas. No século XX, a borracha, a juta e mais tarde a ZFM proporcionaram essa movimentação.

O município faz parte do maior sistema fluvial do mundo, a Bacia Amazônica, o rio Amazonas o maior do mundo, em extensão e volume de água; sua largura é de 50 km no trecho entre a foz do Rio Nhamundá e Parintins (SOUZA, 2013). Além disso, o rio, como aponta a autora, “representa a principal via de escoamento e abastecimento, a grande estrada hídrica que liga Parintins à capital do Estado e ao Oceano Atlântico” (*ibid.*, p. 34).

Segundo Antônio G. R. Bittencourt (2001), Parintins é uma ilha que fica à margem direita do Amazonas, 95 quilômetros distantes da foz do Bom Jardim, na latitude sul de 2°, 37' 57" e longitude 54°, 15' 80" (de Greenwich) formado pelo rio Amazonas, Paraná do Limão, lagos do Macarani, Aninga, Redondo, Francesa e Parananema.

A cidade de Parintins é construída sobre uma ilha, denominada de Ilha Tupinambarana. É formada por sedimentos do quaternário e alguns afloramentos de terciário, tornando-se uma planície, constituindo-se uma das maiores faixas de várzea do Estado do Amazonas. A ilha, na verdade, é um arquipélago, uma vez que no período das cheias fica entrecortada de lagos, furos restingas, paranás e igapós. A área urbana localiza-se em uma dessas ilhas, de aproximadamente 45 km de extensão, formada geograficamente por um grupo de ilhas, de entre elas: a Ilha de Santa Clara, Ilha de Santa Rita, e ilha do Parananema (SOUZA, 2013, p. 35).

Figura 1: Localização do município de Parintins.



Sistema de coordenadas Geográficas

Datum: SIRGAS (2000)

Fonte: Google Maps (2020)/IBGE (2005).

Elaboração Francielen Alves Pereira

Na metade do século XX, Parintins cresce em número de pessoas. As mudanças

ocorridas no município seguem as transformações ocorridas em um contexto nacional e local. Aparentemente o crescimento populacional nacional da metade do século XX é acompanhado pelo município de Parintins.

Os dados mostrados por Souza (2013) indicam isso, pois na década de 1950 o Brasil tinha uma população urbana de 18.782.989; em 1960 esse número sobe para 31.214.700, e em 1970 para 52.084.984; juntamente a esse crescimento populacional o município de Parintins tem 25.662 habitantes em 1950 e vai para 27.525 em 1960. Na década de 70, a autora demonstra que essa população sobe para 38.801.

Um das razões para esse aumento se deve justamente às movimentações do estado no propósito de desenvolver uma economia na região. As “estratégias criadas na década de 60 com intuito de comunicar o Centro Oeste, o Nordeste e a Região Norte ajudaram o crescimento e urbanização do interior do país, a criação da capital do país em Brasília juntamente com a infraestrutura de ligação de transporte também tiveram o mesmo intuito” (SOUZA, 2013, p. 01). Para a autora:

a partir dos anos 70, o processo de urbanização alcança outro patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, se teve primeiro uma urbanização aglomerada, com o aumento do número — e da população respectiva — dos núcleos com mais de 20. 000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho médias (em torno de meio milhão de habitantes). (*ibid.*, p. 15)

Essas mudanças ocorridas no contexto nacional em relação ao desenvolvimento da região, parecem refletir o aumento populacional e em alguma medida no município de Parintins. Não há como não pensarmos que esse número de pessoas que migram para o município em busca de melhor qualidade de vida atraídas pela saúde, educação e trabalho não estejam ligadas às demandas e as mudanças ocorridas na metade do século.

Um fator de contribuição também é a localização geográfica no rio Amazonas, a principal estrada fluvial por onde passa as embarcações de pequeno e grande porte, que movimentam pessoas e mercadorias.

Talvez as mudanças e ciclos econômicos são os motivos das diversas mudanças na cidade de Parintins na metade do século XX. Entre as décadas de 1950 – 70, muitas das quais ocasionadas, pelo ciclo da borracha, pela alta produção da juta, e logo após afetada pela ZFM. Tais modificações fizeram o município de Parintins mudar sua dinâmica social, como na saúde, educação, economia e política; portanto, nesse período as transformações continuaram e se

intensificaram.

Souza (2013) ressalta que:

é importante considerar que, no conjunto das cidades brasileiras, as cidades médias, como Parintins (AM), se apresentam como foco de atração tanto populacional quanto de atividades econômicas especializadas. Assim, pela difusão de oferta de “melhor qualidade de vida”, esses centros urbanos das grandes cidades, como no caso específico de Parintins, que atrai também pessoas de áreas rurais, pela falta ou deficiência de políticas públicas para o campo vem passando por intensas transformações socioespaciais (*ibid.*, p. 19).

Para a autora, na década de 1950 a cidade volta a crescer e a expandir-se, com novas aberturas de ruas e a construção de residências. Na década de 1960, o Brasil estava passando por uma instabilidade econômica, e a crise inflacionária e financeira do país afetava Parintins. O município teve a necessidade de firmar convênios para alavancar o progresso e melhorar a infraestrutura da cidade, visto que já não atendia mais a demanda da população que crescia (SOUZA, 2013).

As dificuldades instáveis e incertas no município, como aponta a autora, não fazem com que a cidade pare crescer, pois, com “a chegada de pessoas vindas de outros lugares e busca de melhorias de condições de vida, principalmente das áreas rurais, impulsiona o crescimento populacional e o crescimento das áreas periféricas da cidade, com ruas mal padronizadas, sem dotação dos serviços à vida na cidade” (*ibid.*, p. 49).

Na economia, o município de Parintins, assim como já observado por Saunier (2003) e Schor e Marinho (2013), passa durante sua história por alguns ciclos econômicos, os quais afetam a cidade. No período em que o país se encontra em estagnação econômica devido o declínio da borracha, Parintins se desenvolveu devido à juta, uma das principais sedes nacionais dessa economia com a cidade Itacoatiara (SCHOR; MARINHO, 2013).

Na década de 50, as duas cidades:

captavam a maior parte da produção de juta dos municípios circunvizinhos e o produto beneficiado era revendido para Manaus e Centro-Sul do país. Para a rede urbana desse período, o ciclo da juta consolidou a representatividade econômica das duas cidades em relação às demais de sua rede e dinamizou o intercâmbio comercial com a capital do estado (*ibid.*, p. 242).

Um dos ciclos econômicos citados por Saunier (2003) é o pau-rosa, que se inicia na década de 30 com as primeiras instalações de algumas usinas no município; na guerra, a essência do pau-rosa quase desapareceu segundo o autor, entretanto, na década de 60, acontece

a reinstalação de algumas usinas de destilação de óleos vegetais.

Outro ciclo nas décadas analisadas é o do rebanho bovino:

Em Parintins, o ano de 1975 marca a chegada do município ao topo no ranking do efetivo de rebanho bovino no estado do Amazonas, após esse ano até 2008, o município oscila entre a primeira e a terceira posição segundo o Censo Agropecuário 1974 – 2008 do IBGE. A agropecuária cresceu de modo bastante significativo em Parintins, sendo está uma das principais atividades econômicas (SCHOR e MARINHO, 2013, p. 31 – 32).

Na política, temos a primeira legislatura, que se iniciou em 1947 até 1951; a segunda legislatura inicia-se em 1952 e vai até 1955; a terceira legislatura teve duração de 1956 a 1959; a quarta legislatura se deu de 1960 a 1963; a quinta legislatura, de 1964 – 1968; enquanto a sexta legislatura, que começa em 1969, vai até 1972 (BUTEL *et al.*, 2011).

A Câmara Municipal de Parintins apresenta um quantitativo representativo feminino muito baixo, da primeira legislatura até a sexta legislatura. Durante essas seis legislaturas, houve 71 cargos ocupados, entre prefeitos, vice-prefeitos, vereadores eleitos e vereadores que entraram através da suplência; nesse período apenas quatro vezes o cargo de vereadora foi ocupado por uma mulher, e todos ocupados pela professora e vereadora Geminiana Bulcão Bringel, onde sobre a presidência da câmara pôde também está como prefeita devido à ausência do prefeito e vice-prefeito.

É durante as décadas de 60 e 70 que temos os primeiros jornais impressos. Souza (2013) aponta que dois jornais foram os primeiros a circularem no município de Parintins, “Tacape” e o “Parintins”. Já em Saunier (2003), na década de 60 havia dois jornais, um fundado pelo ex-prefeito José Esteves, que circulou de 1960 até meados dos anos 80, e o jornal “A Flama” da década de 60.

Nas décadas de 1950, 60 e 70, podemos perceber no município de Parintins um aumento no incentivo estadual do desenvolvimento educacional, com criação de diversas escolas. Saunier (2003) aponta que aparentemente a primeira escola a ser fundada no município foi a Escola Araújo Filho em 1853, dirigida pelo Padre Torquato; essa data segundo o autor, é quando é implantado a obrigatoriedade do ensino público em Parintins. A referida escola na década de 1960 passou por inúmeras reformas para o seu melhoramento educacional.

Após a Escola Araújo Filho, outra escola a ser fundada no município é o Colégio Batista Parintins em 1955, pelo Pr. Eduardo França Lessa, pastor da Primeira Igreja Batista de Parintins, fundamentada nos princípios cristãos batistas; de 1969 a 1971 a escola ofereceu para a formação de seus alunos o curso normal (SAUNIER, 2003). Nos inícios de 1954, como afirma

o autor, foi dado o passo inicial para a fundação da Escola Estadual Brandão de Amorim, entrando em atividades em 1960. A Escola Estadual Ana Rita de Freitas foi fundada em 1954, e tinha capacidade para 211 alunos.

Outra escola fundada nesse período, como mostra o autor, é a escola denominada Colégio Nossa Senhora do Carmo, cuja fundação se deve ao Bispo Dom João da Mata, Prefeito interventor Capitão Ferreira e pelo Pe. Victor Heinz. O passo inicial para a construção se deu em 1945 sendo oficialmente inaugurada em 1957, com uma turma inicial de 36 alunos que foram submetidos a um Exame de Admissão. Também fundou o curso de Pedagogia em 1961, formando a primeira turma em 1963.

Anexa a essa escola surge a Escola Estadual Padre Jorge Frezzini, tendo seu funcionamento iniciado em 1966, que após incentivo de verba pública em 1974 pode sair sede provisória, atendendo 463 alunos em 13 turmas, como explicita Saunier (2003).

Em 1967 foram fundadas a Escola Estadual Waldemar Pedrosa e a Escola Estadual Senador Álvaro Maia, esta sido nomeada de Ginásio Estadual de Parintins de 1967 a 1979; em 1970 é fundada a Escola Estadual Aderson de Menezes, e Pe. Augusto Gianola também funda a Escola Estadual São José Operário; em 1972 nasce a Escola Estadual Ryota Oyama com capacidade para 950 alunos; em 1977 é fundada a Escola Estadual Suzana de Jesus Azedo, enquanto a Escola Estadual João Bosco teve sua obra iniciada em 1979 e concluída em 1980 (SAUNIER, 2003).

Assim é possível ver um interesse e uma necessidade em melhorar o acesso educacional no município. É importante lembrar que apenas a criação das escolas não indica o real interesse das autoridades para um ensino universal no município. Apenas um estudo com o caráter de observar a criação dessas escolas e o real impacto para uma educação para o povo pode mensurar e nos dar o real interesse das autoridades nessa ampliação do ensino.

Outro espaço onde podemos ver essa preocupação pela educação é na Câmara Municipal de Parintins, através de suas atas que demonstram atenção à educação durante esse período. Butel (2011) na Transcrições De Leis 1954 – 1957 afirma que os registros reportam a preocupação dos vereadores e do Prefeito em oportunizar educação de qualidade à população; nesse momento, foi criada a Taxa de Assistência Escolar, revertida em Merenda Escolar.

A ata datada de 1960 a 1962 traz dados do quantitativo de alunos em relação à educação no município naquele período, que estava com 143 escolas onde em sua maioria, segundo a ata, em lugares onde ainda não havia luz elétrica; assim, foram nomeados em 1960, 143 professores.

Nesse período compareceram 3.654 crianças a bancas de exame. O texto ressalta

também que foram feitas distribuições gratuitas de livros, papel, lápis, tinta e fardas<sup>2</sup>, mostrando assim a ação do Estado nesse período para a formação dos populares.

No dia 7 de setembro de 1959, mais de trinta diplomas de concludentes do “Curso ginásial” no Colégio Nossa Senhora do Carmo de Parintins<sup>3</sup> foram dados para os concluintes. Foi proposto também que a Câmara Municipal prestasse as homenagens ao Padre José Victor Heinz. A justificativa de seu pioneiro trabalho na instrução secundária no município e por iniciar as obras do Colégio N. S. do Carmo. Foi requerido também que “fosse consignado em ata um voto de congratulações extensivo ao Diretor Apostólico da Prelazia de Parintins Monsenhor Arcangelo Cérqua e a diretoria do Colégio N. S. do Carmo e fossem extraídos cópias e enviados aos mesmos mediante ofício”.<sup>4</sup>

As preocupações por educação parecem ser tema sempre presente nas políticas públicas desenvolvidas no município.

Parintins terá sua primeira experiência com o ensino universitário em 1970 com o Projeto Rondon. Silveira e Pinheiro (2017) destaca que o projeto teve impacto nas sociedades consideradas distantes pela lógica da ditadura, que a partir do decreto presidencial n.º 62.927, criou o primeiro grande programa de extensão universitária com uma abrangência nacional, e um dos mais longos, durando mais de 20 anos (SILVEIRA, PINHEIRO, 2017).

Nesse período, segundo os autores, o ensino tinha o intuito de ser utilizado como material de introdução de ideias do estado onde “o discurso oficial do projeto era convocar a juventude e a universidade a participar do processo de integração nacional, seguindo a lógica nacionalista de ocupação e defesa do território” (SILVEIRA, PINHEIRO, 2017, p. 02).

Para os autores, os internatos rurais, que surgem no período da ditadura a partir do plano de governo começam a desenvolver políticas de ocupação em áreas que eram consideradas mal aproveitadas, no sentido de utilização de recurso, e chama a atenção para a participação dos jovens estudantes e professores do ensino superior para integrar essa parte do país, pois tinham receio que a Amazônia fosse entregue.

A partir daí foram estabelecidos os internatos rurais, com o desenvolvimento do ensino de medicina e outras em lugares mais afastados dos centros urbanos. O propósito de levar e mudar a concepção da medicina como uma área elitizada, nos dando uma visão de como se deu as movimentações do Estado no sentido de incentivo a ampliação do ensino superior e os intuítos do Projeto Rondon nesse período.

---

<sup>2</sup> Livro de Atas 1960 – 62, P. 59.

<sup>3</sup> Livro de Atas 1960 – 62, P. 59.

<sup>4</sup> Livro de Atas 1960 – 62, P. 59.

Depois de 1964, quando se instalou uma ditadura civil-militar no Brasil, aquele modelo de governar começou a política de interiorização do ensino superior no país, onde a prioridade foram cursos voltados para área da saúde e depois se expandindo para outras áreas. Um dos programas criados foi o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) da Universidade Federal no Rio Grande do Norte em 1966 (SILVEIRA, PINHEIRO, 2017).

Os autores demonstram como se deu a criação e incentivos do estado em criar os cursos de medicina no Amazonas, por meio do internato rural, onde durante a formação houve uma intensa discussão como seria tratada essa formação; neste período se deu também o crescimento do setor privado e liberal, que firmaram acordo com o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social que tiveram supostos casos de utilização da verba pública para o interesse individual e corrupção.

Silveira e Pinheiro (2017) ressaltam que no Amazonas um dos primeiros projetos que tiveram o interesse da trazer a educação universitária foi por meio do Projeto Rondon, que tinha como primeiro escopo a ideia vigente do poder estabelecido nesse período, ou seja, a ideia de Integrar e Proteger. Uma das formas de reforçar essa ideia é a frase sempre trazida pelos militares, “integrar para não entregar”.

O projeto Rondon partia da noção nacionalista que chamava os jovens do período para integrar o Brasil; no seu início, segundo Silveira e Pinheiro (2017), tiveram 31 pessoas envolvidas de diversas áreas, que puderam ir para regiões que não havia acesso ao ensino. O projeto teve mais ênfase na Amazônia sido criticado por diversos segmentos da sociedade.

Era realizado de duas formas: em um período de trinta dias e outra em seis meses, no período em que os alunos e professores entravam de férias do espaço acadêmico e se inseriam de maneira voluntária, com maior participação das universidades do sul.

Totalizaram vinte e dois campi avançados, tendo a participação da Universidade Federal de Santa Maria em Boa Vista-Roraima em 1969. A Universidade do Estado da Guanabara instalou seu campus em Parintins-AM em 1969, a qual atualmente é a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e em 1972, em Óbidos-Pará, a Universidade Federal Fluminense (UFF) implantou campus.

Em Parintins, a parceria da prefeitura com o Ministério do Interior e a UERJ possibilitaram sua instalação. O projeto Rondon, em 22 anos de duração, envolveu 350 mil estudantes e 13 mil professores, e teve seu término em 1989, junto ao processo de redemocratização iniciado em 1980 (SILVEIRA e PINHEIRO, 2017).

Em relação a Parintins constatam que:

a cidade possuía de forma mais consolidada a instalação de uma universidade pública, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), que durante toda a década de 1970 possuía um campus avançado, mantido pelo Projeto Rondon, ligado ao Ministério do Interior, com atividades permanentes, disponibilizando uma série de cursos e realizando diversos serviços na área de saúde, em especial odontologia, tanto na cidade quanto em comunidades rurais próximas à sede municipal (*ibid.*, p. 246).

Na área da saúde, o município de Parintins parece ter enfrentado por muitas dificuldades para se conseguir um acesso contínuo de saúde pública. Para Butel, Butel e Cursino (2012), a saúde pública municipal estava sob o gerenciamento da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.)<sup>5</sup>, com a Prefeitura Municipal. Assim, era administrada por ela o SAAE, o Abrigo Municipal e o hospital que mais tarde se tornaria Hospital Municipal Jofre Cohen. Para as autoras, a atuação do órgão foi de fundamental importância no socorro às vítimas das áreas alagadas do município.

Butel, Butel e Cursino (2012) dizem que o assunto sobre a qualidade da saúde pública teve ênfase maior no ano de 1964. Nesse período em que o município não possuía médico para prestar assistência à população, o que levou os vereadores a formularem muitos requerimentos e debaterem na Câmara Municipal de Parintins sobre o fato de não haver um médico no município. A ata em que o vereador Guilherme Ribeiro se expressa com ironia sobre o funcionamento do S.E.S.P. explicitando sobre a situação da fundação no município naquele momento, que diz:

O atual chefe da instituição Dr. Arimatéia Brandão, deveria ao menos imitar o anterior, Dr. Inaldo em relação ao atendimento ao público que muitas vezes busca o S.E.S.P, deixando suas casas de madrugada sem que seja atendida, pois aquele médico dá mais assistência ao seu consultório particular e, a maior parte da população não pode pagar consulta médica.<sup>6</sup>

Esse documento demonstra não somente o aborrecimento devido à precariedade do atendimento público naquele momento, mas demonstra também não haver acesso à saúde pública e que havia de uma certa forma clínica privada no município. O hospital que havia:

tornou-se uma referência e servia de campo de estágio aos estudantes de medicina, por vezes a estrutura local não supria a demanda existente. De forma que em 30 de abril de 1974, a indicação n. 04/74, também do vereador Raimundo Lago sugere que seja estuda a possibilidade de criar uma específica “verba”, a fim de atender as pessoas encaminhadas pelos Institutos e mesmo

---

<sup>5</sup> Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP). **Base Arch**. Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/fundacao-servicos-de-saude-publica>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

<sup>6</sup> LIVRO DE ATAS 61/64, p. 181.

pela Fundação SESP ou clínicas particulares, para outros centros (BUTEL, 2012, p. 362).

Por mais que fosse precária a saúde do município, havia um esforço para que a demanda municipal fosse atendida. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 o município passa por muitas transformações, devido ao crescimento populacional movimentado pelos ciclos econômicos, que de certa forma, exigiu uma demanda no município, acarretando o surgimento de novas escolas, o ensino universitário, demanda por atendimento hospitalar, e mais envolvimento político por parte dos vereadores.

## Capítulo II

### A MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA DO BRASIL NOS ANOS 1950-60

O presente capítulo se propositará, nas necessidades decorrentes da sujeita da pesquisa Geminiana Campos Bulcão Bringel, a analisar os conceitos-chave que atravessam as vivências e lugar no tempo em que a mesma viveu. Tendo em vista tais localizações de dona Geminiana Bringel, discutiremos as ideias e propostas de análises partidas de autores fora da realidade local e as problematizando através da bibliografia sugerida.

Refletimos como essas ideias externas influenciaram a produção científica nos pensamentos de intelectuais, como é chamado a atenção por Safiotti (1979). Assim vemos também as influências no movimento feminista brasileiro sem negar suas contribuições para as mudanças epistêmicas, metodológicas e sociais no âmbito nacional.

Olharemos de que forma o movimento feminista contribuiu para tais mudanças, como as mostradas por Lurdes Bandeira (2014), em que argumenta como o saber científico validou e reafirmou por muitas inferioridades femininas nos parâmetros academicistas que insistiam em subjugar as mulheres, muitas das vezes por determinismo biológico.

Veremos inclusive como o patriarcado se firma nas sociedades ocidentais e através das tradições se colocará possivelmente como legitimador das desigualdades entre homens e mulheres. Uma parte dessa discussão se propositará também em ver como a discussão do conceito gênero tanto como categoria de análise como histórica, proporcionou formas de se analisar as mulheres como produção acadêmica (SCOTT, 1989; SAFIOTTI, 1979).

Para além dessas questões, discutiremos também as implicações dos conceitos universais, os quais não se aplicam na maioria das vezes nas análises em sujeitos latino-americanos, buscaremos então críticas que nos proporcionem ver além dos estereótipos, conceituais para as análises locais e regionais.

Veremos inclusive como as mudanças sociais ocorridas no início do século XX na sociedade capitalista de produção e decorrentes da crise do capital. Isso acarretou um cenário propício e provocativo para o nascimento de movimentos sociais, entres esses o movimento de mulheres e depois feminista, o qual se fez presente na busca pela emancipação feminina e luta por igualdade de direito (PINTO, 2003; BLAY, 1988).

Visitaremos essa sociedade de classe na metade do século XX, e o lugar em que a mulher é posta naquele século, como a divulgação, publicações de revistas e textos literários foram divulgadores das ideias feministas ou em alguma medida provocadora da mudança do que era ser mulher no século XX (PINTO, 2003; GARCIA, 2015; COSTA, 2005; BLAY, 1988).

Percorreremos a participação da mulher no período antidemocrático de ditadura que o país viveu, como nas lutas do movimento feminista elas fizeram seus embates e pautas na busca por igualdades nos espaços pouco ocupados pelas mulheres.

Discutiremos também a presença da mulher na Amazônia, como esses processos macros e mudanças ocorridas na metade do século XX. O maior acesso à educação feminina e ao espaço de trabalho, vale lembrar que esse acesso a alguns espaços públicos. Esses lugares eram frequentados pelas mulheres de classe social mais inferiores da sociedade. O trabalho sempre foi presente em suas vidas e o ensino veio a ser uma realidade mais próxima após muito tempo, depois do acesso das mulheres de classe social mais altas. Na Amazônia a influência das instituições religiosas no meio educacional sempre foi uma realidade e atravessou as décadas e os séculos tornando a separação da educação e da igreja uma vontade difícil de se alcançar.

Como as discussões intelectuais do período influenciaram a presença das mulheres nesses espaços educacionais na forma de dividir o ensino, e em que medida estas permitiram as movimentações e tomadas de consciência coletiva de mulheres no período analisado.

A educação para mulheres se mostrou um fator determinante para elas fazerem valer sua presença em lugares até então pouco frequentados, e parecem acompanhar as mudanças econômicas ocorridas nos contextos nacionais e regionais, para isso abordamos também essas questões no decorrer do século XX.

## **2.1 Reflexão sobre gênero, mulher, feminismo, patriarcado e a educação da mulher no Brasil**

As perspectivas feministas capazes de nos permitir uma visão analítica da inserção da mulher nos espaços públicos na metade do século XX. Assim como suas conquistas como um movimento, caras ao sistema de dominação masculina sobre as mulheres — nos conduzem para o campo de reflexão sobre as relações de gênero e seus enfrentamentos no meio social.

Entender como se desenvolveu e ainda se desenvolve os estudos sobre as mulheres, é ampliar as visões sobre os fatos sociais relacionados. Fazer uma análise com a utilização desses conceitos que mais se aproximam da realidade material das realidades sociais das mulheres na América Latina. No caso desse estudo e principalmente em um contexto micro como no município de Parintins no Brasil do século XX, é ficar atento às lutas travadas que ficaram em um lugar pouco lembrado na História.

Em um país como o Brasil que teve e está constantemente sob influência de ideias externas, os campos político e científico não ficaram livres dessas interferências. Buscamos em

Saffioti (1979) que, uma questão importante em relação às políticas desenvolvidas em países imperialistas sobre países subsidiários, que:

muitas das “soluções”, que os governos brasileiros adotaram para os problemas do país, constituíam soluções precariamente ajustadas à realidade nacional ou inteiramente ajustadas a ela, porquanto inspiradas diretamente em situações sociais alienígenas (...). Todavia, parece inevitável esse desajustamento entre os problemas de uma sociedade atrasada ou de uma sociedade subdesenvolvida e as medidas que para suas soluções, são propostas (...). Como os comportamentos políticos e as atitudes intelectuais são de mais simples imitação por não demandarem, muitas vezes, utilidades de natureza material, cria-se, nos países desenvolvidos, um compasso entre o desenvolvimento político e intelectual, de um lado, e desenvolvimento econômico de outro lado (*ibid.*, p. 255 – 256).

Em outras palavras, as ideias que geralmente circulam sendo produzidas em países que são potências econômicas, políticas e intelectuais, são aplicadas fora da realidade dos demais países.

A exemplo da metade do século XX, ao olharmos o movimento de mulheres e até mesmo as influências do movimento feminista no Brasil, decorrem de ideias externas assim como a denominação de movimento organizado como a segunda onda do feminismo. Na área do saber, o próprio pensamento legitimador da opressão feminina, em alguma medida no campo intelectual advém de um pensamento nortista, estrangeiro a nós.

Em *História das mulheres: vozes do silêncio*, Mary Del Priore (2014) demonstra como os estudos sobre a história das mulheres ou as temáticas envolvendo gênero foram ganhando força na academia, tanto no Brasil como fora do país. Segundo ela, “as mulheres não tinham história, não podendo, conseqüentemente, orgulhar-se de si própria” (*ibid.*, p. 217), o que se constatou com Simone de Beauvoir, e os avanços dos questionamentos sobre os problemas das mulheres na sociedade serviram de base teórica e propulsor do movimento feminista.

Para Del Priore, a história das mulheres, após a eclosão do feminismo, junto aos avanços da antropologia e a história das mentalidades, colaboraram para as feministas começarem a produzir uma história das mulheres antes mesmo dos historiadores, buscando tirar a invisibilidade feminina na história.

Sobre a sujeição nacional em relação às ideias externas, não necessariamente quer dizer que ser captador dos lugares produtores de saber seja algo negativo, mas é de se espantar não haver uma utilização e impacto em sentido contrário já que ambos são produtores de saber. Por mais que haja a crítica em relação à dependência de países detentores de produção de ideias, o movimento feminista dentro dessa ótica, promoveu mudanças dentro e fora da academia.

Uma das maiores é justamente a quebra do determinismo biológico, como argumenta Lourdes Bandeira (2008, p. 220):

A crítica feminista evidenciou uma nova dialética ao desconstruir a suposta base biológica dos comportamentos masculinos e femininos afirmando que o gênero resulta das construções sociais e culturais. Ao possibilitar essa nova dialética dos costumes sociais, novos comportamentos, linguagens e olhares, traz como consequência mudanças relativas à condição da existência de homens e de mulheres e entre eles, reciprocamente.

A autora delinea em *A contribuição da crítica feminista à ciência* o aporte das teorias feministas para os paradigmas epistemológicos e na lógica científica do sujeito universal. Esta teoria também discute como aquelas fizeram repensar o lugar da mulher nas temáticas das pesquisas na totalidade. Questões de conceito e método, quebrando um modelo de ciência que pouco via um lugar para a mulher e que utilizava do próprio saber científico para legitimar a desigualdade no meio acadêmico.

Dessa forma se constata que antes das lutas, havia no século XX e em alguma forma ainda há dificuldades no campo teórico e metodológico. No que diz respeito a aceitar a mulher como um ser em estado de igualdade nas discussões acadêmicas, produtora de conhecimento e até mesmo como agente passível de estudo. O saber científico, conclui-se, por muito tempo foi legitimador dessa desigualdade (*idem*).

Uns dos argumentos presentes no meio intelectual é trazido por Del Priore (2014) de que na filosofia era defendido que a diferença do sexo era a primeira, e é a partir dela que todas as outras diferenças se expressam e se fabricavam. Segundo a autora, Engels na obra *A origem da família* aponta que a primeira divisão de trabalho e primeira oposição de classe era estabelecida de maneira fundamental entre homem e mulher, essa seria a diferença que condicionaria a expressão de outras.

Não apenas Engels pensava assim, segundo a autora, os antropólogos acreditavam que não se podia pensar na humanidade senão por essa irredutibilidade, isso implicava que a diferença dos sexos significava jogo, tensão entre o idêntico e o diferente.

Antes mesmo desses pensadores, essas preocupações são analisadas pelo saber filosófico desde antiguidade. Aristóteles dizia que cada registro pedia um parágrafo sobre o assunto o qual ele não desviava desse objeto, onde em muitas de suas obras ele abarca sistematicamente analisando esse problema que é a “diferença dos sexos” (DEL PRIORE, 2014). Essas imagens parecem se perpetuar no decorrer da história nos espaços de construção e discussão de saber.

Elizete de Silva Passos (2001), quanto à participação das mulheres nas regiões Norte e Nordeste no campo universitário, analisa o quantitativo de mulheres discentes assim como as docentes e analisa qualitativa e quantitativamente os cursos que mais são escolhidos e pesquisas realizadas nas regiões. Em seu trabalho, a autora mostra que a tradição e imposição sobre as mulheres reflete nas escolhas e ocupações no espaço acadêmico. No decorrer das décadas de 1970, 80 e 90 houve um avanço na ocupação feminina nas universidades de Norte e Nordeste, assim como o aumento de pesquisas relacionadas às temáticas dos estudos de gênero.

Muitos dos avanços ocorridos no meio acadêmico se devem às discussões e pautas levantadas pelo movimento feminista, assim como suas proposições teóricas e conceituais para a discussão e inserção da mulher nesses espaços de produção intelectual.

Essas limitações podem ter surgido muito antes das primeiras sociedades ocidentais organizadas não-sedentárias criadoras e legitimadoras da inferioridade feminina. Nos clássicos que são bases estruturantes para a própria ciência, se encontrava presente os entraves limitantes e que deslegitimava a mulher, impondo-a estar nesse lugar, partindo dos próprios teóricos que enfatizavam uma suposta inferioridade em relação ao homem. Muitas das limitações e opressões impostas às mulheres no campo do saber, política e na sociedade ocidental em sua totalidade, podem estar ou não fundadas no patriarcado.

Quanto ao surgimento do patriarcado, muito tem sido discutido. Alguns teóricos estabelecem que a opressão feminina se origina com os povos dos quais derivaram as primeiras civilizações, após a transição dos até então nômades para povos sedentários (LERNER, 2019; COSTA, 2005).

Lerner (2019, p. 261) afirma que:

o patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 até ser concluído. A princípio, o patriarcado apareceu como estado arcaico. A unidade básica de sua organização foi a família patriarcal, que expressava e criava de modo incessante suas regras e valores.

Em *A criação do patriarcado: a história da opressão das mulheres pelos homens* (2019), Lerner busca fontes históricas da antiga Mesopotâmia e bibliografias que pudessem lhe proporcionar o entendimento como surgiu o patriarcado nas sociedades ocidentais e de quais maneiras se deu a história da opressão feminina. Os valores direcionados a cada sexo era distribuído através de costumes, leis e papéis sociais. Até mesmo em metáforas que se tornaram parte construtora tanto do social dos indivíduos, quanto de seus sistemas explicativos, dessa forma sua sexualidade e seus serviços de reprodução foram se modificando antes mesmo da

sociedade ocidental se formar.

Dessa forma observamos nas sociedades ocidentais, a opressão sofrida pelas mulheres começa a se figurar antes mesmo destas se estabelecerem como organizadas, com o patriarcado.

Stearns (2007) em *Histórias das relações de gênero*, no capítulo *A base tradicional: civilizações e patriarcado*, demonstra como as relações de trabalho definiram o papel de cada ser humano na ajuda pela sobrevivência; a implicação para essa divisão ficou a cargo do sexo, e isso deixou a mulher ocupando o espaço privado. Essa atribuição do papel feminino ao lar, segundo o autor, se deu graças aos avanços e domínios da agricultura, que permitiu haver, pela primeira vez, um excedente de produção e a necessidade de alguém permanecer no lar; assim como a própria produção agrícola necessitava de um maior quantitativo de pessoas no manuseio do solo, dessa forma favorecendo o trabalho masculino aos espaços fora do lar e ao feminino a maior permanência ao lar, atribuindo deveres como o cuidado dos filhos.

Isso firmou o domínio do homem sobre a mulher em relação ao espaço público. Com o contato das civilizações umas com as outras, cada povo foi adaptando o regime patriarcal de acordo com sua cultura, acrescentando ou não medidas e regras que as restringiam. Muitas mudanças ocorreram na sociedade devido o excedente de produção de alimento.

Stearns (2007, p. 32) diz que:

a taxa de natalidade subiu, em parte porque os suprimentos de alimentos se tornaram um pouco mais seguros, em parte porque havia mais condições de aproveitar o trabalho das crianças. Essa foi provavelmente a razão principal dos homens assumirem a maior parte das funções agrícolas, já que a maternidade consumia mais tempo. Dessa forma a vida das mulheres passaram a ser mais em termos de gravidez e cuidados com crianças.

O motivo da produção agrícola pode ter sido a grande influência na consolidação do patriarcado, diante da necessidade de haver essa divisão com a mulher tendo um papel de igual ou maior importância. Lerner (2019) parece concordar com as ideias do autor anterior, para ela:

O desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico fomentou a ‘troca de mulheres’ intertribal não apenas como um meio de evitar os incessantes conflitos travados pelas alianças de consolidação de casamento, mas também por que sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos. Ao contrário das necessidades econômicas de caçadores-e-coletores, agricultores poderiam usar o trabalho de crianças para aumentar a produção e acumular excedentes (*ibid.*, p. 262).

O trabalho feminino dentro dessa divisão de ocupações foi de grande importância para a sobrevivência da humanidade. De igual ou maior importância que o do homem, porém a

atribuição de valores no decorrer do processo histórico foi mais significativa para os homens, que por frequentarem o meio público deixou a mulher em uma condição de dependência a ele. Muitos dos valores decorrentes a esse processo subvalorizaram a mulher.

A contribuição feminina na organização e divisão sexual do trabalho teve mais relevância e contribuição proteica diária para a sobrevivência humana que a realizado pelos homens, como demonstra Saffioti (2011) em *Gênero, Patriarcado e Violência*, onde ressalta: “enquanto a coleta é certa, acontecendo cotidianamente, a caça é incerta” (*ibid.*, p. 58). Isso porque nas probabilidades “um grupo de homens pode voltar da caçada com um animal de grande ou médio porte, provendo as necessidades de seu grupo, como pode voltar sem nada. Logo, a atividade dos homens, realizada uma ou duas vezes por semana, não é confiável em termos de produto” (*ibid.*, p. 58).

Já para as mulheres, na dinâmica que era a coleta, era possível “voltar a sua comunidade sempre com algumas raízes, folhas e frutos. A rigor, então, a sobrevivência da humanidade, felizmente variando no tempo e espaço, com esta divisão sexual do trabalho” (*ibid.*, p. 58).

A atividade masculina de caça e pesca lhe deu tempo e disposição para a criação de mecanismos e o sistema que lhe favorecesse, pois:

não é uma atividade diária, aos homens sobrava muito tempo livre, imprescindível para o exercício da criatividade. Foi, por conseguinte, na chamada “sombra e água fresca” que os homens criaram sistemas simbólicos da maior eficácia para destronar suas parceiras. Este processo foi extremamente lento, graças à resistência das mulheres. (...) Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos. Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações homem–mulher, a idade desta estrutura hierárquica é de tão-somente 2.603-4 anos. Trata-se, a rigor, de um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 250 mil e 300 mil anos. Logo, não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedidos sociedades igualitárias. (SAFFIOTI, 2011, p. 60)

Então se entende que o patriarcado levou em certa medida bastante tempo para se instaurar como sistema de repressão feminina. Assim, em escala de vida da humanidade, percebe-se que sua aplicação é recente, e tendo pouco alcance quando se aprofunda sua aplicação em sociedades ainda mais antigas. É justamente nesse ponto que utilização do conceito *patriarcado* para analisar a condição feminina na sociedade se encontra em debate, como discutido pela autora.

Para Saffioti, em relação a essas utilizações, o conceito *gênero* não deixa explícito em alguma medida as desigualdades entre homens e mulheres, pois a hierarquia apenas se presume

em algumas aplicações, mas existem feministas que veem esta hierarquia, invariável do período histórico com o qual lidam. Nesse caso se instaura um problema teórico que impede uma interlocução que esclareça os dois lados, os que utilizam conceito de patriarcado e os que optam pelo gênero.

A autora ressalta haver ainda as que consideram a história como processo, trazendo a utilização do conceito de gênero para aplicá-lo em toda a história. Utilizada como uma categoria geral e usando o patriarcado como uma categoria mais específica para um determinado período, seguindo assim o cálculo feito desde seu início, considerando seu surgimento em um corte temporal que vai para seis ou sete milênios da história da humanidade até a atualidade.

Dessa forma o patriarcado fica condicionado à limitação temporal de seu surgimento, e o gênero se faz uso não tendo esse fator limitante do corte temporal para se olhar a sociedade.

Saffioti (2011), ao falar sobre a violência de gênero, deixa claro como o conceito gênero é aberto, permitindo englobar tanto homens como mulheres, e esse ponto é a crítica que cai sobre o conceito patriarcado, pois ele deixa posto que a opressão é justamente dos homens sobre as mulheres. A autora enfatiza que o conceito gênero, não é apenas uma categoria de análise, mas também histórica e demandou muito investimento intelectual.

Esses investimentos fazem parte do campo intelectual com o movimento feminista no século XX, que contribuiu para as mudanças nesses espaços pouco ocupados tanto em pesquisa quanto em desenvolvimento delas para romper o pensamento limitante sobre a mulher nesses espaços importantes.

As batalhas travadas nas ruas e no âmbito da sociedade civil refletiram-se nos trabalhos acadêmicos sobre o protagonismo das mulheres; Del Priore (1998, p. 220) aponta que:

a partir de 1970, atrelada à exploração do feminismo, articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como às novas aquisições da história social e às pesquisas, até então inéditas, sobre a memória popular. Este foi o período fundamental, no qual as feministas fizeram história da mulher, antes mesmo dos historiadores. Depois de um primeiro impulso dado à questão, as universidades abriram suas portas aos grupos de pesquisa, criaram laboratórios para abrigar reflexões sobre o tema, encorajaram trabalhos e monografias.

Rachel Soihet (1997), em *História das mulheres*, discute os percursos dos estudos sobre a história das mulheres, que perpassaram tanto no quesito metodológico quanto em questões de mudanças teóricas e interpretações por parte de nichos acadêmicos, ressaltando as discussões presentes ao se falar sobre as mulheres nos estudos acadêmicos.

Não só fica evidente as mudanças ocorridas pós-movimento feminista, com a utilização

dos conceitos capazes de suprir as demandas do movimento nas pesquisas e no campo epistemológico.

Para autora:

a partir da década de 1960, correntes revisionistas marxistas, engajadas no movimento da história social, apresentam uma postura diversa ao assumirem como objeto de estudo os grupos ultrapassados pela história, as massas populares sem um nível significativo de organização, e, também, as mulheres do povo. O desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino (*ibid.*, p. 400 – 401).

É inegável que o feminismo impactou na forma metodológica de se fazer ciência, pois ele não se prende apenas em proporcionar mudanças no meio social através das lutas diretas, mas também provou mudanças no campo teórico.

Bandeira (2008, p. 224) esclarece que,

A crítica feminista redefiniu os conceitos de reprodução social, de socialização, dos papéis sexuais, de discriminação/desigualdade, entre outros, em função dos diversos conceitos, categorizações, linguagens culturais e simbólicas, como também dos diversos grupos e instituições, objetos do conhecimento. Alguns pressupostos orientaram essa nova discussão inclusiva das questões que dizem respeito não apenas às mulheres, mas aos homens também.

Quanto à questão de gênero, Joan Scott (1989), em *Gênero: uma categoria útil de análise*, estabelece um conceito para este termo, trazendo para o âmbito teórico, mostrando como aquele se desenvolve através dos avanços e dos estudos. A autora em seu trabalho, apresenta o gênero como uma categoria de análise das relações entre homens e mulheres. Mostra também os avanços metodológicos e conceituais que partem, segundo ela, das teorias feministas, e posteriormente de outras áreas, na tentativa de definir conceitualmente o termo gênero, para análises e estudos sobre as mulheres.

Esse ponto parece opor as ideias propostas por Saffioti (2011) que ressalta que não é um conceito que se resume como uma categoria de análise, mas que possui muita utilidade como é defendida (SCOTT, 1989), que aponta que o gênero também corresponde a uma categoria histórica.

Para Scott (1989), as feministas trouxeram análises que fugiram do determinismo biológico, e ainda que aponte críticas sobre o movimento feminista marxista, reconhece que elas foram umas das primeiras a pensar a mulher no meio da sociedade como marginalizadas,

dentro de um sistema de opressão. O feminismo ajudou em mudanças estruturais na ciência como já foi destacado.

Para Bandeira (2008, p. 220)

a crítica feminista evidenciou a necessidade premente de integrar as mulheres como categoria sociológica e filosófica em qualquer análise, com isso colocando um final às análises truncadas sobre a sociedade e as relações sociais. Nesse sentido, supera os determinismos biológicos, geográficos e sociais; rompe com o pensamento centrado nas díades: sujeito/objeto, razão/moção ou imaginação, natureza/cultura. Essas díades se evidenciaram incompatíveis com a dimensão ontológica da condição do humano, pois negam todas as possibilidades de interdependências e de historicidade.

É primordial para o entendimento da origem da opressão feminina na sociedade na totalidade e as replicações, e legitimações produzidas no âmbito material e teórico que transformam a sociedade sendo regida pela razão, uma quebra na lógica racionalista binária. O Gênero, conceito estabelecido graças às reivindicações feministas, permitiu entender nos campos científicos as relações de poder e de entendimento da construção do ser social fora dessa razão dual.

Uma de suas contribuições para o campo intelectual considerou as desigualdades presentes na relação entre homem e mulher. Por meio dela, “foi possível trabalhar diversas inter-relações entre homens e mulheres, mostrando o poder não só que se realizava na dominação de homens sobre mulheres, mas também de mulheres sobre homens e homens sobre homens” (COSTA, 2008, p. 64).

No campo historiográfico as aplicações correspondentes às demandas das feministas proporcionaram um pensar em se fazer “história das mulheres”, porém em busca de uma neutralidade científica, o gênero possibilitou uma solução teórica para o campo.

Nesse campo, o estudo sobre a história das mulheres não promoveu rupturas, pois não proporcionou modificações na história tradicional ou até mesmo renovação nos seus métodos. Del Priore (1998, p. 223) ainda aponta “Não se tinha conseguido revolucionar a ciência histórica de dentro para fora, inscrevendo aí uma diferença sexual que fosse além das funções e papéis codificados pelas sociedades masculinas”.

Essa defasagem levou os historiadores a buscar novas formas de análises. Houve a necessidade de um estudo que trouxesse essas contribuições não elucidadas pela história das mulheres. Por meio do conceito de gênero, “foi possível trabalhar diversas inter-relações entre homens e mulheres, mostrando o poder não só que se realizava na dominação de homens sobre mulheres, mas também de mulheres sobre homens e homens sobre homens” (CAMPOS, 2008,

p. 64).

A mesma afasta-se da política do feminismo, e o seu uso segundo Scott (1989, p. 06),

não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica.

Salienta que:

a palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos se centrava sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado (*ibid.*, p. 03).

As discussões desenvolvidas sobre as relações de gênero serviram para analisarmos não apenas as mulheres nesse campo de desigualdade social. Como todo ser humano em suas mais diversas facetas e subjetividades, a partir de sua inserção na sociedade, visto que se entende que as relações de poder são construídas no campo social.

Para Lurdes Bandeira (2008, p. 221)

a condição de gênero se efetiva pelos tipos das relações que se produzem (ou que podem se produzir) entre homens e mulheres, que, em boa medida, resultam dos processos sociais e culturais. A partir disso é que varia o tipo de relação que ambos estabelecem com a racionalidade científica, assim como os seus engajamentos institucionais e profissionais.

Já Scott (1989, p. 21) explicita que o gênero tem caráter relacional e é

um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.

Há muitas formas de se interpretar e analisar as desigualdades e opressões estabelecidas

sobre as mulheres, assim como o próprio uso da palavra gênero. Scott (1989, p. 01) argumenta haver muitas formas de se utilizar uma palavra, e foge muitas vezes do seu sentido gramatical. Para ela os “que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história”.

O sentido do gênero parece mudar segundo as afinidades teóricas e metodológicas. Em relação à palavra gênero para os estudos sobre as mulheres, parte-se da concepção do movimento feminista, como defende a autora: “no seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (*ibid.*, p. 03).

O que fica claro é que o feminismo conseguiu instaurar uma crítica no modelo científico partindo da própria ciência, conduzindo-a estabelecer processos de autocríticas. Essas críticas estabelecidas pelas feministas, como o próprio estudo de gênero e as propostas com críticas aos modelos coloniais também são frutos mais recentes dessas discussões.

A exemplo dessa crítica, Connell (2016) propõe uma nova abordagem para o conceito de gênero, um pensamento decolonial em relação aos usos e formulações não aplicáveis à nossa realidade sul-americana, países tradicionalmente não centrais nem referências nas economias globais. Para ela, apresenta-se a necessidade de repensar as maneiras de olhar as fontes e as formas das análises de gênero. Pois, como ela defende:

o mundo colonizado forneceu matéria-prima para debates feministas na metrópole sobre a origem da família, matriarcado, a divisão do trabalho segundo o gênero, o complexo de Édipo, os tipos de gênero, a violência masculina [*male*] e a guerra, o casamento, e o parentesco o simbolismo de gênero — e agora, claro a globalização (*ibid.*, p. 27)

Segundo a autora, ainda durante a segunda na metade do século XX o capitalismo se estabelece com a soberania norte-americana. A maneira de relações econômicas e ao chegar nos “anos de 1980, era crescente integração dos mercados de capital e moedas das maiores potências econômicas, e corporações multinacionais adotaram estratégias de terceirização internacional de componentes”. (*ibid.*, p. 163)

Para Connell (2016) a descentralização da produção industrial no mundo, tornou importantes e estratégicos, lugares em desenvolvimento, como México, China e Ásia. Então essas mudanças começaram a ser trabalhadas como globalização pelos jornalistas de negócios. Ganharam força com o surgimento da ideologia e política neoliberal, adotada por teóricos culturais, sociólogos e os que estudavam o feminismo em busca de desenvolver trabalhos para a “compreensão do espaço-temporal, homogeneização cultural ou hibridismo e interfaces

locais/globais”. (CONNELL, 2016, p. 164)

Ressalta este autor que, com a chegada dos estudos de globalização houve a proliferação dos estudos sobre masculinidade, como “masculinidade e globalização”, embora a ideia de globalização seja trabalhada simplificada, mas trazia um grupo de referências largamente discutido.

Explicita que em crítica à exclusão das mulheres nessa temática criou-se “mulheres e desenvolvimento”. Essa ideia mais tarde viria se chamar “gênero e desenvolvimento” assim trabalhando a ideia de gênero, permitindo a inclusão dos homens em tais discussões, tendo o conceito de que gênero estuda as relações e não apenas uma categoria de análise.

Podemos observar que houve uma preocupação epistêmica sobre o termo gênero, e que as influências externas estão sempre presentes sobre o olhar conceitual dos grupos sociais, principalmente dos países dependentes economicamente e receptores intelectualmente.

Essa absorção de maneira alguma pode ser entendida em aspectos somente negativos. Segundo o autor, devemos atentar às críticas presentes na própria matriz dos estudos sobre presença da mulher na sociedade ocidental. Evidenciar também as subjetividades específicas de cada lugar, como nos países historicamente dependentes das grandes potências, não caindo em erros de universalização das vivências, olhando o específico e o geral que os uni.

A exemplo dos estudos sobre a América Latina, Eni Mesquita Samara (1997), em *A construção da identidade social de gênero*, conduz uma análise bibliográfica e levanta em um dos pontos de sua obra que as ideias externadas pelo movimento feminista norte-americano. As discussões culturais sobre a problematização de temáticas de gênero, muitas das vezes não se aplica a América Latina, pois possuem mesmo que pontos de semelhança, muitas das questões não se encaixam na atualidade e subjetividades presentes no meio social, por se tratar primeiramente de uma questão cultural.

Segundo a autora, ao pensarmos em tal categoria e olharmos para América Latina percebe-se a problemática da diversidade cultural e linguística, a compreensão dessa diversidade essencial para dar o primeiro passo a uma crítica à construção de estereótipos. As últimas contribuições avançam nas questões como o estudo da mulher e da família, na discussão do feminismo, das relações de gênero e na construção de identidade como mulheres.

Essa contribuição dada por Mesquita Samara nos ajuda a ficar atento a peculiaridades regionais e nacionais, para não cairmos na armadilha de nos colocarmos forçosamente a realizar análises com parâmetros de ideias engessadas vinda de uma ciência nortista. Isso não necessariamente quer dizer que devemos ignorar totalmente as ideias e categorias de análises. Na tentativa de evitar cair no erro de ser um reflexo cultural de onde se partiu as primeiras

problematizações sobre uma determinada temática, pois estaríamos cedendo a outro erro, o de negar também a realidade vivida. Então, é necessário sim, encontrar os pontos de convergência e divergências na realidade observada, possibilitando uma análise mais rica.

Questionar a si mesmo como reprodutor de uma análise que não corresponde à realidade aplicada é entender que todo ponto de partida é passível de crítica; a rigidez para não se fazer uma autocrítica muito se assemelha ao modelo de posição e de natureza lógica e rígida a tanto tempo atribuído ao homem. Esse modelo é baseado em uma razão não correspondida pela realidade. Segundo Passos (2001, p. 22) “a sociedade moderna endeusou e perseguiu a imparcialidade, tendo como único crivo a razão, em seu nome, dicotomizou o ser humano, desvalorizando-o na totalidade, negando as instâncias da emoção, dos sentimentos, do prazer e das paixões”.

Essa razão lança fora o que não se encaixa em seus parâmetros, ou seja, as mulheres, pois “com esse processo dicotômico, longe de estabelecer a defendida lógica da neutralidade, a modernidade dividiu indivíduos, classificou-os, matou suas diferenças, tentou colocá-los em uma ‘camisa de força’ que se chama homogeneidade” (*ibid.*, p. 22). A autora ressalta que fica estabelecido que:

o macho precisa ser frio, determinado, insensível, fechado duro; enquanto a fêmea deve ser dócil, carinhosa, acomodada, sensível, dependente. Romper com esses modelos fazem com que tanto os homens quanto as mulheres se sintam pouco à vontade, distantes de suas supostas naturezas. (*ibid.*, p. 22)

Assim entendemos que muitas são as críticas que devemos fazer às certezas rígidas e inabaláveis.

## **2.2 Marco do feminismo no Brasil: movimentos de mulheres nos anos 1950-60 e movimentos feministas reivindicativos a partir dos anos 1970-80**

No século XX, as mulheres na sociedade capitalista, mesmo que de forma bem lenta, tiveram mais acesso aos espaços públicos; muito disso é devido às mudanças e crises no sistema capitalista, que interfere diretamente no meio social. Dentre essas transformações, a saída dela para o mercado de trabalho, devido à necessidade de mão de obra no trabalho remunerado. Isso proporcionou à mulher um espaço até então pouco ofertado, enquanto uma vez dentro e sentindo a exploração de sua mão de obra trabalhadora fez com que ela reivindicasse cada vez mais por direitos em contraposição a essa exploração.

Para Saffioti (1979) a diferença tratada entre homens e mulheres na sociedade se reflete

na força de trabalho pago, já que no Brasil o contingente feminino é alvo das maiores diferenças salariais, como no caso das indústrias, onde se registra maior disparidade; os salários masculinos eram mais altos inclusive nos setores têxteis, onde predominava a presença feminina:

Aponta inúmeras razões para a espoliação da mão de obra feminina, que ultrapassam a já existente para outros contingentes populacionais, como os homens. Se nas sociedades patriarcais a mulher não é vista como provedora do sustento da família, sua mão de obra não se faz de extrema urgência, pois se implica que esta não necessita prover o sustento de uma família, deixando como norma seu trabalho como subsidiário.

Essa desigualdade é explicada por Saffioti (1979, p. 246) que diz:

Concepção do trabalho feminino como um trabalho subsidiário favorece a oferta de aceitação de salários mais baixos que os masculinos. A menor qualificação da força de trabalho feminino quer entendida meramente em termos de qualificação técnica, quer compreendida como um conjunto de traços de personalidade voltada para a realização do êxito econômico é grandemente responsável pelo fato de a mulher desempenhar as funções pior remuneradas.

O feminismo, segundo a autora, dentro de suas propostas de melhorias e reivindicações por direitos para as mulheres na sociedade na totalidade, influenciou também a sociedade brasileira, de forma que se estabelecesse mudanças estruturais sociais. No pós-guerra, aponta que muitas pautas do feminismo organizado começaram a ficar mais latentes, quando a própria sociedade brasileira começa a deslocar-se dos pensamentos hegemônicos que determinavam o que se entende por mulher.

Os embates discutidos até então só foram possíveis devido a grandes influências dos movimentos feministas, que buscaram em suas lutas romper com essas desigualdades, ideias que sobrepujaram as mulheres e tudo que era feminino. No trabalho intitulado “*Breve história do feminismo*”, Garcia (2015) aborda os pontos das lutas e de subversão das mulheres em relação à sua condição de submissão no decorrer da história. Muitos dos pontos marcaram a conquista por mais direitos nos espaços de poder. Para a autora “o feminismo tem uma longa história como movimento social emancipatório. Este é um discurso capaz de impugnar, criticar, desestabilizar e mudar essa relação injusta por conta de sua força crítica” (*ibid.*, p. 53).

Segundo ela, foi nos Estados Unidos que o termo feminismo foi empregado pela primeira vez. Nos meados de 1911, escritores, tanto homens quanto, mulheres, usaram-no para substituir algumas expressões, como *problemas das mulheres* e *movimento das mulheres*,

quando descreviam a história das mulheres em busca de seu direito e liberdade. A autora defende que esse novo feminismo buscava ir além do sufrágio, da pureza da sociedade e visava ganhos no campo intelectual, político e sexual. As feministas norte-americanas visavam um equilíbrio das necessidades amorosas, de realização individual e política.

Para ela, a visão das lutas nos diferentes momentos em que as mulheres articulam-se, tanto na teoria assim como é na prática, organizando-se para consegui-las. Podemos ver o feminismo como uma aceitação de consciência desse coletivo humano de mulheres. Foi um mecanismo contra toda a opressão que sofreram e que ainda sofrem, vistas como objeto por parte dos homens no núcleo do patriarcado em diferentes fases históricas, movendo-as à procura de libertar seu sexo e para as transformações necessárias para isso acontecer (GARCIA, 2015).

Passos (2001), traz também uma definição do que se pode afirmar como movimento feminista. Para ela, o feminismo tem o intuito de romper com o pensamento da inferioridade feminina, buscando parâmetros que não estejam estabelecidos na razão e emoção. Pensar na lógica da inclusão e equilíbrio, pois se entende que essas desigualdades são fundadas em preconceitos e estereótipos culturais, o feminismo e suas pautas demonstram-se imprescindíveis na manutenção da sociedade capitalista.

Dessa forma o movimento feminista é essencial para a sobreposição de barreiras sociais, dirigindo para a participação feminina em todas as áreas (PASSOS, 2001). Ele se mostra fundamental para a inserção das mulheres nos lugares que há muito tempo lhes foram negados, e vai além, ao validar o lugar conquistado pela mulher, lhes proporcionando recursos suficientemente fundados na lógica que sempre as subjugou.

A autora argumenta ainda que é de se entender a resistência e uma certa rejeição por parte de algumas pessoas quando se trata das ideias feministas, pois a proposta feminista é ameaçadora ao modelo de ciência corrente e, mais ainda, para a sociedade em vigor; assim, mesmo indo contra o modelo de ciência machista e sexista, tais ideias vêm adentrando na academia, dando espaço a novos caminhos teóricos e metodológicos.

Essa teoria ressalta que feminismo traz uma novidade, pois se estende para o campo social; se antes a lógica sobre o sexo era biológica, compreendida como centro e parâmetro, agora é constatada pela ótica de gênero, colocando o sexo como culturalmente criado seu significado.

Célia Regina Jardim Pinto (2003), em *Uma história do feminismo no Brasil*, aborda as diversas correntes do feminismo no Brasil, realizando um apanhado histórico dos acontecimentos e lutas defendidos pelas mulheres nas correntes feministas até o século XXI.

Um das correntes que a autora destaca a existência no Brasil era chamada feminismo

“bem-comportado”, liderado por Bertha Lutz, que lutava pela conquista dos direitos políticos, de participar da cidadania, e abordava assuntos políticos e a necessidade de o sufrágio ser concedido às mulheres. Esse viés do feminismo era considerado a área conservadora do movimento.

Uma segunda tendência, segundo ela, se deu início do movimento no Brasil, no lado oposto a primeira, denominado feminismo “malcomportado”. Reunia muitas mulheres, que lutavam pelo direito a educação, igualdade, sexualidade, divórcio e contra a dominação masculina, questões vistas como tabu nesse período. Desse grupo, muitas mulheres distintas faziam parte, assim o caráter heterogêneo acrescentava à luta um objetivo social.

A autora ainda cita uma terceira vertente no movimento feminista brasileiro, chamada de “o menos comportado” dos feminismos, com mulheres anarquistas e comunistas que combatiam as desigualdades de gênero, comandadas por Maria Lacerda de Moura.

Independente do meio em que se objetivava as movimentações para a mudança da realidade social das mulheres e quais suas intenções para alcançar esse objetivo, o fio que guiava todas eram um: a libertação da mulher das amarras que as limitava e as oprimiam do seio da sociedade na totalidade.

Garcia (2015), diz que as teorias feministas compostas de diversas linhas de pensamento, devido estarem construídas em cima de um pensar que se funda em mulheres do mundo. Essas teorias se diferenciam de outras correntes do pensamento político. Elas vão além dessas atribuições, pois em seu cerne o feminismo traz uma ética e uma forma de estar no mundo.

Ela defende ainda que o feminismo age como um motor que vai mudando as relações entre homens e mulheres na sociedade, essas mudanças são sentidas em todas as áreas do conhecimento. Aponta que “o feminismo é uma consciência crítica que resalta as tensões e contradições que encerram todos esses discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal” (*ibid.*, p. 78).

O feminismo abraça muitos anseios e vontades laboriosas, agindo em todas as instâncias de reivindicações, pois discute desde os novos processos inventivos até as provocações impostas do ambiente. Vem iluminar todas as opressões sofridas pelas mulheres dando-lhes a possibilidade de ver a si próprias, questionando e visando entender as opressões sofridas com intuito de combater o mal que historicamente abateu-se sobre as mulheres, buscando assim mudanças.

Na coletânea *Dicionário histórico dos movimentos sociais brasileiros (1964 – 2014)*, no verbete *Movimento Feminista*, Heliene Nagasava (2014) afirma que no Brasil o movimento

feminista atua desde o Império, na busca pelo acesso da mulher à educação. A autora explicita que nessa época houve a publicação do livro *Direitos das mulheres e injustiças dos homens* (1832) de Nísia Floresta Brasileira Augusta, que abordava os direitos das mulheres à instrução e ao trabalho.

As informações vindas de livros não foram suficientes, publicações em jornais e revistas foram primordiais para as mulheres terem acesso a informações. Essas mídias emanciparam ideias que reforçassem a maneira de se portar como mulher as enquadrando em um lugar que muitas das vezes não lhe cabia ou não lhe servia na sociedade capitalista, mas sobretudo, também elementos para a mudança dessa condição.

No século XIX, também foram publicadas revistas e jornais com contornos feministas, tais como: *O sexo feminino*, periódico de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, que defendia a instrução da mulher como forma de conscientização sobre os seus direitos ao estudo e ao trabalho; *Echo das damas* (1875); *O domingo* (1873); *Jornal das damas* (1873); e *O corimbo* (1884) que chegou a ser publicado até 1944. Esses jornais serviam como uma verdadeira rede de colaboração e solidariedade, além de servirem de espaço para expressão das mulheres. (NAGASAVA, 2014, p. 68)

A autora segue a lógica do que se trata de feminismo, pois mesmo que tais revistas e jornais não se denominem da corrente feminista, ela os coloca na linha do pensamento feminista. Tais mídias objetivaram mudar a realidade das mulheres daquela época compartilhando experiências vividas na sociedade patriarcal e capitalista.

Além disso, as redes de informações das mídias de transmissão de informação para as mulheres são reflexos também das mudanças socioeconômicas que interagem no meio social, como a ocupação das mulheres nos espaços públicos e a busca por melhoria de vida.

Um exemplo de mudanças no contexto social ocorreu com a industrialização do país. Observada por Goldberg (1975), no desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek, que baseou o crescimento econômico na industrialização e urbanização aceleradas, transformando muitos aspectos da sociedade brasileira, e propulsionando modificações a respeito da situação dos sexos, principalmente nas camadas médias dos grandes centros urbanos.

A saída da mulher para o trabalho de mão de obra remunerada teve impactos em como essa mulher irá se ver e querer ser vista nessa sociedade industrial. Goldberg observa que na sociedade brasileira:

o desenvolvimentismo dos anos JK, responsável pelo crescimento econômico

baseado na industrialização e urbanização aceleradas que transformou muitos aspectos da sociedade brasileira foi também propulsor de profundas modificações o que no que diz respeito à situação dos sexos, principalmente no seio das camadas médias dos grandes centros urbanos. (1989, p. 15)

A autora ilustra que dois indicadores demonstram a evolução dos costumes e a “mudança de mentalidade” nesse período. A primeira são as mudanças jurídicas quanto a mulher casada, que tem como projeto inicial o jurista Romi Medeiros, cujo texto final permite a mulher exercer atividade assalariada sem precisar da permissão do marido, porém o mesmo continuaria como chefe da sociedade conjugal. O segundo seria o aparecimento da revista *Claudia* que imprimia o espírito da mulher da época, independente, com poder aquisitivo e consumidora, com leitoras típicas da classe média.

Nesse período o “grande surto industrial verificado no governo Juscelino, elevando substancialmente o nível do emprego nas zonas urbanas, trouxe consequência para o montante de força de trabalho feminina afetiva” (SAFFIOTI, 1979, p. 241). Na década de 60 “as mulheres representavam 17,9% do total da mão de obra efetiva do país, não se devendo, contudo, este aumento de 3,2% em relação a 1950 à elevação do emprego de força de trabalho feminina nos setores essencialmente urbanos” (*ibid.*, p. 241).

Essa saída da mulher para o espaço de trabalho remunerado dada pela necessidade de o mercado industrial de obter mais mão de obra trabalhadora, fez com que uma nova mulher surgisse das classes médias: mais independente e consumidora, detentora desse espaço no trabalho, que irá buscar igualdade de direitos, dado que “a economia de mercado implica, pois, simultaneamente, nas igualdades jurídicas dos homens e, conseqüentemente, num afloramento à superfície da sociedade do fator econômico como distribuidor de oportunidades sociais” (*ibid.*, p. 26).

Muitas ideias já eram presentes no início do século XX, pois vieram das movimentações do final do século anterior e permanecem como pautas feministas durante todo o século XX. Essas ideias que reverberam, como direito ao voto feminino, continuaram parte da pauta de reivindicações do movimento, ao lado da ampliação do acesso ao mercado de trabalho (NAGASAVA, 2014).

No Brasil “a luta sufragista alcançou a sua primeira vitória em 1927, quando o governador do Rio Grande do Norte, José Augusto Bezerra, aprovou lei ampliando o voto para as mulheres” (*ibid.*, p. 68). A autora pontua também que, nesse estado “em 1929, o município de Lajes elegeu a primeira mulher para prefeita do país. A conquista estadual tornou-se nacional em 1932, com a incorporação desse direito ao Código Eleitoral” (*ibid.*, p. 68).

O voto feminino só foi exercido nas eleições de 1945. A autora ressalta que um marco para as reivindicações do movimento feminista no século XX, foi também o reconhecimento no país todo de escritoras como Rachel de Queiroz, e os questionamentos quanto à liberdade sexual, o direito ao corpo e ao prazer.

Essas lutas e conquistas mostram a força que o movimento foi tomando no decorrer do século XX, enfrentando os entraves referentes a liberdade, não apenas ligadas diretamente à mulher, mas preocupado com a sociedade que se tornou parte da luta do movimento no Brasil.

Outra pauta reflete a luta por acesso à educação. Conforme Saffioti (1979), algumas conquistas educacionais para as mulheres começaram a ser obtidas. Uma delas foi a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942), que sugeriu que o ensino para as mulheres fosse dado em classes exclusivamente femininas, evidenciando a segregação e reforçando as expressões “as mulheres são do lar” e “natureza da personalidade feminino”.

Para a autora, a contradição reside em que o ensino secundário era o único que possibilitava a mulher ter acesso ao ensino superior. Já as normalistas, cuja profissão tinha um certo cunho maternal, teriam que esperar alguns anos, com intuito de manter as vantagens dadas pelo curso secundário, para ingressar no curso superior.

Em 1939, segundo a autora, foi permitido acesso dos normalistas a cursos dados em faculdades de Filosofia, mas só em 1953 atingiria mais ampla equivalência. Ao mesmo tempo, uma tendência já havia se criado para impelir a mulher como predominante das escolas normais.

Dada a formação recebida pelos normalistas, a preferência pelos cursos de pedagogia seria muito pronunciada. Mesmo porque estes cursos vinham concretizar, em termos, é verdade, uma velha aspiração de criar-se uma Escola Normal Superior, destinada a formar pessoal qualificado para o exercício do magistério médio (SAFFIOTI, 1979, p. 228).

Mesmo que por força da lei fosse garantido o acesso da mulher à educação, seja ela primária ou superior, é dado ainda assim às mulheres um lugar de marginalidade em relação ao masculino. Segundo a autora, porque para as mulheres, mesmo o acesso a esse ensino é condicionante e órgão de manutenção do patriarcalismo e do capital.

Embora, ao longo dos tempos, haja vários casos nos quais as mulheres tiveram uma participação mais ativa na sociedade, quando observado o caráter relacional, percebe-se haver, para os homens, uma prevalência perante a mulher, que se estende nos mais diversos espaços de conflitos e de lutas de poder (*idem*).

Disserta ainda que a atribuição da mulher ao confinamento do lar e assim o cuidado

deste, fez criar o espaço de trabalho remunerado como o lugar do homem. Essa realidade não impediu que o processo de industrialização, a mão de obra feminina seja usada como recurso de solução para problemas provindos do capital.

Para a autora, os modos capitalistas de produção explicitam os fatores de classes sociais, e também lança mão da tradição para justificar a marginalização, tendo o fator sexo, que há muito tempo vem sendo aproveitado como justificativa de inferiorização social da mulher. Segundo a autora, a mão de obra feminina tem sido vantajosa quando os capitalistas querem resolver algumas crises provindas do capital.

Na metade do século XX, tanto a crise quanto outros fatores sócios-econômicos influenciaram as movimentações das mulheres para os espaços até então pouco ocupados. Para Pinto (2003) o feminismo que eclodiu nas décadas de 60 e 70 nos EUA e na Europa se deu graças às condições e momento de efervescência cultural e propícia para surgimentos de movimentos sociais. Para a autora:

O capitalismo norte-americano prometia a prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores à família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como rainha do lar que comandava com competência a felicidade toda a parafernália de eletrodoméstico que o *boom* econômico do pós-guerra possibilitava. As guerras e os acirramentos dos conflitos raciais no início da década de 1960 começaram a expor fragilidade do mito de que a sociedade americana havia um lugar certo para cada um atingir sua felicidade (*ibid.*, p. 41).

No Brasil, segundo a autora, o cenário era posto de outra maneira, havia embates violentos entre dois lados políticos: de um lado os conservadores formados pela classe média, empresários e proprietários de grandes extensões de terra que se viam representados por partidos liberais como União Democrática Nacional (UDN); de outro lado havia a esquerda, com os partidos nacionalistas, empresários nacionalistas, uma grande parcela do operariado urbano, movimentos camponeses nascentes, intelectuais, estudantes e uma parcela da Igreja Católica.

Esses embates mostram e refletem a forma diferenciada que se dão as lutas por transformações em escala mundial, e que muitas vezes não se emprega na realidade nacional, ao menos não de maneira exata e de precisão ao macro global, principalmente quando falamos de luta por modificações na realidade vivida.

Segundo ainda Pinto (2003), é possível também olharmos para o movimento feminista por duas correntes de lutas e conquistas. A autora diz que o movimento tem sua primeira onda no final do século XIX e início do século XX, que se ocupou com as necessidades de primeira

instância da atuação social da mulher como sufrágio universal e os direitos civis e políticos.

A segunda onda do movimento feminista, conforme a autora, tem início na década de 60, onde tem ainda a igualdade como centro norteador do movimento e expandindo-se. No Brasil em relação a essas correntes é possível observar o núcleo dessas ideias agindo.

Blay (1988) discute que no Brasil, no fim da Segunda Guerra até 1964, esteve em um respectivo período democrático, mesmo havendo restrição para alguns partidos comunistas e a ausência das mulheres na elaboração da constituição de 1946. Esse fato da ausência das mulheres na elaboração da constituição, resultou na subordinação das mulheres em relação ao homem. Por exemplo, na área do trabalho, em que a mulher precisava da autorização do marido para trabalhar, é possível ver também essa subordinação em leis como a do casamento indissolúvel, ou a inexistência de qualquer temática que lhe deia igualdade perante o homem.

Conforme a autora afirma, a representação parlamentar feminina foi muito modesta ao nível federal, ao contrário do estadual que foi um pouco maior, em grande parte por algumas mulheres se candidatarem no lugar de seus maridos.

Pinto (2003), afirma que no Brasil, o feminismo se consolidou e utilizava como modelo o movimento latino-americano. A ditadura militar foi o cenário para instauração do movimento no Brasil, com as lutas com foco intenso nas autoridades militares a favor dos direitos femininos.

A autora explicita que nas limitações conferidas pela ditadura em relação às organizações contrárias à militarização, a luta feminina ficou restringida assim ao único partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro, MDB. Com a censura agindo no país, muitos movimentos agiam na clandestinidade, com as feministas não diferiam; essa clandestinidade era vital para que o movimento continuasse. Nesse período as mulheres além de buscar por igualdades e direitos, lutavam contra o regime da ditadura.

Inserção da mulher na política se dá no período da ditadura, tendo a figura feminina ligada à profissional do lar e de enfrentamento ao regime imposto no país; seu engajamento contra ditadura é o início da modificação e revisão da ordem de gênero (PINTO, 2003).

A ordem citada por Blay talvez seja discutida por outras autoras. Saffioti (1979), que diz que a luta das mulheres por mais direitos na sociedade parece surgir da tomada de consciência da mulher diante de sua relação com o homem, em que a mulher se encontrava sob essa capa de proteção do homem; a mulher sobre sua fragilidade dava ao homem sua colaboração no trabalho, um comportamento de submissão nessa sociedade no seio da família patriarcal.

Essa dinâmica de relação familiar também hierarquizou o trabalho feminino, muito

dessas ideias se reproduziram e se firmaram com o decorrer do tempo, uma delas é justamente a ideia de modelo de família. Onde:

A família unidade econômica por excelências das sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não possa falar em independência econômica da mulher (estar uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar, e para ele o mundo econômico não era estranho à mulher (SAFFIOTI, 1979, p. 33).

Explicita que dessa forma ao homem ficou atribuído os afazeres destinados aos espaços fora do lar, fora da segurança que supostamente o abrigo lhe proporcionaria, lhe dando a competência de provedor e defensor do lar e da família. Essa divisão atribuiu papéis a ambos, o homem recebeu funções que o colocaria em um molde e que se não o cumprisse, também estaria sujeito aos castigos das regras sociais; caber-lhe-ia ser o provedor, o protetor do lar conduzindo a mulher se tornar dependente socialmente de alguma forma do homem. Ou seja, essa dinâmica de relação de hierarquias condicionou ambos.

Observar-se que a atribuição ao feminino como ser de fragilidade e então não-apto ao trabalho se emprega apenas às classes mais altas. Os autores demonstram que as camadas mais baixas já se faziam parte desse trabalho remunerado, porém no seio da exploração da mão de obra explorada e não valorizada ou de algum valor para ser destacado.

Nos modos capitalistas de produção além de explicitar os fatores de classes sociais, também lança mão da tradição para justificar a marginalização; o fator sexo que há muito tempo vem sendo aproveitado como cacife de inferiorização social da mulher, assume na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social (SAFFIOTI, 1979).

Essa atribuição da mulher ao confinamento do lar e aos cuidados deste, explicita a autora acima, fez criar um espaço de trabalho remunerado como o lugar do homem. Isso não impediu, com o processo de industrialização, que a mão de obra feminina fosse usada como recurso de solução para problemas provindos do capital.

Aponta ainda que a empregabilidade da mão de obra feminina é baixa nos sistemas de bens e serviços na sociedade capitalista em geral. O que não quer dizer que, em determinadas épocas a mão de obra feminina não possa ser empregada em grande escala, ou seja, a mão de obra feminina tem sido vantajosa quando os capitalistas querem resolver as crises.

No Brasil, segundo a autora,

o desenvolvimento industrial verificado entre 1955 e 1960 desviou a mão de obra masculina da agricultura para as atividades urbanas, modificando a proporção anteriormente existente entre a força de trabalho feminina e masculina efetiva nos três ramos da economia e elevando para 10% a participação da mulher nas atividades primárias em relação ao total da força de trabalho empregada neste setor (*ibid.*, p. 241).

Assim não há como não negar a luta contra a exploração da mão de obra feminina, já que esta sente a exploração do trabalho latente sobre ela. O movimento feminista encontrou outros problemas na sociedade brasileira.

Para Pinto (2003, p. 45)

o movimento feminista brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre perspectivas autonomistas e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês. A grande maioria das feministas dos primórdios do feminismo no Brasil esteve envolvida ou foi simpatizante da luta a ditadura no país, tendo algumas delas sido presas, perseguidas e exiladas pelo regime.

Nagasava (2014) afirma também que após o golpe militar, o movimento feminista lutou contra a ditadura e pela melhoria na condição de vida. Finalizada a década de 1970 para os anos 80, o feminismo passa a se institucionalizar como campo de saber. Segundo a autora, devido “o avanço de pesquisas e a expansão do debate acadêmico em congressos, seminários e grupos de estudos, destacando-se nesse campo mulheres como Rose Marie Muraro e Maria Odila Leite da Silva Dias” (*ibid.*, p. 69). Aponta que:

Em 1975, foi declarado o Ano Internacional da Mulher e a data de 8 de março passou a ser o dia de luta pelos direitos das mulheres e contra a discriminação do sexo. No mesmo ano, o Movimento Feminino pela Anistia mobilizou-se nacionalmente, pedindo a anistia dos exilados e presos políticos, influenciando assim o processo de abertura política do país e o fim da ditadura. Diante dos movimentos de contracultura e da criação da pílula contraceptiva, o direito ao prazer, à maternidade e ao aborto também se tornou assuntos para discussão. Em 1977, foi aprovada a lei do divórcio no Brasil, uma antiga demanda do movimento. (*ibid.*, p. 68 – 69)

Pinto (2003) aponta também que:

a anistia política e a reforma partidária que insistiu o multipartidarismo no Brasil, ambas em 1979, e as paradigmáticas eleições de 1982 tornaram ainda mais complicada a relação do movimento feminista com o campo da política institucional. Se até o ano de 1979 a questão havia sido de hierarquias de bandeiras de luta, agora era a própria unidade do movimento que estava ameaçada com as feministas se dividindo em diferentes partidos,

primordialmente entre o PT (Partido dos trabalhadores) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) (*ibid.*, p. 45).

Ainda sobre o período de 70 a 80, Nagasava (2014, p. 36), explicita que:

no campo político, o movimento feminista participou intensamente das discussões da constituinte, conseguindo inserir na legislação importantes demandas como, por exemplo, o direito à igualdade, ampliação da licença-maternidade, aposentadoria para trabalhadoras rurais e 13.º salário e férias para as empregadas domésticas. A institucionalização de órgãos estatais de defesa das mulheres também foi marcante no ano de 1985, com a criação das primeiras Delegacias de Defesa da Mulher (DMM) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), surgido das reivindicações do Seminário Mulher e Política, realizado no ano anterior.

Outras correntes que influenciaram o movimento feminista no seio de suas lutas segundo Goldberg (1975, p. 06), foram as correntes liberal e marxista.

na tradição feminista liberal, o sistema social como uma totalidade não é questionado, e as assimetrias e desigualdades sexuais são vistas como fenômenos antinaturais e culturais, produzidos por leis obsoletas, educação discriminatória, mentalidades atrasadas. (...) atua inicialmente como um grupo de pressão para a conquista de direitos civis para todas as mulheres e de espaços públicos de intervenção para essa minoria política, podendo crescer até se transformar em um grupo de representação no seio das estruturas de poder.

Já para a autora, na base da tradição do feminismo marxista, segue o pensamento clássico em que o capitalismo é o causador da opressão feminina, assim tendo como centralidade o alcance de uma sociedade socialista. Nele

o movimento de mulheres constitui o setor do partido revolucionário de vanguarda encarregado de conscientização das mulheres com respeito às virtudes emancipatórias do trabalho assalariado (sendo o trabalho doméstico considerado improdutivo e desvalorizante) e da organização das trabalhadoras para reivindicar seus direitos. (*ibid.*, p. 07)

A teoria feminista segue lado a lado da realidade vivida, uma se imbricando com a outra, e encontra nela material discursivo e teórico para analisar e se autocriticar dentro de seu próprio campo. Para Costa (2005), há ainda pontos a serem discutidos na literatura feminista. É a questão mulher x política, quando se demonstra que quando as mulheres entram na política, o fazem através de um espaço muito limitado. O primeiro ponto para esta autora é que as imposições que recaem sobre as mulheres quanto à sua participação na política partidária se

dão no âmbito doméstico e comunitário.

Tais discursos eram presentes nos republicanos positivistas, onde se dava a aparência de defesa da mulher ao espaço político, porém com o intuito de mantê-las no *status quo*, por isso as feministas os atacarem. A autora complementa que o trabalho exercido pela mulher no campo da informalidade, tem tanto efeito quanto o da vida política formal, mas é marginalizado e não recebe olhares assim como outras formas de resistência da mulher, como, por exemplo, sobre o Estado.

O segundo ponto que traz é a “política não exerce o mesmo impacto, nem a mesma reação sobre as mulheres e homens. Elas vivem diuturnamente os problemas domésticos e para eles estão voltadas quando pensam em política” (*ibid.*, p. 76). Um terceiro ponto é a luta política de mexer com as relações de gênero e com as estruturas patriarcais. As mulheres, suas estratégias e sua luta política são dadas por problemas de causa mais imediata e não podem ser ingênuas ou conservadoras.

A autora ressalta que muitos conceitos da ciência política não diferem do de gênero; explicita dando exemplo da relação com o nacionalismo e a sexualidade que “no período da Segunda Guerra Mundial, tinha como bandeira de luta o incremento populacional” (*ibid.*, p. 77).

Explicita que muitas foram as correntes que influenciaram e ainda influenciam as mulheres e o movimento feminista. Em vista disso é importante termos em mente que o feminismo vem como arma essencial da mulher na luta contra toda desigualdade pautada em crenças criadas para inferiorizá-la e a colocar em um ambiente sem direito a escolha.

Por mais que diferentes correntes influenciem e modifiquem o cerne das lutas do movimento, ressalta-se que “o feminismo tem uma longa história com movimento emancipatório” (GARCIA, 2015, p. 53). Ou seja, por mais que correntes surjam, o movimento teve e tem o caráter de luta pela liberdade da mulher.

Muitas dessas ideias podem ser encontradas também nas discussões trazidas por Passos (2001), segundo a qual o movimento feminista é essencial para a sobreposição de barreiras sociais, dirigindo para a participação feminina em todas as áreas. Ele se mostra fundamental para a inserção da mulher nos lugares, que há muito tempo lhe foram negados, e vai além, ele dá validade ao lugar conquistado à mulher, lhe proporcionando recursos suficientemente fundados para sua validação em lugares até então não lhes direcionado.

Das lutas travadas, dos direitos conquistados, dos duelos perdidos, o movimento feminista em busca pela emancipação das correntes que impediram a mulher de se fazer presente onde lhe cabia estar, só teve a enriquecer a luta e o campo teórico para atingir as metas

proposta desde seu início.

No Brasil as reivindicações e lutas por bandeiras levantadas a muito custo ocorreram atribuições ainda mais peculiares onde se formou as primeiras movimentações por mudanças na condição feminina.

### **2.3 Mulheres de ontem da Amazônia e Amazonas**

Muitas mudanças ocorridas no decorrer do tempo no contexto macro e nacional podem influenciar e interferem no contexto micro e regional, por mais que muitas não se imprimem exato reflexo, é observável que elas e as reivindicações, no referente estudo, por exemplo, das mulheres na conjuntura amazônica; são então em alguma medida, reflexos de mudanças em consequências de projetos dos contextos maiores com as peculiaridades do regional.

Vanessa Antunes (2014) em seu trabalho intitulado *Mulheres do novo século: a condição feminina no Amazonas, 1900 – 1910. Um olhar a partir das representações da imprensa amazonense* acompanhou as alterações ocorridas na virada do século XIX para o século XX, estas decorrentes das modificações do capital na região amazônica e as que se deram devido aos grandes projetos desenvolvidos para a região.

A autora observou através de periódicos da época que não só ocorreram as transformações econômicas como sobre uma nova ideia de ser mulher que a modernidade imprimia nas mulheres amazonenses. Antunes aborda a inserção ao trabalho da mulher através da docência, além de discutir a visibilidade que o trabalho feminino assim como sua saída para os espaços públicos e os incômodos causados na sociedade naquele período.

Um dos apontamentos da autora são relacionados a economia e a educação, tratando-as como fatores contribuidores à alteração do comportamento feminino, como a relação na esfera pública da mulher amazonense. Para ela, tanto as mudanças econômicas na virada do século XIX, como a maior distribuição de vagas para educação aparecem como um fenômeno que ajudou as mulheres a participarem das mudanças sociais mais amplas, criando uma relação entre a educação formal e a emancipação feminina.

A historiografia tem registrado com clareza um aumento considerável na área educacional ao longo do século XIX. O ensino formal se expande com a contínua abertura de escolas. O processo é, de fato universal e dele o Amazonas também participou. (...) No bojo dessa expansão, a presença feminina começou a se tornar mais visível na segunda metade do século XIX. Na virada para o século XX, um número considerável de mulheres já havia concluído a educação básica, em consequência e muitas delas acabaram

expandido suas atuações para o magistério. (*ibid.*, p. 24 – 25).

Para a autora, no Amazonas a educação chegou em todas as classes sociais, porém teve classes que chegaram com mais força, o esforço da mulher para outras teve que ser dobrado, ou em muitos casos não (existiram) o acesso. Essa relação se deve aos muitos percalços que grande parte da população brasileira sofreu e ainda sofre, no acesso à educação e pela forma dado o ensino no país. O Estado não se fez presente, muitas vezes deixando mais uma lacuna no acesso das mulheres ao ensino formal.

Isso porque como salienta Barbosa (2008, p. 54)

Quando nos debruçamos sobre a história da Educação no Brasil, constatamos sempre o nosso atraso naquilo que diz respeito a educação do povo. No período colonial, da chegada dos portugueses a até meados do século XIII, a educação brasileira esteve entregue nas ordens religiosas, notadamente aos Jesuítas que tinham prevalência nessa área e chegaram a desenvolver métodos de ensino apropriados para substituir a cultura autóctone pela cultura europeia, com o aprendizado, pelos índios, não só da língua e da religião, como de todo modo de vida, na educação dos filhos da elite e chegaram até a construir centros educacionais bem estruturados para a instrução nos cursos de humanidades e de teologia, mas foram barrados em suas pretensões de instaurar cursos de nível superior.

Assim além de limitada a classes mais baixas, a educação por falta de investimento do Estado ficou nas mãos das ordens religiosas, criando mais uma barreira para o acesso da mulher a esse lugar. Costa (2005) nos ajuda a entender como se deu essa inserção da mulher nesse espaço na Amazônia, se olharmos após 1868, posterior à Guerra do Paraguai.

Segundo ela, após a guerra, no Brasil desabrochou uma consciência nacional que procurava pensar o país a partir dos brasileiros, sem muita certeza de como fazer isso devido ao medo de cair no ‘copismo’ que atravessava os intelectuais brasileiros da época. Para a autora, esse pensamento também esteve na educação, no primeiro período que antecede a República; a preocupação é voltada em combater a presença monopolista da Igreja.

Após a República, chamava-se a atenção tanto do Estado para resolver os problemas da educação, como da elite; nesse dilema combatiam, de um lado, o movimento feminista que iniciou a abertura dos costumes e do outro a igreja, que freava a educação, vale lembrar partir das elites a ideias que influenciavam o país (COSTA, 2005).

Costa (2005) explicita haver a preocupação de como reconstruir a nação e a educação era uma inquietação dos intelectuais da época. Essa ideia de reconstrução caiu sobre grupos que pensavam a partir de fundamentos em teóricos provindos do iluminismo, materialismo,

idealismo, indianismo, ecletismo do campo jurídico pedagógico, positivismo e liberalismo.

Como a autora especifica, foi o positivismo que pairou o país, quebrando o modelo de educação tradicional, afirmando inclusão para todos, inclusive as mulheres. Alguns positivistas ortodoxos, consideravam as mulheres intelectualmente diferentes dos homens, atribuindo a inteligência feminina como sintética e a masculina como analítica, justificando o ensino diferente para ambos. “Na realidade, assentados na teoria comtiana, os positivistas só admitiam a instrução feminina, de modo que a mulher pudesse bem desempenhar seu papel de mãe. A função da produção cultural objetiva destinava aos homens” (*ibid.*, p. 203).

Por estarem em defesa da família tiveram mais aceitação entre os intelectuais, já os liberais tiveram mais oposição, colocando o indivíduo “em detrimento a família” (*ibid.*, p. 203). Segundo a autora, para a visão dos intelectuais, o que se tinha como consenso, era a utilização do ensino para unificar a nação, dando importância a educação básica. Aponta que “desde o ato adicional 1834, rompeu-se a possibilidade de estabelecer a unidade orgânica do sistema educacional em formação, passando as províncias a construírem uma pluralidade de sistemas regionais” (*ibid.*, p. 204). Assim, além de deixar o ensino desorganizado, não dava base para um ensino superior.

A autora, ao ler as legislações, identifica que houve diversas reformas no ensino e elas tinham um cunho mais administrativo e deixavam a filosofia e a metodologia de lado. Muitas reformas eram realizadas apenas por fazer, pois, permaneciam com a mesma estrutura, além da utilização de muitos modelos europeus, mesmo não tendo aplicação na realidade brasileira.

Para Barbosa (2008), reformas significativas só poderemos observar no século XX, na Primeira República, quando a educação começa a dar seus primeiros passos, mas reformas vieram do Executivo não passando pelo Parlamento, mesmo que a Federação tivesse autonomia para criar seus regulamentos próprios. O autor ressalta que ação similar ocorreu em 1930 onde o governo anulou o Parlamento.

Ocorre em 1942 uma reforma durante a Ditadura Vargas, segundo o autor, e com o final dela, a educação é discutida na Constituinte de 46, onde é colocada como compromisso do Estado: escola pública, educação popular e a universalização do ensino primário. As discussões aprofundaram a complexidade do ensino no país. “O debate entre ‘velho’ e o ‘novo’ fez com que a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, que começou a ser discutida em 1948, só fosse discutida sancionada em 1961, ficando em vigor por apenas dez anos” (BARBOSA, 2008, p. 56).

Fato é que essa precariedade deu brecha para o ensino privado se estabelecer, ficando na ordem da Igreja Católica, que frisava o ensino tradicional, a castidade da mulher e separava

a educação por sexo (COSTA, 2005). Como observa a autora, também surgiram colégios protestantes com as missões protestantes no país no início da industrialização.

Eles ministravam um ensino mais técnico e profissional. Algumas missões irão criar orfanatos ao lado de fábricas, ministrando um ensino elementar aos órfãos, visando encaixá-los como mão de obra junto às empresas nascentes. As orientações das escolas secundárias revela a reprodução da dicotomia encontrada no plano econômico, ou seja, uma escola para a elite, baseada na cultura clássica e propedêutica, visando o acesso aos cursos superiores e, uma escola para os trabalhadores da indústria e do comércio (*ibid.*, p. 204 – 206).

Essa dualidade no ensino era presente também nas aprendizagens relacionadas aos homens e mulheres. Para os homens eram dados uma complexa matemática e para as mulheres apenas as quatro operações e o ensino doméstico como obrigação. Costa (2005), aponta que “no bojo da discussão da construção da nação, a importância da educação feminina era reconhecida pelo papel que a mulher representava como educadora na família, portanto, formadora do primeiro cidadão. Assim pensava os positivistas liberais” (*ibid.*, p. 206).

Antunes (2014) em uma análise feita de jornais do final do século XIX observa uma preocupação em relação ao acesso das mulheres a educação no Amazonas:

Uma primeira consequência dessa maior escolarização foi exatamente o reforço da inserção da mulher tanto no mercado de trabalho, onde muitas se tornaram professoras de primeiras letras, quanto nos círculos da cultura letrada, o que lhes facultava maior contato com a literatura e com a Imprensa — ou com a literatura através da imprensa — abrindo horizontes infinitos à imaginação. A leitura e a educação escolar feminina traziam preocupação para os mais tradicionalistas, que não viam com bons olhos o anseio e o avanço desse processo, já que podia desviar a mulher dos papéis tradicionais à ela dedicado (*ibid.*, p. 25).

O que se observa, é que havia uma mudança em processo, porém acompanhada de receios de como elas seriam dadas em relação à educação; o objetivo era não alterar o *status quo*, mas se entendia haver uma necessidade se estabelecer a educação para as mulheres.

A autora argumenta que esse primeiro lugar na imprensa em que as mulheres letradas se estabeleceram é o motivo pelo qual, no decorrer da segunda metade do século XIX, eram repletos de conteúdos destinados unicamente às mulheres, e tinham essencialmente ponderações e preocupações do espectro feminino na época.

Para a autora

Foram elas que tentaram, por meio da imprensa feminina, demonstrar o valor

e a importância da mulher letrada no novo século que chegava. Com efeito, a educação feminina como suporte para a emancipação foi a primeira grande causa levantada pelo feminismo no Brasil, sendo até mesmo anterior ao movimento sufragista (ANTUNES, 2014, p. 27).

Lembrando que esse modelo educacional tem suas raízes europeias, é determinista, com base na ideia da ciência moderna que excluiu as mulheres do saber científico e do público, partindo de uma lógica biológica que as inferiorizava em relação ao homem.

Outros percalços quando se trata da Amazônia são observados por Costa (2005), que aponta que nela o trabalho era absorvido pelas camadas pobres. Era desonroso para as mulheres de classe social mais elevada trabalhar, se dava preferência ao casamento e a maternidade, sofrendo preconceitos ao se inserirem no mercado de trabalho.

Homens que se encontravam no poder, com medo de perder sua posição, fizeram partir de si a mudança, somente quando mulheres mais cultas começaram a assumir as direções que essa realidade tomou. Por isso, haviam mulheres e homens com discursos muito das vezes contraditórios (COSTA, 2005).

Observarmos que a lógica relacional entre homem e mulher na Amazônia junto a modernidade, quando se trata de classe social, tem formas diferentes de ação; as classes mais altas sofrem desigualdade nas relações de gênero de maneiras mais sutis, mas não menos importantes de serem analisadas e problematizadas.

Poucas mulheres tinham acesso à educação, Costa (2005) explicita que com o avanço de novas ciências, na segunda metade do século XIX, atribuíram-se as novas formas do controle do corpo feminino. A autora argumenta que Rui Barbosa defendeu a inclusão da educação e a educação musical; ele foi relator da Reforma do Ensino Básico e, em 1882 também era favorável a um ensino que visasse uma fundamentação científica, que desse conta de implementar a indústria e a agricultura com um caráter mais profissionalizante, para fugir das costumadas profissões como engenharia, direito e medicina. A autora nota que o discurso de Rui em relação ao trabalho feminino enfatizava a doação da mulher para o progresso da nação,

nota-se que as questões da maternidade e do lar estão arraigadas ao papel feminino que as mulheres vão aos poucos ganhando acesso às profissões ligadas a esses misteres como: a do magistério, sobretudo o infantil, de enfermeiras, parteiras e médicas, particularmente nas áreas de obstetrícia e pediatria (*ibid.*, p. 217).

Tais discursos, segundo a autora, mostram os destinos de trabalhos indicados às mulheres, em quais condições a mulher se encontra socialmente, já que aqueles eram

desvalorizados pela sociedade. Não podemos ver como essas mulheres fizeram valer sua importância e contribuição por meio desses lugares.

Na segunda metade do século XIX houve mudanças sociais significativas, que demandavam a ampliação do ensino, mas a Primeira Guerra Mundial foi decisiva também, pois muitas mulheres fora do país ocuparam os lugares deixados pelos homens (COSTA, 2005). Para ela, essa notícia, ao chegar no Brasil, alimenta o movimento feminista, a favor da profissionalização da mulher, dando uma expansão ao ensino médio para as mulheres tanto do Ensino Público quanto nos Colégios de Freiras das camadas mais favorecidas.

A entrada das mulheres no magistério, conforme Jane Soares de Almeida, demorou a concretizar, praticamente ligado ao empobrecimento das camadas médias no início do século XX e difusão de novos valores pelo feminismo e pela Guerra. Mas não foi fácil às mulheres. Tiveram que se impor pela competência. No ensino, por exemplo, a criação de cargos, nomeações, eram definidos e decididos pelos homens. As mulheres aproveitaram as brechas no sistema para se insurgirem e penetrarem. Sem dúvida, um processo lento, que envolveu estratégias de cooptação e conciliação (*ibid.*, p. 219).

No Brasil, após a Primeira Guerra, não só se fortaleceu o valor feminino, como também o nacionalismo desacerbado, que irá estar presente nas ideias do século posterior (*idem*). O discurso de pátria e o papel do educador, foi levado por Olavo Bilac nos Colégios e Universidades do país após entrar na guerra em 1917; a carência de Universidades no país fez os intelectuais em sua maioria serem autodidatas. Ao mesmo tempo, segunda a autora, o positivismo era criticado pelo caráter reducionista, limitando o método das ciências naturais, se restringindo aos fatos.

Após 1920, com uma classe média já ampliada, grande parte desse setor, descontente com a situação econômica e política desse País irá compor o Movimento Tenentista que endossa a República, mas conclui que está mal representada. Reivindicam a representação em todos os setores da sociedade e justiça. E os debates políticos absorvem os debates pela educação. Nesse momento já aparecem opiniões dos educadores profissionais (COSTA, 2005, p. 222).

Com a pretensão de mudar a educação, as ideias da Nova Escola mexem com o país. Sua aplicação na realidade brasileira e a falta de desconhecimento sobre ela, fez com que as expectativas não dessem conta da realidade, “mas foi a proposta mais adequada as ideias libertárias da República” (*ibid.*, p. 22).

Época em que a instrução primária já se estendia às mulheres; e as Escolas Normais aos poucos iam absorvendo-as no lugar dos homens que se

afastavam, elas foram chamadas à construção da nação. Porém, essa colaboração representou uma moeda de duas faces: de um lado elas comparecem, de outro, ainda lhes era negado o acesso aos Liceus e Cursos Superiores (*ibid.*, p. 22).

As mulheres no meio público se encontravam no lugar onde a educação as conseguiu levar, porém, isso não quer dizer que as mesmas não faziam parte de lugares como a política, já que também se encontravam nesse meio.

O trabalho dissertativo de Michele Rabelo de Souza (2016), do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, com tema *A presença da mulher na política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal*, teve o intuito de verificar a participação das mulheres na política representativa no Brasil. A autora enfatiza a trajetória política da ex-senadora do Amazonas, e seus projetos voltados para as mulheres, trazendo algumas conquistas obtidas pelas mulheres até o momento, que contribuíram para a participação feminina nesse ambiente até então ocupado por homens.

Segundo Souza (2016) a então deputada Eunice Michiles, integrou a chapa para o Senado como suplente de João Bosco Ramos de Lima, no ano de 1978, devido a um pedido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que renunciou à sua candidatura à reeleição a deputada estadual; esse pedido do partido, se deu devido ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) já possuir uma mulher concorrendo ao mesmo cargo ao qual seria suplente, e uma mulher filiada ao partido imprimia um ar moderno, além de possuir também a estratégia de ganhar votos femininos.

A autora afirma também que o ARENA via a necessidade de ter uma mulher com as mesmas características da candidata do partido de oposição. Ainda segundo Souza, “Eunice Michiles, que na época era secretária de assistência social do município de Manaus, aceitou compor a chapa, mas entendendo ser apenas para contribuir com o seu colega de partido, pois não tinha chance de vencer” (*ibid.*, p. 12).

Eunice assumiu o compromisso de realizar uma boa campanha que, conseqüentemente, conseguiu obter muitos votos, inclusive do interior do Estado do Amazonas, que, na somatória, ajudou a eleger o seu colega João Bosco. Eunice que assumiu a secretária de assistência social após as eleições, não imaginava que o inusitado ocorresse, ou seja, a morte de seu colega, levando-a a assumir o cargo que ela não esperava: o de senadora do Brasil (SOUZA, 2016, p. 12).

Segundo a autora, a senadora Eunice Michiles entra para partido ARENA, para imprimir uma imagem de modernidade ao partido. Souza utiliza entrevistas com mulheres que

trabalharam com a ex-senadora, parlamentares, representantes de movimento feminista e pesquisadora da temática de gênero, os quais deram suas opiniões em relação ao protagonismo da ex-senadora.

Através das análises dessas entrevistas e o cruzamento de informações sobre a política partidária, movimentos feministas e as conjunturas da época, chega à conclusão de que enquanto não houver mudanças significativas no sistema político brasileiro e nas estruturas dos partidos, as mulheres não conseguirão uma mudança numérica.

Apona que a representatividade feminina na política partidária no Brasil parece ser marcada por fortes restrições, reflexo do nosso sistema patriarcal e das desigualdades de gênero. Uma evidência empírica parece residir no esforço normativo, fruto das pressões dos movimentos feministas, na legislação que ordena o regime de eleição partidária no país. A lei número 9.504/97 (BRASIL, 1997) estabeleceu as normas para eleição e prevê no seu artigo 10.º, parágrafo 3.º, a determinação para que os partidos e/ou coligações preencham, na oferta de candidaturas para eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% de representantes de cada sexo.

Dezoito anos depois da Lei que estabelece as cotas de gênero nas candidaturas para os pleitos proporcionais o Tribunal Superior Eleitoral reforça a observância da legislação, supracitada, através da Resolução n.º 23.455/2015 do Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2015). Os dois dispositivos, o legal e o jurídico, parecem indicar a resistência ou dificuldades para garantir a representatividade das mulheres na arena política partidária brasileira no final do século XX e primeiras décadas do século XXI.

Costa (2005), ao falar sobre esse assunto, diz que as mulheres que entram na política o fazem através de um espaço muito limitado. Na Amazônia do século XIX, os diários datados desse período mostram que as mulheres davam apoio aos candidatos a cargos políticos dos familiares homens, ficando encarregadas de preparar grandes almoços aos políticos que vinham de fora, davam apoio logístico; em troca, às vezes, eram nomeadas pelos respectivos maridos a um cargo importante, ou manutenção de seu cargo, ou quando um emprego para algum parente era dado.

Para a autora esse fato revela a desvalorização institucional da mulher, pois ela é afastada do meio político formal, levada a exercer um trabalho no campo comunitário e doméstico na informalidade. Segundo Costa, as ações realizadas pelas mulheres no campo da informalidade podem acarretar resultados tão satisfatórios quanto no meio da política formal; mas em relação ao seu trabalho, importância e impacto, não é dado o mesmo valor ou crédito da mesma forma que o Estado não dá valor a sua luta.

A exemplo desse quadro e como ele vai se perpetuar no decorrer do século XX na Amazônia, Eunice Michiles parece nos mostrar essas barreiras das mulheres na Amazônia. Em sua carreira política, segundo Souza (2016), no ingresso na política “sua candidatura para deputada estadual não era de interesse do partido. Ainda que a entrada de mulheres nos partidos estivesse começando a acontecer, sua presença era apenas para compor o quadro” (*ibid.*, p. 46 – 47).

A sua presença segundo a autora era apenas para “a promover a imagem do partido, inclusive da ARENA”

que precisava resgatar seu prestígio político. Até durante as campanhas, Eunice era esquecida pelos demais membros do partido que não lhes possibilitavam os mesmos direitos de discursar, mas ainda assim, investiu o que pôde em sua campanha e com o trabalho realizado na época em que viveu em Maués, elegeu-se deputada estadual em 1974 (*ibid.*, p. 47).

Ainda sobre seu acesso ao Senado Federal, Sousa (2016, p. 48)

Eunice que sonhava em candidatar-se à reeleição de deputada estadual retirou a sua candidatura a pedido do partido para candidatar-se à suplente de senador na chapa de João Bosco. Mesmo não saindo candidata à deputada estadual nesta eleição de 1978, Eunice conseguiu o tão almejado cargo de secretária de assistência social do município. (...) A secretária de assistência social, que antes abriu mão de sua candidatura à reeleição de deputada estadual teve que mudar-se para Brasília e como suplente de João Bosco, Eunice Michiles, assumiu a vaga no Senado tornando-se a primeira mulher a ocupar tal cargo no Brasil.

O segundo ponto discutido por Costa (2005, p. 76) ao falar do impacto que a política tem sobre as mulheres diz que:

A política não exerce o mesmo impacto, nem a mesma reação sobre as mulheres e homens. Elas vivem diuturnamente os problemas domésticos e para eles estão voltadas quando pensam em política. As mulheres pobres limitam-se, a votar, quando o fazem, com o patrão ou a patroa.

Explicita que o voto no império era elitista e censitário e, mesmo com a República, ele continua excludente devida a alta taxa de analfabetismo e a falta de cultura política, estimada em 90% ou mais segundo a autora: “na Amazônia devido às condições de isolamento extremo em que viviam as populações do interior, respondiam pela falta de cultura política e dependência à voz do patrão” (*ibid.*, p. 76).

Um terceiro ponto discutido é a luta política que mexe com as relações de gênero e com

as estruturas patriarcais. As estratégias e luta política das mulheres refletem seus problemas de causa mais imediatas, por isso não podem ser “ingênuas ou conservadoras”. A autora nos mostra também que muitos conceitos da ciência política não diferem do de gênero; explicita dando de exemplo a relação entre nacionalismo e sexualidade, onde aquele “no período da Segunda Guerra Mundial, tinha como bandeira de luta o incremento populacional” (*ibid.*, p. 77).

O capitalismo, apesar de sua exploração sobre a mulher, proporcionou um ataque à patriarquia dando oportunidade a políticas públicas para as mulheres e “oportunidades de organização mais efetiva que nas formas anteriores a de organização de trabalho” (*ibid.*, p. 79 – 78).

Ao falar sobre o Estado e sua estrutura na Amazônia, a autora diz que o Estado patrimonial se demonstrou ineficiente, devido à corrupção e falta de infraestrutura que não lhe permitiu implementar uma agenda de desenvolvimento econômico e social. Outros fatores contribuíram também como o “clientelismo, o isolamento geográfico e cultural, a dificuldade de acesso à informação” (*ibid.*, p. 80), bem como acentua que as trocas políticas, ao tratarem na questão da mulher, às vezes podem ser acordadas em um compromisso sexual dificultando a luta política.

Mesmo a miscigenação entre portugueses e indígenas, ambas sociedades patriarcais, que fora estimulada pela metrópole. De um lado favoreceu a integração das duas raças, por outro lado, reforçou o patrimonialismo de Estado, então ao pensarmos a mulher no final do século XIX, não fugimos da reflexão sobre as sociedades com estruturas tradicionais e coercitivas em relação a elas e que as excluía da política (COSTA, 2005).

O comportamento da mulher, segundo a autora, como já foi dito, só se tornará público no final do século XIX com o movimento feminista, mas na Amazônia isso só dará no início do século XX e proporcionando um grande desconforto a uma sociedade patrimonial e patriarcal.

Podemos ver com o decorrer do tempo que o patriarcado se estabeleceu diferentemente nas civilizações, influenciando-as e reforçando características já presentes. Tais influências se demonstram na face das instituições e nos espaços políticos da Amazônia e no município de Parintins não foi diferente.

Vanessa Antunes (2014) aponta que a educação escolar foi para a mulher um meio para ela começar suas primeiras formas de liberdade, como mulher letrada, rompendo o que lhe privava do saber, mas essas mulheres não podiam trabalhar fora de casa, como as mulheres de camadas sociais desfavorecidas. Por isso há uma importância das mulheres letradas se atreverem a penetrar no espaço da escrita pública, segundo a autora, pois canalizaram angústias

e anseios diários de suas vivências, que chegaram até mesmo a assinar folhetins nos jornais da primeira metade do século XX.

Costa (2005) afirma que só no século XX que a mulher irá de fato se estabelecer na Amazônia nos lugares públicos.

Sousa (2016) traz o contexto das décadas de 70 e 80, como o movimento de feminino e feminista, as implicações acarretadas de sua inserção nesse espaço predominantemente masculino. Um desses debates é justamente o movimento feminista no Amazonas, mais especificamente em Manaus na Universidade Federal do Amazonas.

No Amazonas, o feminismo surgiu no final da década de 1970 e início de 1980 com o Comitê da Mulher Universitária nas dependências da Universidade Federal do Amazonas — UFAM e foi a primeira entidade feminista criada em pleno regime militar no Estado. Nessa época, havia várias frentes de atuação e alguns professores da Universidade eram muito envolvidos com a sociedade. Naquele momento, os professores engajados exerciam o papel de intelectual orgânico, um engajamento social importante para a nucleação dos movimentos sociais que posteriormente passaram a contar com o apoio da Igreja Católica através das pastorais: operária, da juventude e indígena (SOUSA, 2016, p. 15 – 16).

Para a autora o trabalho realizado pelas professoras Selda Vale e Marlene Pardo naquele período, teve uma significativa importância na construção emancipatória no Amazonas. No país havia um silenciamento, devido à ditadura com as questões políticas partidárias, porém como a autora discute “os movimentos sociais empreendiam a luta contra a carestia, luta por creches, pela questão indígena, direito do negro e homossexualidade, embora tenha sido mais difícil essas discussões na época” (*ibid.*, p. 16).

O que podemos ver até aqui, é que muitas mudanças econômicas e fatores sociais contribuíram para a saída da mulher para os espaços públicos. Além disso, sua tomada de consciência sobre a opressão sofrida também foi mais forte, ao menos mais aparente com o seu maior acesso a lugares, que até então não eram lhe oferecidos ou permitidos. No Amazonas não se mostra diferente dessas influências macros, como no caso da Zona Franca de Manaus.

Com a ZFM já em funcionamento, as mudanças foram evidentes, pois com a perspectiva de emprego e melhoria da qualidade de vida, trabalhadores oriundos principalmente do interior do Estado, deixaram suas casas em busca de uma vida melhor na cidade de Manaus, tornando-se trabalhadores urbanos. Esse êxodo rural favoreceu e muito a indústria local que se beneficiou com a abundância de mão de obra barata no processo de industrialização. A ZFM trouxe benefícios principalmente para a área econômica, certo desenvolvimento urbano que possibilitou investimentos em alguns setores (*ibid.*, p. 19).

A aplicação de um projeto de grande magnitude como a ZFM, provocou mudanças nos espaços urbanos e sociais, assim como o aumento dos espaços tornando uma dupla via, em que promove tanto mudanças quanto mais desigualdade e exploração. A luta árdua das mulheres por espaços onde pouco lhes fora dado, parece ser mais forte no século XIX e XX.

A educação e o acesso a ela, parece ser um espaço mais viável para a ruptura do manto que o patriarcado lhes cobre. É por meio da educação que as mulheres mostraram também na Amazônia sua capacidade de se inserirem nos espaços de poder. Ao olharmos para a política, para escritoras de colunas de jornais, no engajamento feminista nas universidades é nesse período em que analisamos, que há uma perceptível tomada de consciência feminina da opressão social sofrida.

#### **2.4 Localizando a mulher em Parintins no espaço público de Parintins nos anos 1950-60**

Nas modificações que acarretaram diretamente na condição feminina no século XX, como vimos, se deu paralelamente ou em consequências das mudanças sócios-econômicas, já na virada do século XIX. Nas décadas de 1950 – 60 no município de Parintins é possível ver mudanças significativas para a mulher nos espaços públicos e no trabalho de docência.

Ao que indicam diversas pesquisas, a educação se mostrou para as mulheres uma forma de fazer valer sua presença nos espaços limitados a elas, por razões de um determinismo biológico e científico. As feministas se utilizaram da crítica científica para se estabelecerem dentro dela mesma, para garantir o lugar da mulher nesse espaço.

Tendo em vista a importância que a educação teve para a emancipação feminina. Se faz necessário lembrarmos que no Brasil, segundo Barbosa (2008), ela demorou muito para chegar ao povo, o que aconteceu devido uma tendência mundial, como mostrado ao nos debruçarmos sobre a história da educação brasileira, evidenciando o atraso quando se trata da educação do povo.

O descaso por parte do poder público criou uma brecha que podia ser ocupada. Para Costa (2005) ainda durante o período colonial até meados do século XVIII, a educação ficou a cargo das instituições religiosas, que desenvolveram métodos de ensino para substituir a cultura autóctone pela europeia. Os primeiros cursos de ensino superior no país só vieram após D. João VI vir de Portugal para o país; segundo a autora, antes disso as pessoas que tivessem o desejo e recursos saíam do país para estudar.

Em 1822, com a independência, inicia a tendência de levar a educação para o povo, uma

lei faz com que se criem escolas nas cidades e vilas do país, e nas maiores cidades o ensino secundário (BARBOSA, 2008). O autor aponta que “Em 1834, novo diploma legal divide as obrigações com a educação em dois regimes: a União encarrega-se do ensino primário, secundário e as Províncias, dos incentivos ao ensino superior” (*ibid.*, p. 55).

No município de Parintins o ensino está presente já no século XIX, com a aplicação do ensino primário, segundo Bittencourt (2001, p. 137) que explicita,

Quando foi inaugurada a Província do Amazonas em 1.º de janeiro de 1852, já existia, em Parintins uma escola de ensino primário, criada pela lei paraense n.º 146 de 24 de outubro de 1848, escola essa, depois, confirmada pela amazonense lei n.º 15 de 18 de novembro de 1853 durante predomínio paraense, no alto amazonas aquela escola não teve professor.

O estabelecimento do ensino no município precocemente, não necessariamente quer dizer que este seja inclusivo. Se olharmos a condição feminina nesse período, poucas mulheres tinham acesso à educação; Costa (2005) demonstra que, com o avanço de novas ciências na segunda metade do século XIX, atribui a novas formas do controle do corpo feminino. Explicita que Rui Barbosa defendeu a inclusão da educação e a educação musical, sendo ele o relator da Reforma do Ensino Básico. Ou seja, com os avanços e consolidação das novas ciências reprodutora de um saber e teorias que já subjogavam as mulheres, a repressão e controle sobre ela aumentou.

Barbosa (2008) salienta que devido à carência da presença do poder público, foi criada uma lacuna, preenchida pelo ensino particular, que estava sobre a tutela das ordens religiosas, devido ao país ter uma tradição religiosa católica e por ela ser a religião do Estado.

Ligada a esse contexto, o ensino no município de Parintins apresenta as mesmas implicações, inserido tardiamente e aplicado pelas ordens religiosas. Bittencourt (2001, p. 37) diz que,

O projeto de lei foi apresentado na sessão de 21 de outubro daquele ano, d'Assembleia Legislativa Provincial, pelo deputado Joaquim Jansem Serra Lima. Aprovado em todas as discussões, foi sancionado pelo presidente conselheiro Herculano Ferreira Penna. O primeiro professor efetivo, que teve essa cadeira, foi o Rev. Padre Torquato Antônio de Souza.

Esse ponto demonstra a relação das ordens religiosas no município, com a educação, e a inevitável influência com as autoridades locais na obtenção do cargo de professor. O autor aponta também a data do período da criação do ensino feminino no município. Segundo ele em 1854,

Na sessão de 23 de agosto do mesmo ano, o deputado Tapajós apresentou um projeto criando a cadeira do ensino primário para o sexo feminino, projeto que foi rejeitado na primeira discussão. Esta foi criada depois, em 1857, pela lei nº 75 de 14 de dezembro, tendo sido autor do projeto respectivo o deputado Padre Torquato, que o apresentou na sessão da Assembleia Provincial de 10 de novembro anterior (*ibid.*, p. 38).

Como é dada a implementação do projeto demonstra em certa medida que não, era qualquer projeto aprovado ou, de alguma forma, havia algo a mais para implementar um objetivo, pois anos mais tarde um projeto similar é implementado; contudo, não nos cabe aqui traçar as discussões em relação a esses problemas.

As mudanças ocorridas na metade do século XX, como a participação das mulheres nos espaços públicos, assim como na educação, ao que indica se torna uma causa de importância, lembrada na criação de um projeto de lei.

Nos livros “*História e memória política do município de Parintins*”, estão publicadas atas da Câmara Municipal de Parintins; segundo esta publicação, na terceira legislatura (1956 – 1959), mais precisamente em 1 de junho de 1956, a nossa personagem em estudo, Geminiana Bringel, comenta o projeto de lei do então vereador Odovaldo Ferreira Novo, propondo a mudança do nome da praça da Matriz, conhecida como Praça do Sagrado para Praça Padre Torquato. O referido vereador em sua fala ressalta ter sido o padre quem elaborou o projeto que deu origem a Lei n.º 75, de 14 de dezembro de 1857, criando a cadeira do ensino médio primário para o sexo feminino.<sup>7</sup>

De fato, a mudança do nome da praça, ressaltado pelo vereador que propôs o projeto, demonstra o valor que é a visibilidade na metade do século XX para o acesso da mulher à educação. Outro fato que fica evidenciado é que são homens que estabelecem propostas dessas mudanças, ainda colocando de alguma maneira as mulheres sobre sua capa de proteção, ou seja, uma reprodução de uma tradição.

Oliveira e Sasaki (2020), em *A participação da mulher no trabalho da docência nos anos 1950 – 60 em Parintins, Amazonas*, trazem uma discussão bibliográfica abordando o patriarcado. O capitalismo como meios da opressão feminina, e como a industrialização e as mudanças do capital na metade do século XX alteraram o modo da mulher se ver na sociedade brasileira.

Os autores discutem também como o feminismo vem ajudar as quebras de barreiras

---

<sup>7</sup> Livro de Atas de 1956 – 1958, p. 49, verso do livro.

impostas pela sociedade, assim como a educação para as mulheres, seu acesso ao saber e a tomada de consciência feminina na metade do século.

Os autores observam as qualificações de Alzira de Queiroz, Ana Rita de Freitas e Ana Gertrudes de Freitas, mulheres que deram significativas contribuições educacionais para o município, tinham formação excelente e alta qualificação para exercer a docência, além disso, exerceram grandes feitos nas áreas da educação em Parintins. Ao observarem as atas da Câmara Municipal de Parintins, percebem recorrentes requerimentos para a efetuação do pagamento para as professoras do município.

Pontua-se também que, mesmo que as mulheres sejam um quantitativo maior em alguns empregos, seus salários ainda são baixos. Oliveira e Sasaki (2020) concluem que “nas tradições patriarcais da sociedade capitalista, apesar das mulheres conseguirem qualificação profissional exigida, no município de Parintins mesmo possuindo o magistério, o recebimento pelos serviços prestados é abaixo do indicado”. Afirmam ainda que “a qualificação e um bom desempenho no serviço não eram suficientes para que as mulheres conseguissem uma boa remuneração e nem assiduidade no pagamento salarial nas décadas de 1950/60” (*ibid.*, p. 154).

Os autores, afirmam também após aferir os dados apresentados no trabalho que: “a falta de assiduidade no pagamento e o baixo nível salarial está respaldado em outros motivos, os quais foram enraizados na própria cultura patriarcal e na lei de mercado” (*ibid.*, p. 154).

Uma das razões para essas ações, pode estar na relação que a mulher possui dentro do núcleo familiar. Como foi evidenciado ao longo deste trabalho, segundo as ideias do período estudado, mesmo que a mulher possuísse trabalho remunerado, ela não era vista como provedora do lar, então não havia necessidade de ter um salário alto que garantisse o sustento de todas as despesas do lar, uma vez que a mulher não era a provedora, mas estava segura debaixo do manto de proteção masculina, sendo seu salário encarado como um complemento (OLIVEIRA E SASSAKI, 2020, p. 154).

As conclusões dos autores seguem a mesma linha de entendimento que outros autores chegam em relação à mulher e à docência na Amazônia. Para Costa (2005) não foi fácil para as mulheres, tiveram que se colocar nesses espaços por sua competência, parte dessa dificuldade se deu devido aos valores do feminismo no início do século XX e dificuldade da sociedade aceitá-los no início do século XX.

Vemos que estas mulheres, ainda que sejam muito competentes, seus feitos ficam no campo da desvalorização, uma vez que na sociedade capitalista o valor e importância do trabalho também é medido, ou ao menos simbolizado, pela importância conforme o valor pago.

No ensino, para Costa (2005), por exemplo, a criação de cargos, nomeações, eram

definidos e decididos pelos homens. As mulheres aproveitaram as brechas no sistema para se insurgirem e entrarem. Sem dúvida, um processo lento, que envolveu estratégias de cooptação e conciliação.

Nas fontes oficiais obtidas na Câmara Municipal de Parintins, podemos ver como se deu a inserção delas, na educação e quais entraves ficaram no caminho dessas mulheres. Tais fontes oficiais não nos possibilitam olhar as mulheres que não tiveram acesso a esses espaços nas décadas de 1950 e 1960.

Patrícia Regina de Lima Silva (2017) em sua dissertação intitulada *Do espaço lembrado ao espaço vivido: narrativas orais de mulheres nordestinas em Parintins-AM, na segunda metade do século XX*, compreendeu o processo migratório de sete mulheres, e observando cada uma dentro de suas subjetividades seus processos de vinda para a região norte. São elas Geralda Xavier Prado, Luzia Viana da Silva, Rita Franca da Silva Costa, Maria de Fátima Xavier Paulo, Maria de Fátima Costa, Júlia Limeira Martins e Maria Zenaide de Souza. Essas mulheres dentro de suas subjetividades tiveram motivos, como trabalho e família, que não estão apenas entrelaçados somente em mudanças econômicas maiores, mas também em um lado afetivo.

A autora objetivou-se também compreender o papel das mulheres nesses contextos migratórios da região Nordeste para a região Norte, iluminando as subjetividades de cada entrevistada da pesquisa fornecendo um novo olhar para as migrações na Amazônia. Ao falar sobre o *start* de sua inquietação, e que culminou na dissertação, a autora diz que é:

A partir desse período, 1950 – 1960, a dinâmica social de Parintins passa por profundas transformações, principalmente, com a produção da Juta em grande escala, proporcionando uma maior movimentação econômica e de pessoas para cidade até os anos de 1970, essa década marca o declínio econômico voltado para juta além de provocar outras mudanças de ordem parcimoniosa e, principalmente, social na cidade (p. 14).

É nesse período que a autora buscar compreender o processo migratório e seus significados para cada entrevistada de sua pesquisa, usando a história oral, e não exclui apenas o fator econômico como um gerador de mudanças e oportunidades do processo migratório, muito pelo contrário; ela afirma que: “Antes desse período a compleição masculina é mais expressiva, pois em busca de novas oportunidades, os homens, chegaram primeiro. Depois de alguma estabilidade financeira propiciaram a vinda de suas esposas, familiares e amigos” (*ibid.*, p. 14).

A autora analisa também as adversidades sofridas por essas mulheres ao chegarem e tentar se estabelecerem na cidade de Parintins. Essas mazelas vão desde o preconceito por não

serem nascidas na terra e trazerem consigo os estereótipos de migrante da região nordestina, até a luta pela terra e por melhorias em suas condições de moradia.

O que podemos afirmar neste capítulo, é que nas décadas de 1950 e 1960 muitas mudanças em relação à mulher ocorreram no município de Parintins, ganhando os espaços públicos como profissional docente, acesso à educação, assim como também mudanças ocorridas no quesito migratório de mulheres vindas de outras regiões para o município.

Cabe frisarmos que esse período é um momento de mudanças socioeconômica no país, muitas ideias sobre o acesso à mulher aos espaços de trabalhos remunerados são mais frequentes e comuns, fazendo assim as mulheres buscarem inclusive transformações para se, partindo de suas próprias subjetivas escolhas.

Como ressaltamos em discussões anteriores, o ensino foi um ganho e uma ferramenta da mulher sair de seu lugar de inquietações desvalorizadas. Ao se tratar do ensino universitário em Parintins só terá sua primeira experiência com o ensino universitário em 1970 com Projeto Rondon que segundo Silveira e Pinheiro (2017).

foi criado em 1968, em plena ditadura militar, a partir do decreto presidencial n.62.927, tendo sido o “primeiro grande programa de extensão universitária de abrangência nacional” e também um dos mais longos, durando mais de 20 anos. O discurso oficial do projeto era convocar a juventude e a universidade a participar do processo de integração nacional, seguindo a lógica nacionalista de ocupação e defesa do território (p. 03).

O trabalho dos autores intitulado *Internato rural na Amazônia: aspectos históricos, contexto atual e principais desafios* faz um estudo mostrando como os internatos rurais, que surgiram no período da ditadura de 1964 a partir do plano de governo que começa a desenvolver políticas de ocupação em áreas que eram consideradas mal aproveitadas, no sentido de utilização de recurso.

Como vimos, as mulheres no município nesse período já estão atuando ativamente como professoras, e com o acesso ao ensino, o município se preocupa em ampliar as escolas de ensino para a população.

O período de 1964 ao instala-se a ditadura civil militar no país, no Brasil começou uma política de interiorização do ensino superior, com prioridade a cursos voltados para área da saúde (SILVEIRA, PINHEIRO, 2017).

O projeto Rondon, segundo Silveira e Pinheiro (2017) teve a participação 31.<sup>a</sup> pessoas de diversas áreas, indo para partes do país que havia dificuldade ao acesso ao ensino, teve mais ênfase na Amazônia, sido criticado por diversos segmentos da sociedade.

Na cidade de Parintins sua prefeitura com o Ministério do Interior e a UEG possibilitaram sua instalação. O projeto Rondon teve 22 anos de duração e envolveu 350 mil estudantes e 13 mil professores, teve seu término em 1989, com o começo do declínio início do processo de redemocratização e 1980 (SILVEIRA e PINNHEIRO, 2017).

Em relação ao ensino superior, Schor e Marinho (2013) explicitam que a interiorização do ensino superior é dada no município na década de 1970 assim com apontam os autores trabalhados anteriormente. Afirmam também que:

no início da década de 1980, questões econômicas impossibilitaram a permanência do campus da Uerj no município, sendo sua sede repassada para a UFAM que só iniciará suas atividades efetivas em Parintins a partir de 1988, sendo o curso de Licenciatura em Letras o primeiro a ser disponibilizado (*ibid.*, p. 246).

O impacto na sociedade parintinense das mudanças socioeconômicas ocorridas no século XX, com as conquistas aos direitos de ter o acesso ao ensino agregado. Houve também a implementação do ensino formal seja superior ou médio nas regiões esquecidas pelo estado, por conta de uma visão ainda cheia de estereótipos sobre a Amazônia, apresenta aparentemente uma melhoria nos espaços ocupados pelas mulheres, como na educação.

É por meio dessas políticas que se formaram algumas mulheres que fizeram parte da política local. A exemplo, Geminiana Campos Bulcão Bringel vereadora e professora, Clotilde Cruz Valente que se formou junto a turma de Geminiana Bringel e fara parte da política parintinense no início do século XXI e Valdete Preste Pimentel que entrará na política do município no século XX na década de 90. Mostrando assim o impacto que a educação terá sobre as mulheres em alguma medida no município.

### CAPÍTULO III

## A PARTICIPAÇÃO DE GEMINIANA SOB O OLHAR DO FEMINISMO E GÊNERO NO ESPAÇO PÚBLICO DE PARINTINS, AMAZONAS, AMAZÔNIA.

Neste capítulo discutimos e analisamos nossa personagem de pesquisa, sua participação no meio político através da documentação obtida de seu acervo pessoal, assim como as atas da Câmara Municipal disponibilizadas na coleção *História e memória política do município de Parintins*.

Por meio desse documento, possibilitou observar as atuações políticas de Geminiana Campos Bulcão Bringel, sua trajetória no contexto de ganho e obtenção por mais direitos das mulheres XX, como o acesso à educação e política. Olhamos para a mulher na sociedade de classe, sua relação com o trabalho e busca por qualificação profissional no século XX.

Elencamos também sua participação em projetos de leis, que demonstrem as temáticas defendidas por Geminiana Bringel na Câmara Municipal de Parintins, vê-la como política e entender sua atuação no cargo de primeira vereadora do município.

Entendemos também em que medida as ideias defendidas por ela pode ser observadas pela ótica feminista, e como no período de sua atuação, é feita sua passagem pela política local, as relações de poder estabelecido na Câmara e como Geminiana se coloca nesse espaço de predominância masculina.

Entendemos seu protagonismo na casa legislativa do município, dado que sua atuação política requeria um domínio político por permanecer doze anos na carreira política local. Atuou como vereadora, assumindo cargos de importância na Câmara, como de vice-presidente assim como presidente, e interinamente como prefeita, também a primeira prefeita do município, mesmo que forma provisória.

É dentro desse contexto e conexões que observamos a trajetória de Geminiana Bringel, buscando entender seu jogo político nas figurações presente nesse espaço masculinizado, a Câmara Municipal de Parintins na metade do século XX.

### 3.1.1. SOCIEDADE, ECONOMIA E PATRIMONIALISMO

No Brasil muitas mudanças no contexto social ocorreram com a industrialização do país. Ocorreu uma pelo advento da industrialização, observada por Goldberg (1975), no desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek que baseou crescimento econômico na industrialização e urbanização aceleradas, transformando muitos aspectos da sociedade

brasileira, e propulsionando modificações a respeito da situação dos sexos, principalmente nas camadas médias dos grandes centros urbanos.

Segundo Blay (1988), o Brasil, no pós-segunda guerra até 1964, viveu um relativo momento de democracia, mesmo com a proibição de alguns partidos comunistas e nenhuma mulher na elaboração da constituição de 1946. O resultado foi a subordinação das mulheres em relação ao homem, como no trabalho, onde ela precisava da autorização do marido para trabalhar, bem como o casamento indissolúvel, e a inexistência de qualquer alternativa que lhe desse (igualdade) perante o homem.

A autora ressalta que no regime político-militar, de 1964 a 1980, seguem quase inalteradas as leis em relação à mulher, mudando apenas quando essa fosse casada, lhe dando autonomia para realizar negócios. Conforme Blay (1988), a representação parlamentar feminina foi muito modesta ao nível federal, ao contrário dos níveis estaduais, onde foi um pouco maior, em grande parte por algumas mulheres se candidatarem no lugar de seus maridos.

No Brasil, segundo Pinto (2003) o feminismo se consolidou e utilizava como modelo o movimento latino-americano. A ditadura militar foi o cenário para instauração do movimento no Brasil, com as lutas com foco intenso nas autoridades militares a favor dos direitos femininos.

Nas limitações impostas pela ditadura em relação às organizações contrárias à militarização, a luta feminina ficou restringida assim ao único partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro, MDB. Com a censura agindo no país, muitos movimentos agiam na surdina, assim como o feminista; essa clandestinidade era crucial para que o movimento continuasse. A autora ressalta que durante esse período as mulheres não só buscavam a igualdade e direitos, mas também a luta contra o regime ditatorial.

Mesmo que as lutas das mulheres nesse período não estivessem totalmente direcionadas a pautas levantadas por elas nesse momento, sua participação que até então não estava ligada à política começa a transformar a sociedade (PINTO, 2003). A autora ressalta que se pode dizer que a inserção da mulher na política se dá no período da ditadura, tendo a figura feminina ligada como profissional do lar e lutando contra o regime imposto no país; seu engajamento contra ditadura é o início da modificação e revisão da ordem de gênero.

Segundo Campos (2008) o comportamento da mulher só se tonará público no final do século XIX com o movimento feminista, mas na Amazônia isso só dará no início do século XX e proporcionando um grande desconforto a uma sociedade patrimonial e patriarcal.

Então como se dão as mudanças dentro dessa sociedade? Antes disso entendemos o Brasil como uma sociedade patrimonialista, como observado por Portela Junior, (2012); Pfeffer

(2018); Faria e Vizeu (2014).

Para Faria e Vizeu (2014, p. 5):

Sobre a definição weberiana, Campante (2003) lembra que o patrimonialismo é a forma de dominação baseada no poder individual da pessoa e pela autoridade que é representada como tradição sacralizada. Para Sandroni (1987) a característica principal do patrimonialismo é a não distinção entre a esfera pública e a privada. Sobre o conceito de patriarcalismo, o autor lembra que este termo traduz poder político do patriarca. Isto se deve ao fato de que, no patrimonialismo, a estrutura política é constituída com o avanço da comunidade doméstica: ou seja, o senhor de terras confunde-se com o patriarca.

Ao olharmos por esse ponto de vista entende-se que o poder está ligado de maneira intrínseca à figura masculina familiar.

Pfeffer (2018), no trabalho intitulado *Cultura política patrimonialista e assistência social no Brasil: uma abordagem teórica*, tende a elaborar uma abordagem teórica das políticas de assistência social e a cultura patrimonialista brasileira, com base em autores que discutem a formação do estado brasileiro, a história da administração pública e a história da assistência social no Brasil, dando ênfase no patrimonialismo e modernização.

O autor diz que: “a cultura política patrimonialista nas políticas estatais de assistência social, apesar de desafiada pela modernização capitalista do país, resistiu através de um processo de acomodação com a ordem nacional-legal” (PFEFFER, 2018, p. 223).

No Brasil essa cultura patrimonialista ocorre da seguinte maneira, é adicionado favores e a confusão entre o público e o privado na formação histórica brasileira que se deriva da privatização do estado por grupos econômicos que possuem interesses particulares; “em suma, a hierarquização da sociedade brasileira consolida os privilégios e as discriminações de renda, raça, classe, ampliando as desigualdades” (*ibid.*, p. 225).

Para ele, a cultura de favores do país se deve à mistura do público e do privado dados pelas elites nativas que veem o Estado para institucionalizar seu poder. Ao falar sobre o capitalismo, diz, que no Brasil ao invés de romper com a exclusão social, o capitalismo teria contribuído para deixar mais complexa a forma de participação das forças populares nos espaços de decisão política.

Ou seja, no país como o Brasil o patrimonialismo e suas redes de sucessão ficam cada vez mais complexas com a chegada do modelo capitalista de produção.

Como é trabalhado por Faria e Vizeu (2014), o estudo da temática, além de ter grande importância para economia, percebeu que no âmbito familiar envolve aspectos emocionais e

psicológicos que estão fora do escopo da racionalidade administrativa. Para melhor ilustrar como se é dado essas sucessões, os autores demonstram que 80% das empresas no mundo são empresas familiares.

Segundo eles, essas empresas exposta à linha de sucessão são as de pequeno e médio porte; um problema trazido nessas sucessões são as transferências de capitais que geralmente ocorrem, e dificultam o gerenciamento de capital.

As empresas de grande porte têm poucas hipóteses de sofrerem por essas sucessões, pois geralmente as sucessões são acompanhadas por uma equipe administrativa profissional que a planeja.

Seu estudo nos mostra como no país essa característica patrimonialista nas sucessões de lugares e postos são percebidas como de possível descendência familiar e possível de ser herdado. Se entende como legítimo a sucessão de cargos de poder na sociedade brasileira.

No âmbito do entendimento teórico e de interpretação teórica, Pfeffer (2018) aponta que existem duas vertentes para esse debate: um lado se firma no pensamento institucionalista, sendo hegemônico no pensamento social brasileiro; outro nicho de pensamento defende que o atraso do país está ligado ao patrimonialismo herdado do estado português, que teria deixado um legado de Estado independente da sociedade civil resultando em repressão de interesses privados e de racionalidade legal.

Segundo o autor

O rompimento desse orientalismo político só seria possível pela livre manifestação dos interesses da sociedade civil liberta da tutela estatal. Em outros termos, o caminho seria uma reforma política que colocasse fim à autonomia do Estado permitindo o estabelecimento de uma administração composta por interesses sociais distintos. Tal solução se coaduna com a ideia institucionalista de que o patrimonialismo é uma marca do Estado e não da sociedade em si, portanto, sua superação se daria pela reforma política, não pela reforma social (PFEFFER, 2018, p. 229).

Outra forma de se entender o estado patrimonialista, segundo o autor, e pela vertente societal que:

aponta para um compromisso fundado desde a independência entre o patrimonialismo e a ordem racional-legal, o que pode ser verificado pela manutenção do escravismo aliado ao liberalismo político. Por esse ponto de vista, o patrimonialismo só poderia ser rompido a partir das relações sociais de padrão patrimonial em si, e não por meio de uma reforma política do Estado (p. 229).

Para Costa (2005), ao analisar Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, os portugueses repousaram raízes econômica, política e social na estrutura do Brasil aos moldes de sua cultura político-administrativa patrimonial. Segundo ela, a doação de terras por parte da Coroa, como também o direito de escravizar os nativos, os negros e o modo de disponibilizar privilégio e, em contrapartida, prestar fidelidade e proteger o território da Coroa é nada mais que uma forma portuguesa patrimonialista daquele período de administrar.

Pfeffer, que entende o patrimonialismo pela vertente institucional, aponta que o “institucionalismo ainda aproxima o Brasil de uma tradição política oriental dada à ausência histórica de um sistema feudal no país. Esse orientalismo teria como marca distintiva a ausência de fronteiras entre as esferas pública e privada” (2018, p. 229).

De acordo com Leuzinete Pereira da Silva (2004), quando se trata sobre a dominação patrimonial no Brasil tem que se considerar algumas controvérsias que estão presentes em alguns historiadores, que discutem se houve ou não sistema feudal no Brasil.

Segundo a autora, mesmo não havendo um sistema feudal propriamente dito, este seria mais como uma tendência social com os preceitos de Ordenações, o fruto do Estado português que eram as capitânicas hereditárias, com seus donatários quase que representavam ordenados do rei. Silva argumenta que esse modelo deixou rastros na sociedade brasileira.

Desde os primórdios da organização política do Brasil, verificou-se que o poder não foi desdobramento natural da vontade coletiva, mas sim exercido como direito próprio. Desse modo, a sociedade foi habituada à inércia por uma dominação que sempre tutelou as relações sociais de forma autoritária. Isso fragilizou a sociedade, debilitando-a para aprender ações políticas consideradas de associação — passo essencial para a constituição civil organizada (2014, p. 39).

Podemos entender assim com cultura patrimonialista brasileira é que ela é estruturante na sociedade. Ela advém da construção do país como economia e no seio de seu projeto como nação. Suas características estão presentes na legitimação e nas sucessões de cargos e lugares de poder por parte da própria sociedade, que não teve chance de ter a experiência de um governo surgido da vontade coletiva.

### **3.1.2 Situando sua trajetória profissional**

Como já observamos no capítulo II, muitas das conquistas e anseios do feminismo começaram no século XIX e prossegue com novas lutas e conquistas no século XX (GARCIA,

2015). O acesso da mulher em espaços até então pouco permitidos a elas, principalmente durante segunda metade do século XX, foi resultado de lutas por mais direitos e reivindicações por melhoria à condição social; e não pode ser percebido fora das mudanças ocorridas e provocadas no meio social e econômico do país, dos estados e dos municípios.

No município de Parintins, um dos espaços em que podemos ver parte dessas modificações significativas, são os lugares de decisão política, onde uma pequena parte de mulheres das camadas médias que puderam estudar, tiveram acesso aos lugares até então destinados aos homens.

Ao nos voltarmos ao nosso personagem em estudo, **Geminiana Campos Bulcão Bringel**, perceberemos as transformações que atravessam sua vida no decorrer de sua trajetória política e profissional. Algumas conquistas de significativa importância foram efetuadas pelo movimento feminismo no século XX, garantidas por lei, e ao que tudo indica, atravessam e fazem Geminiana Bringel ocupar seu lugar profissional e político.

Ela foi uma das mulheres no município de Parintins que pôde frequentar esses espaços de educação, assim como de participação política; essas possibilidades permitidas a ela só se deram devido ao seu lugar de privilégios na sociedade de classe, desta forma, sua relação de gênero, social e político em forma de conflito, embates ou desafios, serão analisados a partir de documentos disponíveis do período. As fontes indicam é que Geminiana fazia parte da elite do município de Parintins.

Outro fator que atravessa a personagem Geminiana Bringel é a presença da Igreja Católica no município, não diferente de outras regiões do país, em que também fez parte em alguma medida do poder político local tendo relação direta com a educação. Essas instituições, não só a católica como a evangélica, estiveram e ainda estão presentes no meio educacional do município, no município ainda é muito forte a presença das ordens religiosas na educação local.

No período analisado a educação, as regras e dogmas que regiam o ensino, determinaram em que grau da participação feminina será inserida no município. Essa influência é observável já no século anterior, com Padre Torquato, que além de ser o primeiro professor nomeado pelas autoridades políticas da época, foi quem propôs o projeto que estabeleceu o ensino feminino no município.

Diante do aumento da oferta de ensino, a presença religiosa permanece no século XX, agora também com a instituição evangélica, as quais acompanharam a ampliação e construção das escolas no município na década de 1950 e 1960. Geminiana Campos Bulcão Bringel teve sua formação em instituições com forte presença das organizações religiosas, como Escola Batista de Parintins (evangélica) e Araújo Filho (católica).

A Escola Araújo Filho foi a primeira escola do município a ofertar o ensino inicial segundo Saunier (2003). Além disso, como já foi discutido anteriormente, seu primeiro professor demonstra a influência religiosa que seguiu no ensino da escola. Esse autor aponta que “as deduções nos fazem crer que esse prédio abriga escolas desde 1853, ano do oficial da implantação do ensino público em Parintins dirigida pelo Pe. Torquato Antônio de Souza, além de ter sido o Paço municipal” (*ibid.*, p. 131).

As ordens religiosas se fizeram presentes em um lugar que o estado brasileiro não ocupou, assim ditando um ensino de maneira diferente tanto para os homens quanto para as mulheres, tendo estas uma instrução destinada ao lar e os homens ao mundo (COSTA, 2005; BARBOSA, 2008; SAFIOTTI, 1979).

Essa tradicionalidade é ressaltada por Costa (2005), que explicita que o modelo de educação tradicional deu o acesso às mulheres. Assim como pensado nessa educação para alguns positivistas os ortodoxos que consideravam elas, intelectualmente diferentes dos homens, atribuíam a inteligência feminina sintético e a masculina analítica, assim justificando o ensino diferente, deixando para as mulheres um ensino limitado e incluindo tarefas domésticas como disciplina.

Outra escola que fez parte da formação educacional de Geminiana Campos foi a Escola Batista de Parintins, que segundo Saunier (2003, p. 137):

foi fundado em 1.º de maio de 1955, pelo Pr. Eduardo França Lessa, brasileiro natural do Rio de Janeiro, pastor da 1ª Igreja Batista de Parintins, sendo a filosofia da Instituição fundamentada nos princípios cristãos, sob orientação dos ensinamentos da *Denominação Batista*.

Já discutimos que as mulheres que estão tendo acesso à educação assim como as que estão saindo para os espaços públicos são as mulheres da classe burguesa. As mulheres de classes mais pobres o trabalho sempre esteve presente em seu dia a dia, já educação se assim quisessem participar enfrentariam limitações a mais devida sua classe. Dessa forma o que podemos entender é que Geminiana Bringel está nesse determinado grupo de mulheres na sociedade de classe em que as oportunidades se abrem.

Geminiana Campos Bulcão Bringel, ela nasceu no município de Parintins; segundo seu título de eleitor e certificados de conclusão de cursos nasceu no dia 18 de julho de 1923.<sup>8</sup> Em seu currículo arquivado em seu acervo pessoal, consta que iniciou o primário com sete anos,

---

<sup>8</sup> Currículo vitae encontrado em acervo pessoal de Geminiana Campos Bulcão Bringel e depositado no acervo do GEHA/UEA

em 1930, no Grupo Escolar Araújo Filho, concluindo o curso em 1935.

Em uma ata lavrada em 1931 em que consta o exame anual de 40 alunas do Grupo Escolar Araújo Filho, observa-se que o processo de avaliação é separado em três grupos: as alunas que passaram com distinção e louvor, as estudantes que passaram com distinção (grau 10) e as educandas aprovadas na categoria plena (grau 09).<sup>9</sup>

O nome de Geminiana Campos Bulcão Bringel consta no primeiro grupo; seu nome é encontrado também em atas seguintes dos anos de 1932-33-34, constando nesses anos, na lista no exame de admissão de Geminiana Lauro Bulcão, nome de solteira.

Seu nome como aluna é encontrado também nos livros de ponto de março de 1938 a abril de 1939<sup>10</sup> anos iniciais de sua formação; pouco se pode entender sua participação no Grupo Escolar Araújo Filho, devido à falta de documentação na escola, as quais foram perdidas com o tempo, manuseio e preservação indevida da escola, porém é possível perceber o desempenho de Geminiana ainda nos primeiros anos escolares, o que demonstra que teve uma excelência escolar.

Esse período em que Geminiana está em seu processo de qualificação, segundo Saffioti (1979), é aquele em que as escolas normais nos Estados da União sofrem significativas mudanças em suas regras, estas, já é em certa medida um prenúncio de uma ligação definitiva ao qual a União se manteve distante.

Essas novas configurações se mostram melhor no Decreto 19.890, que permitiu algumas reformas e renovação da educação que haviam tomado mais força no final da década de 1920. Segundo a autora, era muito evidente que essa reforma beneficiará muito mais o público feminino, o qual era a maior parte das escolas normais.

Além de estender o período de escolarização da mulher, tal reforma promovia a penetração do elemento feminino em pelo menos parte do ensino secundário, propondo ainda dos 12 para os 17 anos a escolha da especialização profissional que se deveria seguir ao ginásio, o que aumentava as probabilidades de virem as mulheres a imprimir novo rumo à sua educação (*ibid.*, p. 225).

Para a autora, mesmo que as ideias de democratizar a cultura não tenham alcançado o objetivo de transformar o ensino de uma elite para o povo, aumentou a clientela que se servia dele. Outro ponto que significou até certo ponto uma vitória para uma parcela da população feminina brasileira foi a Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto n.º 4.244, de 9 de abril

---

<sup>9</sup> Boletim escolar dos alunos da Escola Araújo Filho, documento disponível e encontrado no acervo físico da Escola Araújo Filho no município de Parintins.

<sup>10</sup> *Idem.*

de 1942, que segregou a educação feminina, colocando as mulheres em classes especiais de exclusividade feminina.

Nesse período a abertura do ensino em que um pequeno número de mulheres se insere e, possibilita inserir também a Geminiana Bringel, esse espaço limitado pelo fator classe, proporcionou, no caso dela, o acesso e a possibilidade de estudar, agora com amparadas por lei.

A diferença entre ambos os currículos dos cursos sejam poucas, nos próprios termos das reformas evidencia-se o espírito segregacionista como ‘natureza da personalidade feminina’ e ‘a missão da mulher no lar’, que apresenta uma contradição, por ser o curso secundário, o único que permitia entrar direto no ensino superior; mas mesmo com essas restrições, ele permitiu às mulheres terem acesso aos cursos de graduações.

O Decreto-lei n.º 1.190, assegurou às normalistas ingressarem em alguns cursos ministrados em Faculdades de Filosofia, como Pedagogia, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Letras Clássicas, Geografia e História (SAFFIOTI, 1979). Explicita que,

Para efeito matrícula nos cursos superiores só em 1953 é que seria atingida mais ampla equivalência dos cursos de nível médio. Mas, então, já estaria nitidamente traçada a tendência a impelir a mulher, elemento predominante das escolas normais, à realização de cursos superiores, que a encaminhariam ao magistério nas escolas de grau médio. Dada a formação recebida pelos normalistas, a preferência pelos cursos de pedagogia seria muito pronunciada (p. 229).

Essa possibilidade na metade do século XX proporcionou a trajetória da vereadora e professora Geminiana a cursar o Ginásial na Escola Batista de Parintins e concluir em 1970<sup>11</sup> segundo a lei federal 4.024, de 20-12-1961. Ainda no mesmo colégio recebeu em 1973 o diploma de professora normalista, sob a lei n.º 4024 das diretrizes e bases da educação. A trajetória de Geminiana em sua formação profissional, coincide com ganhos nas leis do estado brasileiro e que garantem um fortalecimento em sua vida como educadora.

Observamos uma lacuna entre sua formação nos anos iniciais e o ginásial, um intervalo de 37 anos. O que nos leva a entender que até a década de 50, mesmo com a ampliação do ensino e criação de novas escolas de Parintins, não havia outra forma das mulheres terem o acesso às etapas seguintes do ensino. Geminiana durante toda a metade do século segue fazendo cursos de aperfeiçoamento profissional até metade da década de setenta, e apenas após haver a ampliação do ensino no município é que conclui a quarta série do ginásial, que lhe

---

<sup>11</sup> Certificado de conclusão ginásial, da encontrado em seu acervo pessoal, armazenado e digitalizado.

considerou habilitada no 1º ciclo em 1972.<sup>12</sup>

Na imagem abaixo, podemos identificar Geminiana Bringel, com a idade superior às demais mulheres da foto; Geminiana, que está de óculos, a foto é registrada com outras alunas da escola Batista de Parintins, possivelmente durante a realização de algum momento de sua formação, após a ampliação do ensino quando o Colégio Batista de Parintins oferta cursos de formação profissional como os de normal superior.

Figura 2: Geminiana Bulcão em sala de aula com outras pessoas.



Fonte: Acervo pessoal de Cléa Viana, cedido ao pesquisador.

O que se observa também na imagem é a presença masculina na sala de aula; o aluno igualmente aparenta ter uma idade superior às outras mulheres da imagem, há uma possibilidade de a foto ter sido tirada após a ampliação do ensino misto, o que nos leva a localizar este momento após a ampliação do ensino misto, assim tanto para os homens quanto para as mulheres. Cruzando as datas de seu nascimento com seu diploma antigo encontrado em seu acervo, Geminiana possivelmente teria cerca de 50 anos nas fotos, mostrando assim que sua busca por qualificação profissional perdurou por muito tempo.

Ainda sobre seu currículo, em 1965 Geminiana fez o curso para professores, elementares realizados pelo Ministério da Educação e Cultura/Programa de Aperfeiçoamento de Magistério Primário (MEC/PAMP). Em 1966, fez o treinamento para mestres elementares realizado pelo MEC, por meio da Secretaria da Educação e Cultura, e em 1967 o curso de

<sup>12</sup> Certificado cedido pelo Ginásio Batista de Parintins, a Geminiana após concluir a 4.ª série do curso Ginásial.

treinamento de mestres não titulares, organizado pelo PAMP, realizado pelo MEC. Em 1968, participou das Jornadas Pedagógicas, realizadas pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Amazonas.<sup>13</sup>

Até a década de 1970 é observável sua busca por qualificação profissional, em que faz pequenos cursos de formação, para treinamento e educação da formação de professores.

Esses cursos, a mesma faz em paralelo a sua vida profissional, até a década de 1970, Geminiana segue tendo mais instrução; sua busca por qualificação segue as tendências e imposições sociais que caíam sobre a mulher e o trabalho remunerado naquele período mais crescente de sua atuação profissional. Saffioti (1979) observa ao analisar a remuneração da força do trabalho feminino que:

A concepção do trabalho feminino como um trabalho subsidiário favorece a oferta e aceitação de salários mais baixos que os masculinos. A menor qualificação da força de trabalho feminina, quer meramente entendida em termos de qualificação técnica, quer compreendida como um conjunto de traços de personalidade voltada para a realização do êxito econômico, é grandemente responsável pelo fato da mulher desempenhar as funções pior remuneradas (*ibid.*, p. 246).

A autora pontua também:

Que a baixa qualificação técnica da força de trabalho feminina e a conseqüente ausência de perspectiva de uma carreira profissional potencializam-se mutuamente, concorrendo, assim, de maneira poderosa, para manter os contingentes de trabalhadores femininos, no desempenho de funções mal remuneradas e limitando sobretudo seu nível de aspirações quer no tange à melhoria de seu preparo profissional, quer no que diz respeito à elevação de seus salários (*ibid.*, p. 250).

Geminiana, nas estruturas que a cerca na sociedade de classe, parece sentir essas necessidades de ter um alto nível de qualificação para se manter em lugar ainda muito recente de ocupação das mulheres, o espaço profissional formal remunerado. Talvez a recorrente busca por qualificação profissional durante sua trajetória seja reflexo dessas explorações sobre a mão de obra de feminina.

As mudanças na educação ocorridas durante sua trajetória de vida Geminiana presenciou mudanças significativas na ampliação da educação que pode ter também influências em sua procura de aperfeiçoamento profissional. Muitas mudanças ocorridas como o estado passando a ser mais presente:

a educação é discutida no Parlamento Nacional e de lá saía o compromisso do Estado com a escola pública e com a educação popular, além da ideia de universalização do ensino primário. A lei *Orgânica da Educação Primária*,

<sup>13</sup> Acervo pessoal de Geminiana Campos Bulcão Bringel. Depositado no acervo do GEHA/UEA.

de 1946, legitima a obrigação do Estado. As discussões foram mais longas a partir daí, tanto em função da complexidade que o sistema educacional brasileiro já assumiria, quanto pelas forças progressistas em atuação. O debate entre “velho” e o “novo” fez com que as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* que começou a ser discutida em 1948, só fosse sancionada em 1961, ficando a vigor e o (BARBOSA, 2008, p. 56).

Ainda sobre essas mudanças autor ressalta também que:

O debate entre o “velho” e o “novo” fez com que a *Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional*, que começou a ser discutida em 1948, só fosse sancionada em 1961, ficando em vigor por apenas dez anos. Com alterações profundas, pouca discussão no Congresso Nacional, apeado de seus poderes pela Ditadura Militar, e sob a ameaça de uma aprovação por discurso de prazo, caso não votasse segundo as conveniências do Executivo, é a provada a Lei n.º 5692/71 (*ibid.*, p. 56).

Geminiana tem também em seu currículo em 1969, o curso de Administração Municipal elaborado pelo SENAN e ministrado pela Secretaria do Interior e Justiça do Amazonas.<sup>14</sup> A titulação mais alta, sendo a de professora, que a vereadora informa em seu currículo é do curso de Licenciatura Curta, cursado e obtido de 1976 a 1978. Mesmo sabendo da importância dessa formação, nos atentaremos a observar sua carreira política e pedagógica até a década de 1970, devido a ampla gama de discussões possíveis que é a trajetória de Geminiana Campos Bulcão Bringel e os entrelaçamentos de vida profissional e política.

Geminiana apresenta em seu currículo uma grande procura em aperfeiçoar-se como educadora. Em seu acervo, é possível encontrar esboços e documentos do pedido de revisão e reajuste de sua aposentadoria do seu primeiro cargo como supervisora escolar; nele mostra que o salário de aposentaria de alguma forma não era o suficiente para o tanto de contribuição como supervisora escolar, e a mesma pede uma revisão nesse documento para o aumento equivalente a 2/5 de seu salário de aposentadoria.<sup>15</sup>

Um desses documentos depositados em seu acervo pessoal é uma certidão da vida profissional, onde a mesma solicita tempo de serviço prestado para a Secretaria de Educação e Cultura e da Unidade Educacional de Parintins; esse aparenta ser um documento oficial já que conta com a assinatura do Diretor da Unidade Educacional de Parintins.<sup>16</sup>

Nesse documento consta que Geminiana Campos Bulcão Bringel iniciou como docente em Parintins como supervisora escolar desde 1.º de março de 1933, se aposentando em 15 de

<sup>14</sup> Currículo profissional encontrado em acervo pessoal de Geminiana Campos Bulcão Bringel. Depositado no acervo do GEHA/UEA.

<sup>15</sup> Certidão da vida profissional de Geminiana Campos Bulcão Bringel a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, unidade educacional de Parintins-AM. Depositado no acervo do GEHA/UEA.

<sup>16</sup> *Idem.*

junho de 1966 desse cargo.<sup>17</sup> Assim, ela começa sua vida profissional como Supervisora Escolar com dez anos, segundo as documentações analisadas. Sua inserção com tão baixa idade se iniciaria com a discussão trazida por Saffioti (1979) que podem estar ligadas às mudanças econômicas e influências macros ocorridas no século XX.

O desenvolvimento industrial dos anos 30 não resultou em aumento relativo substancial do emprego da força feminina. Embora tenha havido uma elevação do número absoluto de mulheres empregadas nos três grandes ramos da economia, o aumento relativo do número de homens foi substancialmente maior, o que resultou na quase manutenção da proporção verificada, há vinte anos, entre a força de trabalho feminina e a masculina efetivas da nação.

O padrão doméstico de mulher crescia ainda mais nos 10 anos seguintes. Na categoria de atividades domésticas não remuneradas e exercícios escolares discentes dentre a população de 10 anos e mais as mulheres representavam 90,3%, caindo sua participação nas atividades diretamente econômicas para 14,7% em relação ao total de trabalhadores em 1950. (SAFIOTTI, 1979, p. 240).

Os dados discutidos pela autora nos fazem enxergar a posição e a sociedade que Geminiana estava inserida e influenciada nas possibilidades de sua força de trabalho remunerado. Mais que se legitimar como educadora através de sua qualificação, a sua trajetória política se inicia como a primeira mulher a ocupar um cargo na vereança de Parintins, na terceira legislatura, seguido por outros mandatos dentro às duas décadas analisadas, indo de 1956 a 1968.

Durante sua atuação como vereadora, continuou a trabalhar como professora. Seu ingresso na política de Parintins ocorre cerca de duas décadas após as lutas do movimento feminista no Brasil, dando às mulheres o direito ao voto feminino, com a promulgação do Novo Código Eleitoral em 1932. Mesmo entrando na política somente mais de vinte anos após a conquista do voto feminino, Geminiana já estava nos espaços públicos trabalhando e vivendo essas mudanças no espaço escolar.

Na década de 70 no período em que ocorreram as manifestações feministas no Brasil, o movimento feminista institucionalizado na política partidária lutava contra a ditadura, ocorre que o movimento feminista no Brasil que eclode após as manifestações feministas ocorridas na Europa e os Estados Unidos na década de 1960 (PINTO, 2010). Sua trajetória política se estabelece nas ideias propostas pelo feminismo como pensamento condicionante da autonomia feminina de dentro da sociedade patriarcal.

---

<sup>17</sup> *Ibidem.*

Como Passos (2005) argumenta sobre as ideias do feminismo: ele tem o intuito de romper com o pensamento de que as ações femininas são algo de valor inferior às ações do homem, deixando assim muitas vezes como apenas atitudes repletas de sentimento, incapazes de possuírem credibilidade. O feminismo, segundo a autora, tem buscado parâmetros que não estejam estabelecidos na razão e emoção, afirmando a lógica da inclusão e equilíbrio.

Isto porque, sabe-se que as desigualdades apresentadas se baseiam em preconceitos e estereótipos culturais, necessários para a manutenção dos interesses da sociedade capitalista. Diante disso o movimento feminista tem sido uma força, na superação das barreiras sociais, visando possibilitar a participação feminina em todas as áreas (PASSOS, 2001, p. 26).

Dessa forma conectamos Geminiana Campos Bulcão Bringel e sua participação na política e na educação no Baixo Amazonas às ideias feministas, nas novas configurações proporcionada pelas ideias na sociedade para a mulher. Visto que não se intitula feminista, já que não se vê em documentos até então o feminismo como movimento no município, Geminiana se encontra em lugares e posições possibilitadas somente devido à luta do feminismo na quebra de barreiras.

Em sua trajetória e sua inserção na política é permitida através da casualidade, do imponderável, que foge das mãos do patriarcado em ela entra na política local em 1956. Através da suplência do vereador Acioly Teixeira (1956 – 1959), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao que tudo indica é que o vereador se afastou por motivo de saúde<sup>18</sup> assim Geminiana assume o cargo deste. Geminiana não entra primeiramente através do voto popular, mas em lugar de subalternidade, mas que ao que tudo indica fez valer sua presença na câmara municipal, ou seja, se utilizou de uma brecha que foge das mãos do patriarcado e fez valer sua presença.

Sua participação foi significativa e de boa participação, como nas comissões, em 1957, devido à reestruturação da comissão técnica, ela participou como membro da Comissão de Finanças e Orçamento, e membro da redação final da Câmara Municipal. Em 1958, assumiu o cargo de Raymundo Djard Vieira após ele pedir licença por sessenta dias.<sup>19</sup> Sua participação na política segue em paralelo a sua atuação como educadora no município, segundo cruzamento das fontes.

Em 1961, Geminiana assumiu uma cadeira na vereança, não mais decorrente da condição de suplente, mas em função do voto direto de seus eleitores. Muitas das primeiras inserções de muitos políticos Parintins na política formal se deu por suplência como a da própria

---

<sup>18</sup> Livro ata 56-58 pag. 7 verso.

<sup>19</sup> BUTEL, Larice *et al.* **História e memória política do município de Parintins**: 1º legislatura de 1947 a 1951. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011, p. 149.

Geminiana, mostra estar envolvida e de acordo com algumas estratégias políticas utilizadas para inserção nesse meio político.

Podemos ver através das atas da Câmara Municipal é a suplência assumida por vários vereadores. Na primeira legislatura houve um substituto; na segunda legislatura, três suplentes entraram na casa legislativa; na terceira legislatura, cinco políticos entraram através da suplência, inclusive Geminiana Campos Bulcão Bringel; na quarta legislatura, cinco; e na quinta legislatura mais cinco pessoas adentraram na Câmara na condição de vereadores suplentes.

Inclusive, em 10 de agosto de 1961, Osmar de Oliveira Costa assume a suplência de Geminiana, pautado no regimento da casa, após a mesma se licenciar do cargo.<sup>20</sup> Isso demonstra de alguma forma que Geminiana fazia parte do jogo político estabelecido nas regras da Câmara Municipal. Geminiana parece ter participado das políticas na casa legislativa e reduzido obstáculos ou retraiu dificuldades ali colocadas devido sua posição como mulher em um espaço até então inteiramente masculino.

Ao longo de seus mandatos, foi membro de várias comissões, como a Comissão de Constituição e Justiça, e foi presidente da Comissão de Redação Final<sup>21</sup>, presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos<sup>22</sup>.

Na Quarta Legislatura, entre 1960 e 1963 cumpre o mandato de vereadora, eleita em 1963 vice-presidente da Câmara do município. Isso se deu após o vereador Manoel Garcia estar na sessão preparatória de 1963, ele estava licenciado, então o suplente José Pedro Almeida Faria, foi eleito em plenário, Presidente da Casa. Após voltar, Manoel Garcia não quis assumir o cargo de presidência, abdicando-o; dessa forma foi realizada uma nova eleição somente para Presidência da Câmara, eleito o vereador Raimundo Osmar de Araújo e como Vice-Presidente, a vereadora Geminiana Bulcão Bringel (BUTEL, 2011).

Algumas informações encontradas nas atas registram a atuação de Geminiana, que nos permitem ligar sua presença na Câmara Municipal com as conjunturas do nacional. No final de 1957, a Câmara de Vereadores de Parintins teria recebido um telegrama do presidente Juscelino Kubitschek desejando Feliz Ano Novo aos membros da casa. A vereadora envia resposta às felicitações ao presidente e o convida para que, ao passar pela cidade de Manaus, também viesse ao município de Parintins.<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> Livro de Atas 1960 – 62, P. 155.

<sup>21</sup> Encontrado em Livros de Atas 1960 – 62, p. 79, frente e verso.

<sup>22</sup> Livro de Atas 1962 – 64, p. 65 verso e p. 66 frente.

<sup>23</sup> Livro de Atas 1956 – 58, pag. 34 verso.

Geminiana foi reeleita para assumir um cargo na quinta legislatura, entre 1964 – 1968, quando também assumiu a presidência da Câmara após vencer por cinco votos, e sendo a primeira mulher a ocupar a Presidência da Câmara.<sup>24</sup> Nessa mesma legislatura, ainda foi prefeita interina, assumindo o lugar do prefeito Raymundo Djard Vieira, como fica evidenciado nos livros de atas.<sup>25</sup>

O que podemos ver é que Geminiana segue participando dos lugares públicos e de poder e, sob as condições impostas pelo patriarcado, em um lugar que se mostra predominantemente masculino, perpassando e se utilizando das conquistas estabelecidas para as mulheres no âmbito profissional e político. Tanto em sua participação na Câmara Municipal durante duas décadas quanto sua busca por qualificação profissional, demonstra empenho e busca por estar em postos tão recentes dados às mulheres.

Até a nona legislatura, período em que os livros *História e memória política do município de Parintins vl. I, II, II* abrangem, somente Geminiana Bulcão Bringel esteve atuante como vereadora, mulher na casa legislativa de Parintins. Ao que muito indica, é que devido ao seu acesso como educação, possibilidade e tempo para exercer a política em sua vida, muito se deve ao seu lugar na sociedade de classe.

Essas características que traçam e inter cruzam sua vivência, possibilitaram seu acesso a esses ambientes, até então não frequentados pelas mulheres no município de Parintins na metade do século XX.

### 3.2 Temáticas defendidas na Câmara

A política para a mulher, devido às construções históricas-sociais, foi imposta como algo não competente para elas. As transformações ocorridas no início XX, e assim gradativamente com o passar dos anos as mulheres foram ocupando esses lugares, em muitas cidades, no processo de ocupar esses ambientes de decisão na metade do século XX muitos desses lugares já estavam ocupados.

Geminiana Campos Bulcão Bringel, no período em que esteve atuante na política na segunda metade do século XX, presenciou mudanças nas estruturas sociais e físicas do país. Mudanças decorrentes de grandes planos e projetos e afetaram o país, o Amazonas e em uma perspectiva mais local, o município de Parintins onde a vereadora atuou.

<sup>24</sup> BUTEL, Irian; BUTEL, Larice; CURSINO, Jucielle. **História e Memória Política do Município de Parintins: 3.º legislatura.** Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012. p. 26.

<sup>25</sup> Livro de ata 64/69, p. 179.

O que podemos observar até aqui, é que o município de Parintins no século XX, nas transformações que houveram em seu meio estrutural, como ampliação do espaço habitável da cidade. Houve também o aumento do quantitativo populacional em decorrência dos processos migratórios de projetos macros desenvolvidos para a região, como a borracha, a juta e posteriormente a Zona Franca de Manaus, aliada à localização estratégica do município em relação ao rio, afetaram de maneira significativa a região.

Atentaremos a trajetória política de Geminiana Bringel na Câmara Municipal de Parintins, sua participação se deu junto a mudanças socioeconômicas ocorridas no país. Ligando-se assim ao macro, e em sua inserção em um lugar de poder em que apenas ela era a mulher se dar no momento em que as mulheres estão tendo uma maior participação no meio público.

Geminiana Campos Bulcão Bringel, dentro desse contexto de primeira participação feminina na Câmara, efetua projetos de lei que demonstram um interesse mais voltado ao povo. Podemos perceber das atas da terceira à quinta legislatura sua grande participação nas sessões, muitas vezes presididas por ela e com caráter conflituoso na casa legislativa. Suas reivindicações para a melhoria da cidade, podemos dizer serem voltadas para o estabelecimento de uma igualdade e bem coletivo.

Uma de suas reivindicações é pela distribuição da água. No município, segundo Butel, Butel e Cursino (2012), o fornecimento de água era realizado através da fossa, era cobrada uma taxa que era insuficiente, com poucas torneiras e poços artesianos para uso público; enquanto apenas algumas residências, casas comerciais e órgãos públicos tinham acesso à água. Registra-se que “Em oito de abril de 1964, José Pedro Faria apresentou um requerimento que solicitava ao Prefeito que intervisse a gerência das Casas Pernambucanas para que franqueassem ao uso público a torneira localizada no terreno da loja” (*ibid.*, p. 93).

Figura 3: Casas Pernambucanas em Parintins



Fonte: Parintins de Antigamente, facebook.com/1022146374517383?set=a.543214642410561

Na imagem acima no lado direito da foto, é possível visualizar as Casas Pernambucanas, um dos estabelecimentos da cidade em que havia água para distribuição da população. Os problemas que afligiram o município de Parintins demonstraram fazer parte das preocupações e demandas de Geminiana Bulcão. Como podemos ver em:

Proposta semelhante aconteceu em 16 de abril, quando a vereadora Geminiana Campos Bringel, se pronunciou cobrando resposta ao seu requerimento no qual solicitava a gerência das Casas Pernambucanas, que disponibilizasse ao público, o uso do poço artesiano. Explicava que o uso do serviço pouco oneraria o município já que as despesas com gasolina e lubrificante eram pequenas. Estendendo suas argumentações, disse protestar contra a falta de atenção do Chefe do executivo em relação aos seus requerimentos, já que ao serem aprovados passam a ser de propriedade da Câmara Municipal. (*ibid.*, p. 58)

O discurso pregado por Geminiana Bulcão, nos dá entender que de alguma maneira haveria uma resistência ou até mesmo falta de vontade de atender suas solicitações. Ela emprega a argumentação de que após sua solicitação ser aceite, esta não será mais um ganho ou conquista individual dela, mas sim da Câmara na totalidade.

Em 1965, a vereadora ainda apresenta duas solicitações em relação à condição difícil para se obter água no município.<sup>26</sup> Em 20 de abril de 1966, o Executivo junto a Casa cria os Decretos números 1 e 2, criando o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) da cidade.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> Livro de Ata 64/69, P. 55.

<sup>27</sup> Livro de Ata 64/69, P. 74.

A criação desse serviço parece não resolver o problema da distribuição de água na cidade; Geminiana inclusive denuncia irregularidades nas cobranças de taxas em casas que não havia o fornecimento da mesma.<sup>28</sup> Em 1968, o ofício 17/68 autoriza firmar um convênio com a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, que parece resolver os problemas; nele, dá à fundação condições para estabelecer a operação do sistema do abastecimento de água da cidade.<sup>29</sup>

O caso do abastecimento de água da cidade teve presença constante de Geminiana Bringel, revelando sua preocupação quanto ao saneamento básico para a população; mesmo que não haja projetos de leis sobre esse assunto no recorte realizado de atuação, as reivindicações e seus pedidos são frequentes.

Outro caso é em relação ao fornecimento de energia, que após sua solicitação em oito de abril de 1964, em que reivindica o abastecimento de energia para todos e a não cobrança de taxa para as residências onde ele não era realizado.<sup>30</sup> Teve uma resposta do Executivo no dia dezesseis de abril do mesmo ano, que concordava com a injustiça que estava sendo feita em relação à cobrança de taxa sobre a distribuição de energia elétrica na cidade.<sup>31</sup> Logo após, em sessão de dezessete de setembro, é apresentado o projeto que institui a taxa de Industrialização e Energia Elétrica da cidade e dá outras providências.<sup>32</sup>

Ainda sobre a questão do fornecimento de eletricidade às casas do município, um convênio é estabelecido entre o município e a Centrais Elétricas do Amazonas S/A. (CELETRAMAZON).<sup>33</sup> Durante o ano de 1965 há algumas discussões em relação à doação do terreno para a construção da CELETRAMAZON, mas somente em outubro daquele ano é definido de fato um terreno para a instalação da Usina de Luz e Força do município.

No ano de 1966, por meio de requerimento a vereadora Geminiana Bulcão, dirigia-se a CELETRAMAZON, na pessoa do seu Presidente, para que a Companhia se responsabilizasse também, pelas instalações nas residências particulares da cidade, custo abatido em pagamentos parcelados pelos munícipes a companhia.<sup>34</sup>

Geminiana mais uma vez se faz presente em discussões relevantes para o aprimoramento do fornecimento de energia e colocando o acesso de maneira que não

---

<sup>28</sup> Livro de Ata 64/69, P. 79.

<sup>29</sup> Livro de Ata 64/69, P. 176.

<sup>30</sup> Livro de Ata 61/ 64, P. 149.

<sup>31</sup> Livro de Ata 61/64, p. 149.

<sup>32</sup> Livro de Ata 61/64, p. 179.

<sup>33</sup> Livro de Ata 61/64, p. 82.

<sup>34</sup> Livro de Ata 64/69, p. 82/83.

sobrecarregasse financeiramente os residentes do município. Outra questão defendida pela vereadora é o preço da carne, que o que consta em atas, era de difícil compra para a população de baixa renda da época.

As primeiras preocupações por parte da vereadora em relação ao preço da carne aparecem já na terceira legislatura, em seu primeiro mandato:

[...] Usou a palavra a edil Geminiana Campos Bulcão Bringel [...]. Prosseguindo, a oradora frisou a questão da carne verde vendida no Mercado Central, declarando que a população vem sendo roubada por magarefes inescrupulosos que vendem 1.475 gramas por dois quilos e finalizou pedindo providências do Chefe Comunal.<sup>35</sup>

A vereadora demonstra consciência sobre a impossibilidade de muitas pessoas terem condições de obter a carne para alimentação devido ao alto valor. Ao assumir o cargo de Presidente da Câmara, na quinta legislatura, em suas primeiras aparições já discute sobre o valor comercializado da carne, um tema com amplas e recorrentes discussões. Nessa ocasião o Vereador Gláucio Gonçalves, concordando com o Prefeito sobre o aumento do preço das carnes, justifica que o valor baixo provocava a escassez do produto.<sup>36</sup> Dando a entender que o alto valor da carne seria benéfico em alguma medida quanto a oferta e demanda.

Em contra resposta ao discurso do vereador, Geminiana Bulcão:

externou que falava em nome de quem não podia pagar pelo produto e por isso não concordava com as ponderações do vereador Gláucio, além de exigir o cumprimento da lei que disponibilizava uma parte da carne para ser consumida internamente pelos munícipes.<sup>37</sup>

Esse assunto referente ao preço da carne se estende pelo decorrer da quinta legislatura e parece ser um ponto de questionamento e oposição ao Prefeito da cidade.

Os vereadores se posicionavam a respeito por meio de ofícios e requerimentos, como o da vereadora Geminiana, cuja solicitação ao Prefeito, consistia na melhora da fiscalização da distribuição de carne no Mercado Municipal, pois ‘as pessoas adquirem o cartão para a aquisição da carne verde e não conseguem o produto, pois os trabalhadores vendem parte da carne a dinheiro’.<sup>38</sup>

É observável um posicionamento em favor de quem não possuía tantas condições para

---

<sup>35</sup> Livro de Ata 56/58, p. 3 e 4.

<sup>36</sup> Livro de Ata 61/64, p. 147.

<sup>37</sup> *Idem.*

<sup>38</sup> Livro de Ata 61/64, p. 148.

o consumo de proteína da carne de gado. Geminiana se fez presente nos assuntos mais relevantes discutidos na quinta legislatura na Câmara Municipal que refletiram as mudanças nos espaços físicos na cidade de Parintins. Como os sedimentos de terreno para a instalação de empresas fornecedoras de serviço de telefonia e de aeroviária, assim como questionamentos de serviços de uso coletivo para a cidade, como o de transporte.

Em relação ao transporte, apresentou para o Executivo um requerimento no dia oito de maio de 1964, para ser fixada uma tabela com os preços das corridas de jipes. Segundo ela, estava sendo efetivada uma cobrança excessiva, exemplificando que na capital, as distâncias são maiores e os preços menores.<sup>39</sup> Geminiana se mostra a frente de muitos assuntos que visavam a construção de empresas que prestariam serviço sociedade parintinense, e se mostra preocupada com o preço abusivo do transporte público.

Na sessão de vinte e nove de maio de 1964, a vereadora Geminiana apresentou o Projeto número 16/64 que desapropriava, doava e abria crédito especial de Cr\$ 50.000,00, no orçamento vigente do terreno pertencente ao Sr. Alfredo Ribeiro Saunier para o Campo de Aviação de Parintins.<sup>40</sup>

Muitos outros requerimentos de Geminiana Bringel são observados, com esse caráter de ordem pública, como um pedido para o reforço da vigilância na cidade no período noturno e resignações em relação à forma que se estavam se comportando no mercado municipal.<sup>41</sup>

Ao que podemos observar, as pautas defendidas por Geminiana não apresentam um tema específico, ou uma reivindicação única, mas uma indicação que segue a linha do que é justo para todos, em um sentido de igualdade. O que se destaca em suas formulações de pedidos, requerimentos e projetos de lei, é pauta em melhoria de serviços e distribuição para a população em um geral. Outro tema defendido pela vereadora era a questão educacional, em um momento que o município experimentava uma ampliação na área, com criação de escolas e contratações de professores, aliados aos mecanismos estatais criados para a melhoria da educação. Para as mulheres no Brasil, o ensino serviu como uma profissão.

No município em treze de janeiro de 1964, o Executivo através de ofício criou o Setor Municipal de Merenda Escolar.<sup>42</sup> Segundo o decreto:

Art. 1.º — Fica criado nesta cidade, o SETOR MUNICIPAL DE MERENDA ESCOLAR, que supervisionará, de acordo com o Regimento fornecido pela Campanha Nacional de Merenda Escolar (C.N.M.E), do Ministério da

<sup>39</sup> Livro de Ata 64/69, p. 159.

<sup>40</sup> Livro de Ata 61/64, p. 167.

<sup>41</sup> *Idem.*

<sup>42</sup> Livro de Ata 62/64, p. 132.

Educação e Cultura, a distribuição de leite em pó, outros gêneros alimentícios e complementos alimentares, destinados aumentar o valor nutritivo das merendas.<sup>43</sup>

Segundo o que afirma Butel, Butel e Cursino (2012, p. 73)

A qualidade do ensino, pagamento dos professores, distribuição e fiscalização de merenda e material nas escolas rurais e da cidade, além da necessidade de construção de novas escolas foram assuntos, várias vezes debatidas em plenário. Geminiana Bulcão e Gláucio Gonçalves eram os vereadores mais preocupados com o assunto.

Na sessão de vinte e nove de abril de 1964, através de ofício número 17/64, a vereadora também cobrou esclarecimento do deputado José Esteves acerca da verba pública e seu lugar depositado. No valor de um milhão e quinhentos mil cruzeiros para a construção da Escola Rural do Lago do Uaicurapá (*ibid.*, p. 75).

Outras situações em relação ao esclarecimento da utilização da verba pública também podemos observar, como seu questionamento ao Prefeito para explicar o porquê estava sendo pago um caminhão, visto que a prefeitura já tinha seu próprio caminhão.<sup>44</sup>

Além de se mostrar em prol da educação, Geminiana Bringel também fez requerimentos que visavam as questões de segurança da cidade, pois:

Além da questão administrativa e de arrecadação, outro assunto que preocupava os vereadores, mais especificamente Geminiana Bulcão Bringel, era a manutenção da ordem na cidade. Por isso, a vereadora solicitava ao Governo do Estado a nomeação de um delegado de polícia, assunto recorrente nos quatro anos da legislatura. (BUTEL; BUTEL; CURSINO, 2012, p. 97)

Além dessas solicitações, pedidos de ordem sobre a manutenção da cidade como, exigir construção da calçada por parte das Lojas Pernambucanas e Mesa de Rendas. Na Rua Ruy Barbosa, que já estavam muito danificadas, assim como o desentupimento de bueiros da área oeste da cidade e medidas mais enérgicas do Setor de Terra do município.<sup>45</sup>

Ela se apresenta de maneira diferente ao olharmos para as propostas sugeridas e aceitas pela Câmara de Vereadores, e que vai de contracorrente com a maioria das mulheres que se inserem no campo político. Geminiana, na segunda metade do século XX, parece estar em luta constante em se firmar nesse lugar, aparecendo sempre ativa na Câmara ferrenhamente.

<sup>43</sup> Lei n.º 13, de 26 de junho de 1964.

<sup>44</sup> Livro de Ata 64/69, p. 12.

<sup>45</sup> Livro de Ata 64/69, p. 35.

Essa sua participação constante parece ser uma busca por uma valorização no meio institucional, um lugar pouco visitado pelas mulheres, pois é no caminho contrário, no trabalho comunitário no campo da informalidade que as mulheres mais estão presentes e, nessa altura são mais vistas. O impacto das ações realizadas por Geminiana Bringel no campo da informalidade não pode ser medida devido à limitação da fonte, porém sua vida política se demonstra muito ativa e de um grau de aceitação boa por parte da população que a elegeu.

Entendemos é que o campo da informalidade podem acarretar implicações tão boas quanto a política formal mesmo que está não tenha o mesmo importância no meio social.

É nesse ponto que talvez Geminiana Bringel faça sua presença tão categórica, pois não bastaria estar presente para ser reconhecida nesse espaço de poder masculino e desvalorização feminina. Vale lembrar que o período de atuação de Geminiana no município de Parintins acompanha a fase do processo de intensa urbanização das cidades no Brasil durante o avanço industrial.

O processo de urbanização que se intensificou no Brasil, que se deu de forma mais acentuada de 1950 e teve grande impulso com o advento da indústria nacional, serviu como atrativo para que se estabelecesse um grande contingente populacional nas cidades, resultado da migração em busca de melhores condições de vida e de trabalho. É importante que, no conjunto das cidades brasileiras as cidades médias, com o Parintins se apresentam como foco de atração tanto populacional quanto de atividades econômicas especializadas. Assim, pela difusão da oferta de “melhor qualidade de vida”, esses centros urbanos — que atraem tanto as camadas médias da sociedade que procuram fugir tanto dos transtornos das grandes cidades, como no caso específico de Parintins, que atrai também pessoas das áreas rurais, pela falta ou deficiência de políticas públicas para o campo — vêm por passando por intensas transformações sócio-espaciais. (SOUZA, 2013, p. 01)

Geminiana Bringel está presente no momento de reconfigurações políticas que o país passou, saindo de um momento democrático, tendo seu acesso à educação, se firmando como figura política, e em meio de seu terceiro mandato se vê em meio a um golpe sobre a democracia brasileira.

Costa (2005) argumenta, em relação à mulher e aos modelos de estados, que tanto fortemente autoritário ou orgânico, ambos tendem a oprimi-las. Nos modelos dos Estados fortes, devido sua reforçada burocracia, torna as transformações a favor das mulheres quase impossíveis. Os Estados fracos devido à falta de infraestrutura, colocam as mulheres em estado de vulnerabilidade, dada sua carência econômica e educacional.

É nesse meio que devemos entender da importância da presença feminina na política. A autora ao falar sobre o Estado e sua estrutura na Amazônia no século XIX, diz que o Estado

patrimonial se demonstrou ineficiente, devido à corrupção, falta de infraestrutura que não lhe permitiu implementar uma agenda de desenvolvimento econômico e social.

Nesse período que podemos encontrar Geminiana Campos Bulcão Bringel, em um momento em que a mulher se encontra em uma abertura e acesso a direitos conquistados pelo movimento feminista de 1932. Com o voto feminino, e as mudanças sociais e econômicas daquele século, com a ditadura militar implantada no país, as ideias e conquistas do movimento feminista.

Geminiana está dentro desse ambiente em que o movimento feminista lutou para as mulheres, participando dos ganhos obtidos para o acesso aos espaços de poder, é lá que a vereadora e professora se encontra.

### **3.3 Os entraves e desafios de sua participação no espaço público de Parintins nos anos 1950-60**

Como já discutido, por muito tempo estiveram fora dos ambientes públicos todos aqueles que eram considerados inferiores e logo não aptos a participar dos lugares de decisão, estes muitas das vezes não destinados às mulheres; o que não permitiu com que a mesma exercesse influências que mudassem o rumo das decisões políticas que afetassem a sociedade e seus próprios anseios pessoais.

Olhamos os entraves que as mulheres passaram no decorrer da história humana, em consequência do patriarcado e da desigualdade de gênero, e das restrições que a sociedade ocidental pôs aos lugares de decisão e divulgação do saber. Mesmo que na metade do século XX muitas mudanças estivessem ocorrendo, resquícios do sistema de dominação do homem sobre a mulher ainda eram muito presentes.

Na política, sempre foi excluída, baseada em uma lógica racionalista que não permitia perceber tal racionalidade nas mulheres. Para Passos (2001, p. 22 – 23):

Essa lógica racionalista trabalha com o conceito de igualdade, tendo como seu par a desigualdade, num movimento que exclui ou tenta neutralizar os que não se identificam como o modelo unívoco do sujeito. Não há possibilidade para a inclusão nem flexibilidade dos limites estabelecidos. Essa lógica continua sendo admitida pela sociedade androcêntrica moderna, pelo que ela representa, enquanto forma de manipulação e dominação. (...) Com isso, também as pessoas se classificam entre aquelas que se identificam e em outras que diferentes. Porém, como a nossa cultura, quase sempre tem grandes dificuldades para acolher o que não se identifica com o seu modelo, o diferente acaba sendo posto numa escala de valor inferior e desigual (...). Essa trama é tecida em várias instâncias: família, escola, relações de poder, entre outras.

A autora observa também que quando essa lógica se volta para a família, determina modelos de educação para sua prole segundo a herança patriarcal. Assim, os jovens homens são educados para vencer em seus ambientes diários de disputas, enquanto as mocinhas devem ser o oposto, ingênuas, doces e submissas, seguindo, como afirma a autora, a fronteira que separa o espaço público para os homens e o privado para as mulheres.

Dessa forma o “público é tudo aquilo que merece ser mostrado, que possui um valor, independente da época ou da situação. É através dele que os indivíduos se eternizam ou transcendem. Enquanto o privado se identifica como o que não deve ser mostrado” (*ibid.*, p. 24).

Dentro desse sistema patriarcal que favoreceu o homem no espaço público, a mulher ficou fadada a ser o par desigual daquilo que era destinado aos homens. A autora aponta ainda que:

na Grécia Antiga, o público identificava-se com a vida política, vivida por pessoas com poder de argumentação e decisão, em oposição à vida privada, que consistia aquela desenrolada cena do lar, por pessoas que não participavam da polis, como os escravos e as mulheres. Estabelece-se, com isso a distinção entre a esferas da vida pública e da privada e o domínio da primeira sobre a segunda (*ibid.*, p. 24).

A presença feminina no cenário brasileiro tem sido nessas últimas décadas extremamente relevantes. Ainda que de uma forma restrita, as mulheres conseguiram criar suas próprias formas de organização em momentos considerados desfavoráveis à sua luta. Para Souza (2016, p. 14 – 15)

A porta de entrada das mulheres na arena de luta pelo direito de igualdade no âmbito social brasileiro se deu através da luta pelos direitos políticos como o direito de votar e ser votada. Essa fase da história do movimento feminista brasileiro foi organizada por mulheres das classes média e alta, algumas filhas de políticos e intelectuais da sociedade brasileira.

Entender essa relação de público e privado, e a inserção da mulher na política nacional, nesses espaços não destinados às mulheres pela ordem patriarcal, nos levam a entender o desenrolar da trajetória pública de Geminiana Campos Bulcão Bringel e ver que essas mudanças muitas vezes não se estendem de maneira suave. Sua participação parece acompanhar as mudanças e conquistas das mulheres naquele século. Mesmo que sua inserção se dê por meio da suplência de um vereador, na terceira legislatura, sua candidatura na legislatura seguinte é

acolhida pelos votos de eleitores, o que parece demonstrar de alguma forma sua habilidade na política local.

Geminiana não apenas se colocou na Câmara Municipal como vereadora, mas também fez valer sua posição na Câmara ao assumir cargos em que foi necessária a votação por parte de seus colegas de plenário, como o de vice-presidente e depois presidente da Casa. Esses cargos, em alguns momentos foram decisivos para a vereadora Geminiana Bulcão fazer válido seu posicionamento na instituição legislativa do município, a exemplo do que foi visto em determinados momentos de sua atuação.

No último ano da Quinta Legislatura, em 1968, o vereador José Pedro de Almeida Faria, não concorreu mais a Presidência. A vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, eleita com cinco votos, foi primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente, enquanto a vice-presidência foi disputada entre Raimundo Osmar de Araújo e Gláucio Gonçalves. O resultado favoreceu a Raimundo Osmar de Araújo, que venceu a eleição por quatro votos, contra um do vereador Gláucio Gonçalves (BUTEL; BUTEL; CURSINO, 2012).

Nesse momento em que se encontrava presidente da Câmara Municipal, sua participação ficou mais aparente. Nesse período, Geminiana aparenta ter uma maior aceitação para estar em cargos de poder da própria Câmara, como as comissões que fez parte.

É possível ver em sua atuação como os embates eram costumes na Câmara; Geminiana demonstra resistência nos debates na Câmara Municipal. Nos embates, há uma relação de legitimidade de seu lugar na Câmara Municipal de Parintins, como seu acesso à presidência da câmara, ocorrido logo após a impossibilidade de seu antecessor.

Geminiana é eleita com cinco votos de oito, isso nos faz ver que a mesma na lógica demonstra que sua atuação na Câmara e seu jogo é entendido e realizado com maestria. Sua participação, porém, em alguns momentos também é percebido oposição e conflito por parte de seus colegas vereadores na câmara.

Situações conflituosas que demonstram aversão às ideias e posicionamentos de Geminiana Bringel nos mostram que sua participação não contava com total aceitação, pois, por mais que haja uma aprovação e atendimento em relação às suas propostas, há um caso que chama atenção sobre a atuação da vereadora na Câmara. A vereadora:

requereu que fosse oficiado ao Sr. Prefeito, dirigindo a ele um voto de repulsa, pelo seu ato mesquinho que teve para com a vereadora, quando a mesma se achava como prefeita, que deu algum auxílio a pobres necessitados. Dizendo o Sr. Prefeito não ter valor suas requisições e que seriam canceladas. Com isso o Prefeito Municipal demonstrou falta de espírito de justiça e de bom senso.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Livro de Ata 64/69, p.179.

Esse caso mostra um momento em que a vereadora enquanto presidente da Câmara, assume o cargo de Prefeita. O documento revela que no posto maior do Executivo, Geminiana Bringel tomou com o poder de seu cargo medidas em prol a comunidade local e é logo desvalidada com a volta do prefeito. Mostrando uma situação conflituosa dessa forma e dentro desse jogo político.

Nobert Elias (1970, p. 97) ao falar desse jogo diz:

A, o jogador mais forte do nível mais alto, pode ser ainda superior aos outros jogadores de nível mais alto. Quando jogadores de nível mais baixo se tornam mais poderosos, as jogadas que A realiza durante o jogo cairão sob o controle de uma figuração muito mais complicada do que aquela que influenciou A no modelo anterior. Também aqui, a disposição dos jogadores de nível mais alto. Geralmente, os jogadores de nível mais baixo apenas exercem uma influência latente e indireta, sendo uma das razões a sua falta de organização. Entre os sinais manifestos da sua força latente estão a vigilância incessante dos jogadores de nível mais alto aos de nível mais baixo constringem os primeiros de um modo muito menos visível.

Como Prefeita de Parintins, Geminiana se encontrou no topo, ao nível que era o mais alto em relação à aplicação de medidas naquele momento, porém quando sua posição muda, aí como jogadora de menor poder demonstra o outro ponto de que Nobert Elias (1970) expõe.

Mais desse jogo na Câmara, dos entraves das jogadas dos jogadores de níveis mais altos que Geminiana, parece ser sentido por ela. Esse caso isolado talvez não nos dê a dimensão total das desigualdades de gênero presentes nessa primeira inserção da mulher no Legislativo, visto que Geminiana se firmava oposição muitas vezes na Câmara. Outra situação é a percepção registrada em ata de Geminiana Bringel, quanto a criação do Plano Rodoviário do município.

O presidente da Câmara, José Pedro Faria, falou que em conversa com o Secretário de Administração, foi informado sobre “um requerimento feito por um dos membros dizendo que a edil Geminiana Bringel tinha ido dar conhecimento que o Sr. Presidente e o edil Raimundo Araújo estavam travando a aprovação do Plano Rodoviário”.<sup>47</sup>

Esse incomodo com conflito se estende, onde o Presidente José Pedro Faria, ressalta não haver entrave, mas sim um trabalho sério sendo realizado. Além de também afirmar que seria o prefeito que deveria responder pelo pedido, não o secretário administrativo.<sup>48</sup> O que demonstra em uma primeira parte de seu discurso é ser uma resposta a vereadora, mas que não

---

<sup>47</sup> Livro de Ata, 64/69, p. 41.

<sup>48</sup> Livro de Ata 64/69, p. 41.

deixa de cobrar o prefeito. Logo após Geminiana se explica aos demais vereadores que:

Não tinha dito que estavam atrapalhando a aprovação do Plano Rodoviário. Argumentou que não conhecia o Senhor Secretário de Administração como funcionário do órgão e quem respondia pelo mesmo, como diretor, era o Chefe do Executivo. (BUTEL; BUTEL; CURSINO, 2012, p. 123).

O posicionamento de Geminiana Bringel em dizer que não estava atrapalho do executivo no plano rodoviário aparenta ser estratégia de combate de oposição que demonstra ter mais efeitos, pois provocam as mesmas reações de seus colegas de casa.

Sob a presidência da vereadora Geminiana, o vereador Gláucio Gonçalves, falou sobre os ofícios enviados pelo Executivo, números 106 e 110, em resposta as suas propostas, dizendo que apesar das palavras educadas, é notório que o executivo não irá atender suas solicitações. O que não o impedirá de continuar a enviar requerimentos com a finalidade de sempre representar o povo que o elegeu. (*idem*, p. 125).

Ainda relacionado a esse caso, outra solicitação para o andamento do plano rodoviário é feita. Geminiana pede explicações do porquê não ser atendida ainda pelo executivo sobre o assunto. Mais tarde sua solicitação parece ter sido atendida: “Foi posto em 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> discussão pela Senhora Presidente o Plano de Trabalho do Órgão Rodoviário Municipal, aprovado sem contestação. Assim como foi igualmente aprovado o Projeto 5/65, ambos encaminhados à comissão responsável pelo texto final” (*ibid.*, p. 126).

Outras situações mostram-na como jogadora em um lugar de nível mais baixo do jogo político e seu caráter fiscalizador como muito mais presente. Em 1966, o vereador Gláucio Gonçalves manifestou preocupação em relação “da falta da assistência educacional que reina em nossas escolas distritais, causada pelo pouco número e má distribuição de professores”.<sup>49</sup>

Concordando com ele a vereadora Geminiana Bringel afirmou que:

que não era justo que o problema da distribuição das professoras, além de muito sério, levasse os munícipes a ficar sem instrução. Por isso, solicitava informações do Prefeito sobre o real número de professores lotados em nosso município e como estavam distribuídos. Em outra situação a vereadora reiterava seu pedido e ordenava que fosse enviado ao Prefeito um documento com a solicitação do quadro estatístico da distribuição das professoras municipais e outro que informasse como estava sendo administrada a merenda escolar no município.

Em quinze de junho de 1966, a vereadora Geminiana explicou que em viagem a capital do Estado descobriu que o Sr. Governador tinha mandado cortar a contratação de todas as professoras distritais. Na tentativa de resolver a

---

<sup>49</sup> Livro de Ata 64/69, p. 75.

situação, a vereadora falou com Secretário de Educação o Dr. André Araújo que explicou nada poder fazer, pois, a decisão havia sido tomada pelo Governador. Orientou a vereadora que fosse feito um memorial, para ser encaminhado ao Presidente da República para ver o que seria decidido.<sup>50</sup>

#### Em outra seção

Na sessão de primeiro de dezembro de 1966 identificamos o pronunciamento da vereadora Geminiana Bulcão solicitando informações sobre o fornecimento de material escolar por meio do Ministério de Educação, além de indagar quem havia recebido e como havia sido distribuído. Na mesma sessão o vereador Alberto Kimura Filho, apresentou um projeto de número 2/66, em que desapropriava uma área de terra no Saracura para a construção de uma escola rural. O vereador pediu urgência na análise da matéria, o que foi imediatamente aceito pelo plenário.

#### Sua cobrança continua.

A vereadora Geminiana voltou a cobrar providências do Prefeito Municipal sobre a nomeação de professoras para o interior, pois os alunos continuavam sem aulas. Sobre este assunto, o vereador Gláucio Gonçalves reiterou as falas da vereadora, argumentando que a “Lei Federal dispõe de 20% sobre a renda tributária a ser empregada no ensino primário”.<sup>51</sup>

Em outro exemplo da sua fiscalização, a vereadora Geminiana pediu que fosse solicitado do Prefeito Municipal o valor da arrecadação do Mercado Municipal, relativas aos meses de agosto e setembro.<sup>52</sup>

Em vinte e dois de outubro, os trabalhos do legislativo definem-se a partir do requerimento da vereadora Geminiana Bulcão em que denunciava os funcionários do Serviço de Terras e pedia abertura de inquérito administrativo para os mesmos. O vereador Gláucio Gonçalves, no Projeto número 7/65, propunha a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 200.000, em favor da Loja Maçônica “União Paz e Trabalho”.<sup>53</sup>

Esses episódios ocorreram nos primeiros anos de ditadura civil-militar, mesmo que ainda em suas primeiras fases. Entre os eventos que podemos observar as lutas e batalhas travadas na Câmara Municipal de Parintins nas atas recuperadas pelo livro *História e memória política do município de Parintins 2012*, esse evento demonstra mais idas e vindas de oposição e discussão de determinada temática.

---

<sup>50</sup> Livro de Ata 1964/1969, p. 14

<sup>51</sup> Livro de Ata 64/69, p. 119.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 24.

<sup>53</sup> Livro de Ata 64/69, p. 47.

Ir contra o poder executivo nos parece ser feito conscientemente. Essa afirmativa se baseia no conteúdo das atas de 1964/1969. Ao assumir o cargo de líder de seu governo em decorrência da renúncia do vereador Gláucio Gonçalves, Geminiana Bringel encaminhou um ofício à mesa, que a credenciava a exercer a função deixada pelo vereador. A vereadora destacou que “não seria um instrumento dócil nas mãos do Executivo, que sua atuação seria de maneira a não contrariar os seus princípios de independência”.<sup>54</sup> Nesse período o prefeito era uma figura política que se destaque no município de Parintins, Senhor Raymundo Djard Vieira.

Esse fato mostra que seu caráter opositor na casa legislativa era dado de maneira consciente, e que havia uma oposição na Câmara, mesmo que naquele momento o país estivesse passando por um momento delicado em relação à democracia. O que aparenta no município de Parintins essa oposição não era dada de maneira velada.

Mesmo que sua participação seja revelada através das fontes analisadas, uma atuação pouco compreendida e até estranhamento pelo fato de ser mulher. A primeira mulher nesse espaço masculino em Parintins, devemos ter em mente a limitação que a fonte nos dar, dado que as atas da Câmara Municipal de Parintins não nos revelam os bastidores dos embates políticos.

Podemos supor que a inserção da primeira vereadora e prefeita não se deu nas mesmas condições de seus colegas de Câmara. As mulheres que entram na política o fazem através de um espaço muito limitado (COSTA, 2008). Na Amazônia do século XIX, os diários mostram que as mulheres davam apoio aos candidatos dos familiares homens. No que lhe concerne eram encarregadas de preparar grandes almoços aos políticos que vinham de fora. Elas davam apoio logístico, e às vezes, em troca, eram nomeadas pelos respectivos maridos a um cargo importante, ou manutenção de seu cargo, ou quando já tinham um cargo, um emprego para algum parente era dado (*Idem.*).

O segundo ponto trazido pela autora é que:

A política não exerce o mesmo impacto, nem a mesma reação sobre as mulheres e homens. Elas vivem diuturnamente os problemas domésticos e para eles estão voltadas quando pensam em política. As mulheres pobres limitam-se, a votar, quando o fazem, com o patrão ou a patroa. (COSTA, 2005, p. 76)

O terceiro ponto discutido é a luta política que mexe com as relações de gênero e com as estruturas patriarcais. As mulheres, suas estratégias e sua luta política são dadas por problemas de causa mais imediata e dessa forma podem ser “ingênuas ou conservadoras”. A

---

<sup>54</sup> Livro de Ata 1964/1969, p. 14.

autora nos mostra também que muitos conceitos da ciência política não diferem do de gênero, e explicita dando como exemplo a relação do nacionalismo e a sexualidade, o qual “no período da Segunda Guerra Mundial, tinha como bandeira de luta o incremento populacional” (COSTA, 2005, p. 77).

Costa (2005) defende que os modelos de Estado, seja forte autoritário ou orgânico, ambos oprimem as mulheres. Nos modelos dos Estados fortes, devido sua reforçada burocracia, as mudanças a favor das mulheres são quase impossíveis. Já os Estados fracos, devido à falta de infraestrutura, colocam as mulheres em estado de carência econômica e com pouco acesso à educação, deixando-as vulneráveis.

Geminiana Bringel demonstra ser e ter estratégias políticas em sua atuação no meio político, já que suas participações nos revelam embates não tão ríspidos; talvez em alguma medida tenha sentido o quanto a política não causa tanto impacto na vida pública e profissional da mulher, já que as documentações presentes nos mostram uma busca por qualificação profissional paralela à carreira política. Sua estratégia talvez seria equilibrar na Câmara Municipal a relação com o Estado forte que no caso ela estava imersa.

O entrave com prefeito mostra em alguma maneira sua oposição ao governo nesse período de ditadura, quando as mulheres lutavam intencionalmente, assim como as feministas. Sua participação que parece ambígua, se mostra como atitude de resistência para desviar das barreiras que a impedia de atuar como vereadora, visto que sua carreira profissional como educadora estava sendo consolidada em paralelo.

Diferentemente das figurações de outros seres vivos, essas figurações não são fixadas nem com relação ao gênero humano, nem biologicamente. Vilarejos podem se tornar cidades; clãs podem se tornar pequenas famílias; tribos podem se tornar Estados. Seres humanos biologicamente invariáveis. Essas figurações possuem peculiaridades estruturais e são representantes de uma ordem de tipo particular, formando, respectivamente, o campo de investigação de um ramo das ciências de tipo particular, as ciências sociais em geral e, também, a sociologia” (ELIAS, p. 26).

Sua entrada na política marca justamente essas novas figurações no poder local. Mesmo sendo reivindicativa em suas falas, mostrando um caráter sempre presente de protesto, Geminiana Bringel conversa em alguns momentos com outros líderes políticos, manifestando sua articulação como política. Sua atuação se revela em um grau de importância em representatividade, não em embates diretos com o poder vigente.

### **3.4 Reflexão sobre o olhar do feminismo e gênero em sua participação política na Câmara e na docência.**

A inserção de Geminiana Bringel nos espaços públicos como a política e na docência é muito significava e ligada aos momentos de mudanças e conquistas que as mulheres obtiveram através de luta nos séculos XIX e XX. Quando ela nasce, muitas das lutas e conquistas das mulheres já estavam em processo de estabelecimento e consolidação. Geminiana teve acesso a uma educação que poucas mulheres puderam ter naquele período, seu processo de aprendizagem começa em instituições de ensino em que a presença religiosa é fundadora dessas escolas. No município de Parintins, como pudemos ver, a religião foi presente e matriz do ensino na cidade, e essa formação de Geminiana pode ter em alguma medida causado aversão às instituições patriarcais.

Geminiana se encontra justamente no momento em que o país passa pela inclusão da mulher ao ensino. Período em que muitas dessas mulheres vão além e frequentam os espaços de trabalhos remunerados, estes que estão muito ligados ao cuidado, como o que a vereadora e professora se coloca logo muito jovem, como observamos nas documentações encontradas em seu acervo pessoal.

Geminiana é a primeira mulher a ocupar o cargo de vereadora se encaixa justamente na multiplicidade de identidades que o feminismo abordou na finalidade de entender as mulheres em suas particularidades fugindo do sujeito universal, mas sim múltiplo.

Bila Sorj (1992), em *O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade*, compreende as ambiguidades e conflitos da teoria feminista na fronteira da modernidade e pós-modernidade. Segundo a autora, os estudos feministas construíram na segunda metade do século XX, reavaliações de teorias sociais explicativas sobre a vida social, dando importância às relações de gênero que essas teorias antes eram omissas. Há duas dimensões centrais no conjunto de estudos referente à categoria gênero.

A primeira, segundo a autora, é sobre “a ideia que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade” (*ibid.*, p. 01). O segundo “envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo as mulheres uma posição subalterna organizacional da vida social” (*ibid.*, p. 01).

A partir dessa perspectiva, Geminiana Campos Bulcão Bringel, ao ocupar um cargo com poder de decisão, em um lugar de poder pouco alcançado pelas mulheres como a vereança no município de Parintins. Ela traz justamente as conquistas e utilização do espaço público

feminino tanto requerido pelo movimento feminista, pois com a presença feminina neles, projeta a possibilidade de se estar nesses lugares. Na esteira dessas reivindicações, não há como não olhar em alguma medida sua participação pela ótica feminista, já que estar nas volições iniciais das ideias feministas.

Sorj (1992) ao falar do feminismo explicita que:

o feminismo integra um longo processo de mudanças que envolveu a emancipação dos indivíduos das formas tradicionais da vida social. A recusa do esclarecimento em conferir à tradição poder intelectual, moral e de normatização das relações sociais uniu o feminismo às promessas de reconstrução social ecoadas pela modernidade. Parte dessas promessas foram, sem dúvida, realizada no último século, quando se ampliam sistematicamente os direitos civis das mulheres (eleitorais, trabalhistas, reprodutivos, etc.) (SORJ, 1990, p. 06).

É dentro desse processo de mudanças que Geminiana faz valer sua presença na Câmara Municipal e como profissional, quebrando a barreira do lar. Isso tanto com o trabalho remunerado, desde que fez sua formação no primário atuando como supervisora escolar, ou estando na política em um processo de transição democrática do país ao período de repressão. Em relação ao feminismo Garcia (2005) aponta que:

Além de ser uma teoria política e uma prática social o feminismo é muito mais. O discurso, a reflexão e a prática feminista carregam também uma ética e uma forma de estar no mundo. A tomada de consciência feminista transforma — inevitavelmente — a vida de cada uma das mulheres que dela se aproximam, pois, a consciência da discriminação supõe uma postura diferente diante dos fatos. Supõe dar-se conta das mentiras — pequenas ou grandes — em que a história, a cultura, a economia, os grandes projetos pequenos detalhes do cotidiano estão alicerçados. Supõe-se enxergar os micros-machismos, as pequenas manobras realizadas por muitos homens todos os dias para manter sob seu poder as mulheres e a estafa que supões manter duplas jornadas de trabalho (*ibid.*, p. 13 – 14).

Souza (2016, p. 14), ao falar sobre a amplitude do que é o feminismo, diz que ele “é parte do cotidiano, pois ser feminista não é somente engajar-se na militância de algum movimento/grupo, mas construir ideias de libertação das mulheres”. A autora, ao enunciar outras características do feminismo, afirma que ele não é:

Só a luta pela igualdade de gênero, mas sempre esteve envolvido em reivindicações de outros movimentos sociais como a luta pela igualdade racial, pelos direitos da criança e do adolescente, direito à moradia, a questão indígena, movimento LGBT, a luta por creches, sendo esta uma das mais antigas bandeiras de luta do feminismo brasileiro” (*idem*).

A participação de Geminiana Bringel na política parintinense logo nos primeiros anos de legislaturas, na segunda metade do século XX, foi de fundamental importância ao nível de representatividade da mulher na política, pois se trata da única mulher na Câmara Municipal naquela conjuntura. Mesmo sendo a única representante mulher e tendo que enfrentar posições contrárias às suas, se mostrou firme naquilo em que acreditava, ou melhor, em seus posicionamentos a favor de um acesso igual a pessoas menos favorecidas do município. Um desses casos tem a ver com o acesso à carne verde no município, assunto que rendeu diversos debates.

O posicionamento de Geminiana Bulcão em relação à carne começa na terceira legislatura:

[...] Usou a palavra a edil Geminiana Campos Bulcão Bringel [...] Prosseguindo, a oradora frisou a questão da carne verde vendida no Mercado Central, declarando que a população vem sendo roubada por magarefes inescrupulosos que vendem 1.475 gramas por dois quilos e finalizou pedindo providências do Chefe Comunal.<sup>55</sup>

Esse tema se torna recorrente, o vereador Manoel Coelho Pinheiro que denunciou a entrega de carne a pessoas fora da fila<sup>56</sup> e após o preço abusivo sobre a carne.<sup>57</sup> O Presidente da Câmara, Raimundo Araújo, denunciou a venda de carne de maneira desigual a quem não possuía tanto recurso para dar gorjeta, recendo carne de baixa qualidade ao contrário de quem tinha esse poder financeiro<sup>58</sup>

Pela mesma vereadora foi feito apelo ao senhor Prefeito Municipal no sentido de mandar proceder rigorosa fiscalização no tabelamento da carne e vísceras vendidas no Mercado Público. (...). Em seguida falou o Vereador Djard Vieira que associou-se ao requerimento de sua colega no tocante a fiscalização do preço da carne verde no Mercado (...). Com a palavra o Vereador Almada Filho prestou sua solidariedade ao requerimento de sua colega dizendo confiar na atuação do senhor Prefeito que sempre toma medidas coibitórias contra quaisquer irregularidades que chegam ao seu conhecimento<sup>59</sup>

Podemos perceber ser um assunto iniciado por Geminiana Bringel, mas que toma força na câmara, pois as irregularidades prosseguem e afeta inclusive o interesse de outro vereador

---

<sup>55</sup> Livro de Ata 56 – 58, p. 3 e 4.

<sup>56</sup> Livro de Ata 56 – 58 p. 73 frente.

<sup>57</sup> Livro de Ata 1958 – 1959 p. 1 verso.

<sup>58</sup> Livro de Atas, 1959 – 60, p. 21, frente e verso.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 25, frente e verso.

que por intermédio suaviza a cobrança feita por Geminiana ao Prefeito.

Atentaremos aqui em algumas de suas cobranças sobre o acesso à carne para olharmos suas posições e preocupação. No requerimento n.º 7/63, enviado ao Prefeito Municipal, além do ofício, solicitando providências para a limpeza do Cemitério Público, solicitava a vigilância do mercado. “Seja mantida rigorosa vigilância no Mercado Público, pois a carne está sendo vendida somente para os ricos e por preços acima do tabelamento, quanto o que fica para os pobres é somente ossada. Isso constitui um desrespeito à portaria baixada por S. Excia. Sr. Prefeito Municipal.”<sup>60</sup>

Na quinta legislatura, Gláucio Gonçalves ao justificar o alto preço da carne diz que o reajuste se deu após “uma reunião ampla com os interessados, representantes de classes, sem nenhum tolhimento de opinião; que o preço baixo da carne vinha afugentando o produto do mercado e isso ocasionava explosão por parte dos trabalhadores pela escassez do produto”.<sup>61</sup>

a vereadora Geminiana argumentou que não cabiam ponderações e o seu papel era o de defender o povo e aqueles que não podiam pagar para usufruir do produto, como: ‘as lavadeiras, as cozinheiras e as viúvas, e que desde o momento em que o prefeito aumentou o preço da carne deveria também ter reajustado o ordenado do funcionalismo municipal na conformidade do que preceitua a Constituição’.<sup>62</sup>

Logo após exigiu que fosse cumprida a lei, em que reservava uma parte da carne para o consumo interno do município.<sup>63</sup> Em tréplica, o vereador Gláucio Gonçalves a chama de demagoga, e reitera dizendo que a culpa do alto preço da carne não era do Sr. Prefeito e sim da inflação que tomava conta do país.<sup>64</sup> Geminiana ainda ressalta sobre as pessoas não conseguirem ter o acesso à carne.<sup>65</sup> Em outro momento, protesto o preço abusivo cobrado por parte dos magarefes<sup>66</sup> do mercado municipal.<sup>67</sup>

Esse assunto parece ter sido uma preocupação constante de Geminiana, pois mesmo quando uma situação de injustiça trazida por ela na Câmara sobre uma atitude do prefeito ela cita mais uma vez os magarefes como é visto a seguir:

<sup>60</sup> Livro de Atas 1962 – 64, p. 84 verso.

<sup>61</sup> Livro de Atas 61/64, p. 146.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 147.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 147

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 147.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 148.

<sup>66</sup> Magarefe: Abatedor de gado; açougueiro. Homem que, nos matadouros, mata e esfolia os animais. *In: Dicio, Dicionário Online de Português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/magarefe/>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

<sup>67</sup> Livro de Atas 61/64, p. 171

Em seis de novembro, na presidência da vereadora Geminiana Bulcão, os trabalhos iniciaram com a fala do vereador Gláucio Gonçalves em que trazia ao plenário o assunto das malhadeiras. Para que fosse indagado ao Sr. Prefeito se era verdade que o mesmo havia ordenado aos pescadores que se fossem encontradas malhadeiras armadas, que estas fossem cortadas. O vereador argumentava que se o caso fosse verídico, a atitude era muito violenta. O assunto das malhadeiras motivou as falas que marcaram a sessão do dia seis, pois a vereadora Geminiana também fez críticas à ação do prefeito, já que ao invés de se incomodar com os pescadores de malha, deveria se preocupar com os magarefes do mercado.<sup>68</sup>

Outro ponto que podemos fazer observações, é que em suas indagações ao prefeito sobre as malhadeiras, ela sai a favor dos pescadores para que elas não fossem cortadas, mas ao se tratar das jutas estendidas na via públicas, se mostra contrária aos que estendiam as jutas.

Em nove de junho a vereadora Geminiana Bringel, solicitava providências ao Executivo, para que os preneiros não estendessem juta nas vias públicas. Pois, o procedimento atrapalhava a passagem das pessoas, além de causar sujeira na cidade.

Novamente a vereadora Geminiana Bulcão, na sessão de dezenove de junho cobrava a resposta do Executivo sobre o seu requerimento que tratava da juta espalhada nas vias públicas da cidade, causando transtorno e sujeira. De acordo com a vereadora não houve sustentação na justificativa do Prefeito para não tomar as providências necessárias em relação ao assunto. (BUTEL; BUTEL; CURSINO, 2012, p. 41)

O que podemos observar é sua característica de embate com o chefe do executivo, mostrando de forma explícita sua posição ao cobrar posicionamento no caso das jutas estendidas na cidade, quanto às malhadeiras, reprova uma atitude do prefeito de cobrar o estender das malhadeiras por parte dos pescadores.

Uma ambiguidade em seu posicionamento é justamente no período em que esteve mais participativa e demonstrou muito mais cobranças por parte do poder executivo. Nesse mesmo período, de golpe militar no Brasil, dois momentos nos chamam atenção. Embora não constatemos o feminismo em suas falas, Geminiana apresenta características das mulheres que fizeram parte do movimento iniciado no Brasil. Em seus posicionamentos, demonstra muitas das vezes ser oposição no ambiente que regia pela antidemocracia; logo após o golpe civil-militar de 1964, Geminiana pede esclarecimento à população o que seria o ato chamado revolução por parte da Câmara.

No dia treze de abril, a vereadora Geminiana propõe que o Executivo esclareça a população e explique o movimento revolucionário. Já o vereador Gláucio

---

<sup>68</sup> Livro de Ata 64/69, p. 147, 148.

Gonçalves sugere que o município faça sua própria manifestação sobre os acontecimentos políticos da época, argumentando ‘não caber somente ao Prefeito cuidar dos deveres do município, cabendo também a Câmara colaborar e justificar as intenções do prefeito’.<sup>69</sup>

O posicionamento de Geminiana parece ter causado um certo desconforto em seu colega vereador, tirando a atribuição de explicar sobre “o movimento revolucionário” (golpe civil-militar), atribuindo a toda a Câmara explicar sobre o assunto. Mesmo que em outro momento, a vereadora pesa para ser realizada uma seção solene para comemorar a “revolução”.<sup>70</sup>

Geminiana sempre se dispôs contrária ou oposição em relação ao governo, em seus constantes posicionamentos na câmara ao assumir o cargo de presidente do partido. Um fato que fica claro sua tensão e oposição é quando assume como prefeita interina, e ao deixar o cargo com a volta do prefeito é desautorizada pelo mesmo; esse acontecimento fica evidenciado na sessão de nove de dezembro, em que a vereadora Geminiana Bringel:

requereu que fosse oficiado ao Sr. Prefeito Municipal, dirigindo a ele um voto de repulsa, pelo seu ato mesquinho que teve para com a vereadora, quando a mesma se achava como prefeita, que deu algum auxílio a pobres necessitados. Dizendo o Sr. Prefeito não ter valor suas requisições e que seriam canceladas. Com isso o Prefeito Municipal demonstrou falta de espírito de justiça e de bom senso.<sup>71</sup>

Muito possível que esse episódio seja uma consequência de sua oposição em relação ao prefeito, ou uma ponta solta das relações de poder se apresentando em um momento em que não se pode mais esconder. A desautorização por parte do prefeito à vereadora pode ser uma forma de tolher sua atuação, a colocando em um lugar já legitimado a mulher na política, sendo a posição não combativa, mas sim de apenas complementar um lugar na política.

Vale lembrar que quando a professora e vereadora se mostra em constantes atuações de oposição, segue a lógica em alguns pontos das ideias feministas nesse período. Como Pinto (2003) afirma: o feminismo no período antidemocrático do país, se inseriu no meio institucional político em oposição ao governo ditatorial.

Geminiana se encontrou em um momento no município de Parintins em que não havia um movimento feminista unificado, as mulheres estavam começando a ocupar os espaços que as conquistas do movimento feminista puderam propor. Como as políticas de ordem nacional regem toda a nação, mesmo em lugares como Parintins, que mesmo não havendo uma luta pelo

---

<sup>69</sup> Livro de Ata 61/64, p. 153.

<sup>70</sup> Livro de Ata 64/69, p. 17.

<sup>71</sup> Livro de Ata 64/69, p. 179.

ingresso da mulher na educação se fez parte dessas mudanças; mesmo não sendo registrado um movimento das mulheres pelo acesso aos espaços de decisão que é a política, já na terceira legislatura se coloca uma mulher nesse espaço, e na quarta legislatura a primeira mulher eleita pelo voto popular para compor a Câmara Municipal de Parintins.

Pois, como não pensarmos que as ideias podem estar presentes nas discussões feitas por ela, se são pautas desde sempre nas lutas do movimento feministas; porque essas ideias já não estariam circulando na região amazônica?

### **3.5 Seu protagonismo ou não no espaço público e participação política**

Podemos dizer que a atuação pública na esfera política de Geminiana Campos Bulcão Bringel se deu dentro de suas condições de classe. Seu acesso à educação, sua tomada de consciência e inserção na política local, se deram em um perfil de mulheres que tiveram acesso a esses lugares, até então não vistos como próprios para o público feminino.

Sua atuação política em Parintins foi muito ativa nas décadas analisadas, e podemos observar um protagonismo tomando os embates levantados por ela. Os aspectos como aversão a desigualdades em que fez valer sua voz e presença na Câmara Municipal, provocando mudanças a partir de seu cargo dentro Câmara Municipal. Líder de seu partido, presidente da câmara e presidente de comissões importantes, participando através de seus cargos em mudanças nos aspectos físicos da cidade e mais que isso, sua presença nesse espaço destinado aos homens, conduz se pensar ser possível a presença das mulheres no espaço político.

O fato de estar nesse ambiente em um período onde as mulheres ainda estavam se inserindo no meio político no Brasil, fez Geminiana Bringel enfrentar barreiras ainda vivas hoje na sociedade, como o patriarcado e as desigualdades de gênero. Muitos fatores contribuíram para uma presença mais condicional e positiva no enfrentamento das adversidades, uma delas deva-se ao seu lugar na sociedade, pois como já visto, teve acesso à educação, que era destinada a pouquíssimas mulheres do período de sua formação profissional e política.

Pensar apenas que seu lugar na sociedade de classe determinou sua aceitação na Câmara Municipal, um lugar de disputa de poder travadas diariamente, é não pensar nas multiplicidades e nas totalidades que foi a trajetória política e profissional de Geminiana Bringel.

O jogo político requer muita habilidade por parte do jogador, para se fazer as jogadas com sentido e propósito para um resultado almejado, jogando com os entraves já estabelecidos pela sociedade. Ou seja, Geminiana como mulher na Câmara Municipal de Parintins, além de ter que enfrentar as disputas políticas desse espaço de poder político, teve os embates para se

firmar em um ambiente generificado.

Primeiramente podemos observar a maneira que Geminiana entra na política parintinense. Assim como outros vereadores da época, Geminiana recorre a uma estratégia observada em que muitos outros novos vereadores, sendo a suplência, na terceira legislatura.

Diferente da Senadora Eunice Michilis os indícios mostram que aparentemente Geminiana entra devido uma vontade própria e um querer pessoal, pois tempo depois também cede seu cargo a um suplente.

Isso mostra não apenas que ela fez parte das estratégias que muitos políticos usavam, já que na eleição posterior assume mais uma vez o cargo de vereadora, porém agora eleita pelo voto popular, mostrando fazer de maneira assertiva seu jogo político.

Uma estratégia que podemos observar dentro desse jogo político de Geminiana é a utilização do cargo público para balancear as desigualdades no jogo político na Câmara Municipal de Parintins. Fazer-se presente nas relações de poder e protagonista, visto que esse jogo político exige estratégia para entender as jogadas de seus adversários, mostrando entender como as estratégias políticas puderam lhe dar uma vantagem nesse meio.

Como observamos nos capítulos anteriores as mulheres foram excluídas desses ambientes que Geminiana fez uso; na política ocidental as mulheres eram consideradas não aptas a esses lugares desde seu nascimento, julgadas inferiores, uma inferioridade muitas vezes validada pela ciência e pela igreja, instituições as quais Geminiana Bringel se faz presente durante sua carreira política e profissional.

Um desses caminhos observados para compreender em que medida se deu seu protagonismo, temos possíveis estratégias identificadas em seu jogo político. As quais mostram que Geminiana Bringel parece entender a figuração que a cerca, as relações de poder e quais jogadas deve fazer com os sujeitos no espaço público valer na Câmara Municipal Parintins a sua presença.

Talvez um dos exemplos que podemos ver, ocorre “em 5 de maio de 1961, a vereadora Geminiana Bulcão apresentou à mesa um projeto de n.º 2 em que concede ao Primeiro bispo de Parintins, dom Arcângelo Cérqua, o título de ‘Cidadão Benemérito de Parintins’”.<sup>72</sup>

Se a influência das instituições religiosas na educação e no meio social se mostraram muito fortes, Geminiana Bringel não estava fora dessas influências. Ela mostra entendê-las e realiza sua atuação como mecanismo para validar sua trajetória política, desvelando sua influência e seu jogo de poder para se firmar nas instituições que mais restringiram as mulheres

---

<sup>72</sup> Livro de Atas 1960 – 62, p. 95 verso.

naquele período, assim se concretizando uma figura política importante.

A importância de Dom Arcângelo Cérqua não se estendia apenas nas relações locais, pois o Bispo tinha uma importância internacional, como evidenciado em Butel (2011) em que afirma que:

o Poder Executivo procurava caminhar harmoniosamente com todos os setores da comunidade parintinense, inclusive com a Igreja Católica. Sob a direção de Dom Arcângelo Cérqua, a Igreja, além da questão religiosa, tinha um importante papel social em vários setores da sociedade, principalmente na educação (BUTEL *et al.*, 2011. p. 245).

Dom Arcângelo Cérqua possuía títulos, honraria e prestígio. No dia 15 de março de 1956, o então Pe. Arcângelo foi nomeado Administrador Apostólico da Prelazia de Parintins e, no dia 1.º de maio foi empossado por Dom Alberto Ramos. No dia 3 de fevereiro de 1961, Monsenhor Arcângelo foi nomeado Bispo Prelado de Parintins. Em 1962, Dom Arcângelo começa a construir a atual Catedral Nossa Senhora do Carmo de Parintins e participa do Concílio Vaticano II neste ano, e nas sessões seguintes até 1965.<sup>73</sup>

Participou da Conferência Latino Americana de Puebla em 1979. No ano de 1980 teve uma audiência com o Papa João Paulo II. Quatro meses mais tarde, no dia 15 de julho de 1981, Dom Arcângelo muito doente, recebeu do Papa João Paulo II a Bula “*Conferencia Episcopalis Brasiliensis*” elevando a Prelazia de Parintins à Diocese. O religioso teve grande influência não apenas na região amazônica, mas em um contexto mundial também. Faleceu na Itália no dia 21 de fevereiro de 1990.<sup>74</sup>

Essa influência e importância não é apenas reconhecida por Geminiana. Outros vereadores colegas de Geminiana Bringel, que apresentam e dão o título sugerido por ela, através do projeto de lei, ao Bispo.

Reaberto os trabalhos, presente o homenageado e os convidados o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Solene, com que a Câmara Municipal de Parintins, vai prestar significativa insigne homenagem a S. Excia. Reved<sup>a</sup>. Don Arcângelo Cérqua DD. Bispo de Parintins, concedendo-lhe ao mesmo tempo o título Honorífico.

Presente o Exmo. Snr. Prefeito Municipal a quem foi facultada a palavra, este em brilhante improviso, disse de sua satisfação em ter sancionado a Lei em que concede o Título de Cidadão Benemérito de Parintins, a S. Excia. Reved<sup>a</sup>. “Dom Arcângelo Cérqua, DD”. “Bispo de Parintins e entregou o diploma ao homenageado.”<sup>75</sup>

<sup>73</sup> Revista da Festa de Nossa Senhora do Carmo Padroeira de Parintins. Parintins, Amazonas: 2005.

<sup>74</sup> Revista da Festa de Nossa Senhora do Carmo Padroeira de Parintins. Parintins, Amazonas: 2005.

<sup>75</sup> Livro de Atas 1960 – 62, p. 126 verso.

Geminiana ainda apresenta dois projetos em que se concede o título de cidadão a outras duas figuras do meio da instituição religiosa e de importância política. O primeiro é na sessão de dezoito de 1965, quando a vereadora apresenta o projeto e outorga o Título de Cidadania ao Reverendíssimo Padre José Victor Heinz.<sup>76</sup>

Na sessão de dezenove de novembro em que apresentou o projeto de número 8/65, em que outorgava o título de “Cidadão de Parintins” ao Governador do Estado Arthur César Ferreira Reis. Aceita com unanimidade pelo plenário, porém não há textos e nem nos autos algum documento que ateste a confirmação da outorga desse título (BUTEL; BUTEL; CURSINO, 2012, p. 84). Essa prática não se demonstra ser específica de Geminiana, realizada a entrega e proposta de títulos de cidadão por outros vereadores.

Geminiana Bringel tem seu protagonismo, porém cabe-nos lembrar que ela por mais que entre em uma figuração já existente, partindo do seu singular, de um sistema figurativo existente também, inevitavelmente traz consigo reproduções existentes, exteriores, sendo muitas vezes parte de uma estrutura que a oprime. É observado na ata a seguir.

apresentou um requerimento, através do qual pedia ao Delegado de Polícia desta cidade, que o mesmo proíba que prostitutas perambularem pelas principais artérias de nossa cidade, antes das oito horas da noite.<sup>77</sup>

Esses traços de conservadorismo em relação a “ordem pública” de Geminiana Bringel é algo próprio de seu tempo, das figurações às quais fazia parte. Para Elias (2006), do ser humano e as figurações que fazemos parte, diz que:

O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinada pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto por meio do ingresso do singular no mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos. Às quatro dimensões espaço-temporais indissolúvelmente ligada se soma, no caso dos seres humanos uma quinta, a dos *símbolos* socialmente aprendidos (ELIAS, 2006, p. 25).

A vereadora age também em defesa das mulheres, ao menos em lugares aos quais ela aparentemente frequentava. Aqui mostra sobre a forma que as mulheres eram tratadas no espaço público que era o mercado municipal,

---

<sup>76</sup> *Idem.*

<sup>77</sup> Livro de Ata 64/69, p. 103.

Disse ainda que o espaço “está de tal forma que uma senhora não pode ir lá para fazer suas compras”. Em colaboração a fala da vereadora, o líder do Governo Gláucio Gonçalves, disse ter recebido várias queixas partidas do estabelecimento público. O vereador Raimundo Bentes fortaleceu os argumentos ao dizer que “quando entra-se no Mercado vê-se o desrespeito que lá existe”.<sup>78</sup>

Sua aquisição parece ter causado efeito como demonstra Butel, Butel e Cursino (2012, p. 99) que afirma que, “preocupados com este assunto, o Legislativo formou uma Comissão composta pelos vereadores Gláucio Gonçalves, Geminiana Bulcão e Raimundo Araújo, para falarem com o Prefeito e tomarem as medidas cabíveis”.

Outras situações também demonstram sua atuação como relevante para a sociedade local, como sua posição a favor do pagamento salarial de forma igualitária dos funcionários públicos.<sup>79</sup> Ou cobrando do prefeito da cidade esclarecimento sobre as obras públicas.<sup>80</sup>

O protagonismo de Geminiana Campos Bulcão Bringel se inicia desde sua presença no espaço político até então não ocupado pelas mulheres no município de Parintins, que na metade do século XX em diante começa a ser ocupado de maneira muito lenta e limitada. Geminiana entra por um espaço muito pequeno, o da mulher que teve acesso à educação e já circulava ou já frequentava esse meio, dado que entra por meio da suplência.

Sua atuação pública é marcada por temáticas em que luta por justiça e igualdade, como em muitos casos mostrados nesse capítulo. Através de sua vereança, fazendo um jogo de poder que lhe permitisse transitar em um ambiente em que era oposição política, e mesmo assim tendo sido atendida em muitas de suas lutas travadas nesse espaço de poder.

Como primeira mulher nesse meio, rompe regras na figuração já existente, no campo político nos mostra uma atuação muitas vezes contra as ordens dominantes, enquanto outras vezes balanceada e até mesmo concordante com as regras dominantes que a sobrepujaram.

Dessa forma a atuação pública de Geminiana Bringel se mostra múltipla, e o que podemos ver é um constante posicionamento em um período de mudanças estruturais no município de Parintins, considerando que sua participação foi crucial nas transformações em que o município passou na segunda metade do século XX e posteriormente. Usou seu cargo conquistado no poder político para fazer valer sua posição, muitas vezes cobrando os colegas de Câmara que estavam na hierarquia política acima dela.

Geminiana demonstrou que se preocupava com questões que afetavam as mulheres em

---

<sup>78</sup> Livro de Ata 62/64, p. 168.

<sup>79</sup> Livro de Ata 61/64, p. 158.

<sup>80</sup> Livro de Ata 64/69, p. 124.

alguma medida, porém não trouxe pautas referentes às lutas do movimento feminista. Vale ressaltar não haver registro de um movimento feminista organizado nesse período no município de Parintins, e isso torna a presença de Geminiana singular nesse espaço político tão almejado pelo feminismo, então se concretizando a única representação da mulher na política local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que fica perceptível para nós, é que as inegáveis mudanças ocorridas no país, assim como os grandes projetos que mexem com as estruturas socioeconômicas, afetam Parintins na segunda metade do século XX. Muitas delas visivelmente seguindo as mudanças macros, como êxodo rural e o aumento da população urbana; outras configurações que podemos observar é justamente as ofertas de serviços à população, assim como as exigências demandas dos habitantes na melhoria e criação de serviços até então não prestados.

Nessas mudanças e desenvolvimento nacional e regional, Geminiana Campos Bulcão Bringel se insere, entendendo suas subjetividades, seu processo de formação educacional e de aperfeiçoamento profissional em busca de qualificação. Ela segue novas formas do que é ser mulher na metade do século XX, seguindo transformações perceptíveis no comportamento das mulheres como observado em outros estudos (PINTO, 2003; COSTA, 2015; GOLDBERG, 1975).

Dessa forma, dentro dessas mudanças e acompanhamento da trajetória de Geminiana Campos Bulcão Bringel, através de sua inserção mediante ao imponderável que foge do controle dos seres humanos como foi sua inserção através da suplência. Geminiana se fez presente nas conquistas e lugares obtidos pelo feminismo. Emancipou o acesso das mulheres à política, aos lugares de poder, há muito tempo destinado apenas aos homens, sua inserção a uma educação voltada para o lar e, após a uma formação superior, Geminiana faz parte de uma luta em processo de ganhos e derrotas.

Vale ressaltar que sua inserção no meio público também é condicionada a sua classe social e conquistas destinadas a essas mulheres que ainda não estavam fazendo parte desse meio. Ressaltamos que as mulheres de classes mais baixas sempre fizeram parte do espaço público que o meio social do trabalho, remuneradas ou não como o que acontece em seus lares.

Geminiana vive em um momento de grandes mudanças para as mulheres que foi o século XX. Nesse período podemos observar que as mulheres assim como Geminiana, se empregam a um novo modo e comportamento e de ser mulher. Geminiana é a figura que pode-se ver tais mudanças ocorridas nas décadas de 50 a 60 na câmara municipal de Parintins, essa sua atuação dentro de sua trajetória ocorre em paralelo a sua vida profissional como educadora do município.

Os fios condutores que atravessam a trajetória de Geminiana e que nos leva a discussões como feminismo, igualdade no meio político, relações de poder, desigualdade de gênero, educação feminina e a Amazônia. São partes de sua subjetividade, de uma análise a partir do

seu contexto vivido, seu lugar de partida ao ponto discutido, visando olhar de maneira específica sua trajetória, fugindo de ideias estereotipadas. Sua trajetória levanta uma gama de possibilidades e alternativas para estudos de mais fôlego, sua trajetória é fecunda de redes que inter cruzam.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANTUNES, Vanessa. **Mulheres do novo século**: a condição feminina no Amazonas (1900-1910): um olhar a partir das representações da imprensa amazonense. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008, p. 207-228.
- BARBOSA, Walmir de Albuquerque. **Políticas e Educação**. Manaus: UEA Edições/Editora Valer, 2008.
- BARBOSA, Walmir de Albuquerque. **Políticas públicas e educação**. Manaus: Edições/Editora Valer, 2008.
- BITTENCOURT, Antônio C. R. **Memória do município de Parintins**. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- BLAY, Eva Alterman. **Mulher e estado mulher, movimentos sociais, Partidos Políticos e Estado**. International Conference: Trends and challenges of urban Restructuring Class and gender: economic, domestic and urban changes. Rio de Janeiro. 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm). Acesso em: 06 maio 2018.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.455, de 15 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre a escolha e o registro dos candidatos nas eleições de 2016**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2015/resolucao-no-23-455-de-15-de-dezembro-de-2015>. Acesso em: 06 maio 2018.
- BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20 ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.
- BUTEL, Irian; BUTEL, Larice; CURSINO, Jucielle. **História e Memória Política do Município de Parintins**: 3º legislatura. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.
- BUTEL, Larice *et al.* **História e memória política do município de Parintins**: 1º legislatura de 1947 a 1951. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011.
- CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estud. Econ.** vol. 39, nº. 3 São Paulo July/Sept. 2009.
- CASTRO, Edna. Políticas de Estado e Atores sociais na Amazônia Contemporânea. *In*: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016

COSTA, Juarez Baldoino da. **O Polo Industrial da Zona Franca de Manaus e a preservação da floresta amazônica**: caminhos independentes. 2016. 78 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaio**s; L :Estado, Processo, Opinião Pública/Norbert Elias; Organização E Apresentação, Federico Neiburg E Leopoldo Waizbort; Tradução Textos Em Inglês, Sérgio Benevides; Textos Em Alemão, Antônio Carlos Dos Santos; Textos Em Holandês, João Carlos Pijnappel.— Rio De Janeiro: Zahar Ed., 2006

ELIAS, Norbert. Introdução a Sociologia: Martins Fontes. 1970.

FARIA, Celso Bruno; VIZEU, Fabio. A Herança Patrimonialista no Processo Sucessório de Empresas Familiares do Brasil. **XXXVIII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 2014, p. 1-16.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Fios dourados dos trópicos**: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia). 2016. 487 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2016.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização S.A, 1978.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade 2015.

GOLDBERG, Anette. **Tudo começou antes de 1975: Ideias inspiradas pelo Estudo da Geração do feminismo “Bom para o Brasil”**. In: Relações Sociais de Gênero x Relações de Sexo. São Paulo: Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero-USP, 1989.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 3º edição. Organização: Tenório Telles. Manaus; Editora Valer, 2019.

KON, Anita. A experiência brasileira de planejamento econômico governamental federal: análise dos planos implementados e suas consequências. In: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n.3, p. 49-61 Mai./Jun. 1994.

LANGONI, Carlos Geraldo. **A Economia da transformação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: histórias da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 8º ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

NAGASAVA, Heliene. Movimento Feminista. In: FORTES, Alexandre; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. **Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)**. Rio de Janeiro: CBAE-UFRJ, 2014.

OLIVEIRA, Roger; SASSAKI, Yoshico. A participação da mulher no trabalho da docência nos anos 1950-60 em Parintins, Amazonas. *In*: LIRA, Bárbara Rebecka Gomes de; LIMA, Michele Pires (orgs.) **Nas malhas da história**: relações de gênero trabalho e lutas sociais no Brasil. Curitiba: CRV, 2021.

PASSOS, Elizabete Silva. As mulheres e os saberes: construção do gênero nas Universidades do Norte e Nordeste e as repercussões nos campos social e político. *In*: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Orgs.) **Os saberes e os poderes das mulheres**: a construção do gênero. São Luís: EDUFMA/Núcleo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR, 2001.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PFEFFER, Renato Somberg. Cultura política patrimonialista e assistência social no Brasil. **Mosaico**, v. 9, n. 15, p. 222-238, 2018

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELA JUNIOR, Aristeu. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. **Plural**, São Paulo, v.19, n. 2, p. 9-27, 2012.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita. A construção da identidade social de gênero. *In*: SAMARA, Eni Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de (orgs.). **Gênero em debate**: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins**: história dos acontecimentos históricos. Manaus: Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas. 2003

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 229-258, jun. 2013

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Leuzinete Pereira da. **O patrimonialismo no Brasil**: reflexos na formação e ação política das elites agro-exportadoras. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. 2º edição. Manaus: Editora Valer. 2013.

SILVA, Patrícia Regina de Lima. **Do espaço lembrado ao espaço vivido**: narrativas orais de mulheres nordestinas em Parintins-AM, na segunda metade do século XX. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SILVEIRA, Rodrigo Pinheiro; PINHEIRO, Roseni. Internato rural na Amazônia: aspectos históricos, contexto atual e principais desafios. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, vol. 24 n. 2 Rio de Janeiro, apr. /jun. 2017.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In*: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

SOUZA, Michelle. **A Presença da Mulher na Política**: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SOUZA, Nilciana Dineli de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM)**: evolução e transformação. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. Trad. Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.